Relatório Anual 2009

Santander Totta

Relatório Anual 2009

Principais indicadores 3
Mensagem do Presidente 4
Órgãos Sociais 5
Factos relevantes e prémios obtidos em 2009 9
Rating 11
Valores Corporativos e Modelo de Negócio 12
Responsabilidade Social Corporativa 13
Enquadramento da Actividade 16
Áreas de Negócio 24
Áreas de Suporte ao Negócio 35
Informação Económica e Financeira 38
Gestão de Risco 44
Proposta de Aplicação de Resultados 52
Informação Complementar e Anexos 53
Demonstrações Financeiras Consolidadas 67
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 73
Relatórios e Pareceres Consolidados 207
Demonstrações Financeiras Individuais 212
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 216
Relatórios e Pareceres Individuais 229

Principais Indicadores

	2009	2008	Variação
Balanço e Resultados *(milhões de euros)*			
Activo Líquido	48.590	44.085	+10,2%
Crédito Líquido	32.418	32.713	-0,9%
Recursos de Clientes	26.051	25.639	+1,6%
Capitais Próprios+Interesses Minoritários+Passivos Subordinados	3.490	3.211	+8,7%
Margem Financeira Estrita	800,4	755,7	+5,9%
Comissões e Outros Proveitos	334,0	342,1	-2,4%
Actividade de Seguros	35,5	34,3	+3,5%
Produto Bancário (inclui Actividade de Seguros)	1.264,9	1.207,2	+4,8%
Resultado de Exploração	713,5	675,4	+5,6%
Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários	635,9	634,6	+0,2%
Resultado Líquido Consolidado	523,3	517,7	+1,1%
Resultado Líquido por Acção (em cêntimos de euro)	0,27	0,26	+1,1%
Rácios			
ROE	20,8%	22,6%	-1,8 p.p.
ROA	1,1%	1,2%	-0,1 p.p.
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	43,6%	44,1%	-0,5 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios*	11,9%	11,2%	+0,7 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base*	11,0%	10,1%	+0,9 p.p.
Rácio Core Capital*	9,2%	8,1%	+1,1 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	1,26%	0,82%	+0,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,28%	0,83%	+0,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	136,0%	191,4%	-55,4 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	133,7%	189,8%	-56,1 p.p.
Outros Dados			
Colaboradores	5.958	6.202	-244
Colaboradores em Portugal	5.895	5.921	-26
Postos de Atendimento	763	770	-7
Postos de Agências e Centros de Empresa em Portugal	721	714	+7

* Com resultados, líquidos de dividendos a distribuir

Mensagem do Presidente

Num ano difícil e num enquadramento económico e financeiro muito complexo, concentrámo-nos no reforço da solidez do Banco, apresentando os mais elevados rácios de capital e atingindo níveis de solvência únicos no mercado português.

O Santander Totta conseguiu manter os resultados, num ano em que o PIB caiu 2,7%, e em que a actividade económica se ressentiu da incerteza decorrente da crise internacional, e da volatilidade dos mercados.

A solidez do Banco, espelhada no facto de apresentarmos o melhor rating da banca nacional e os melhores indicadores de solvabilidade, como é o caso do Core Capital (9,2%) e do Tier 1 (11%), foi reconhecida pelo mercado e contribuiu decisivamente para o crescimento líquido de clientes vinculados no Banco, bem como para o reforço da identidade, prestígio e segurança associados à marca Santander Totta, que se tornou a marca bancária mais atractiva do mercado nacional (*).

Comprovámos assim, uma vez mais, a sustentabilidade do nosso modelo de negócio, muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de acção prioritárias, o que tem permitido a manutenção, ano após ano, de um nível de rendibilidade superior, e com um maior crescimento de resultados na Banca nos últimos anos.

Em 2009, a nossa estratégia comercial focou-se no apoio às empresas mais dinâmicas e nos projectos mais estruturantes e viáveis, nomeadamente no Programa PME Investe, como forma de realocação eficaz dos recursos na economia.

No mercado de particulares e negócios desenvolvemos uma estratégia de crescimento equilibrado de crédito e recursos, ampliando e especializando a nossa oferta de produtos e serviços a novos segmentos, promovendo assim a necessária e adequada adaptação de oferta do banco à evolução do mercado durante a crise financeira, e à acrescida e exigente regulamentação bancária.

O Banco continuou, em 2009, a apoiar as Universidades Portuguesas no âmbito da sua politica de Responsabilidade Social, na qual investiu mais 11% que no ano precedente, num investimento superior a 4 milhões de euros. Entre outros apoios, gostaria de referir os subsídios a atribuídos a diversos projectos na área da solidariedade social, área em que assistimos a crescentes necessidades, e à qual continuaremos atentos.

O reconhecimento como "Melhor Banco em Portugal" que nos foi testemunhado pelas principais revistas da especialidade (Euromoney, The Banker e Exame) constitui, neste ano singular, por um lado a confirmação de que o Banco consegue actuar com êxito em circunstâncias económicas e competitivas muito diferentes, e por outro, um estímulo a todas as equipas do Banco para mantermos, face aos tempos difíceis que se perspectivam, a elevada performance sustentadamente demonstrada.

Em 2010, continuaremos a capitalizar na solidez da nossa marca e do nosso balanço, bem como na nossa eficiência operativa, continuando a apoiar o tecido empresarial português. No mercado de particulares iremos continuar a aprofundar a nossa oferta em segmentos específicos, como os Jovens Universitários, ou os clientes *Premium*.

Quero deixar expresso o meu grande apreço pela confiança acrescida demonstrada pelos nossos clientes, e pelo trabalho de todas as equipas do Banco, cuja cooperação e rigor na execução das políticas definidas constituem perante a situação económica e financeira adversa, a razão última destes notáveis resultados.

(*) inquérito apresentado em Novembro de 2009 pela Brandia Central

Órgãos Sociais

SANTANDER TOTTA, S.G.P.S., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Mota

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório
Vice – Presidentes	Matias Pedro Rodriguez Inciarte Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Eduardo José Stock da Cunha* José Carlos Brito Sítima** José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*** José Manuel Alves Elias da Costa Miguel de Campos Pereira de Bragança

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, S.R.O.C.

Comissão Executiva

Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Eduardo José Stock da Cunha* José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Miguel de Campos Pereira de Bragança

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	João Manuel da Mota Branquinho e Crespo

* Renunciou em 13/03/09
** Cooptado em 23/07/09
*** Cooptado em 16/04/09 e renunciou com efeito a 19/06/09

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Mota

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório
Vice – Presidentes	Matias Pedro Rodriguez Inciarte Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha Eurico Silva Teixeira de Melo José Carlos Brito Sítima José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt* José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha** José Carlos Brito Sítima José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt* José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	João Manuel da Mota Branquinho e Crespo

* Renunciou em 18/05/09 com efeitos a 19/06/09
** Renunciou em 13/03/09

BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice-Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório
Vice-Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	Ana Patrícia Botín Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca João Manuel Barbosa Veiga Anjos Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Maria Estela Guedes Barbosa R. Magalhães Barbot Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida Pedro Gaspar Fialho Sofia Luisa Correia Henriques Cardoso de Menezes Frère

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C., representado por Fernando Jorge Marques Vieira Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC, SA

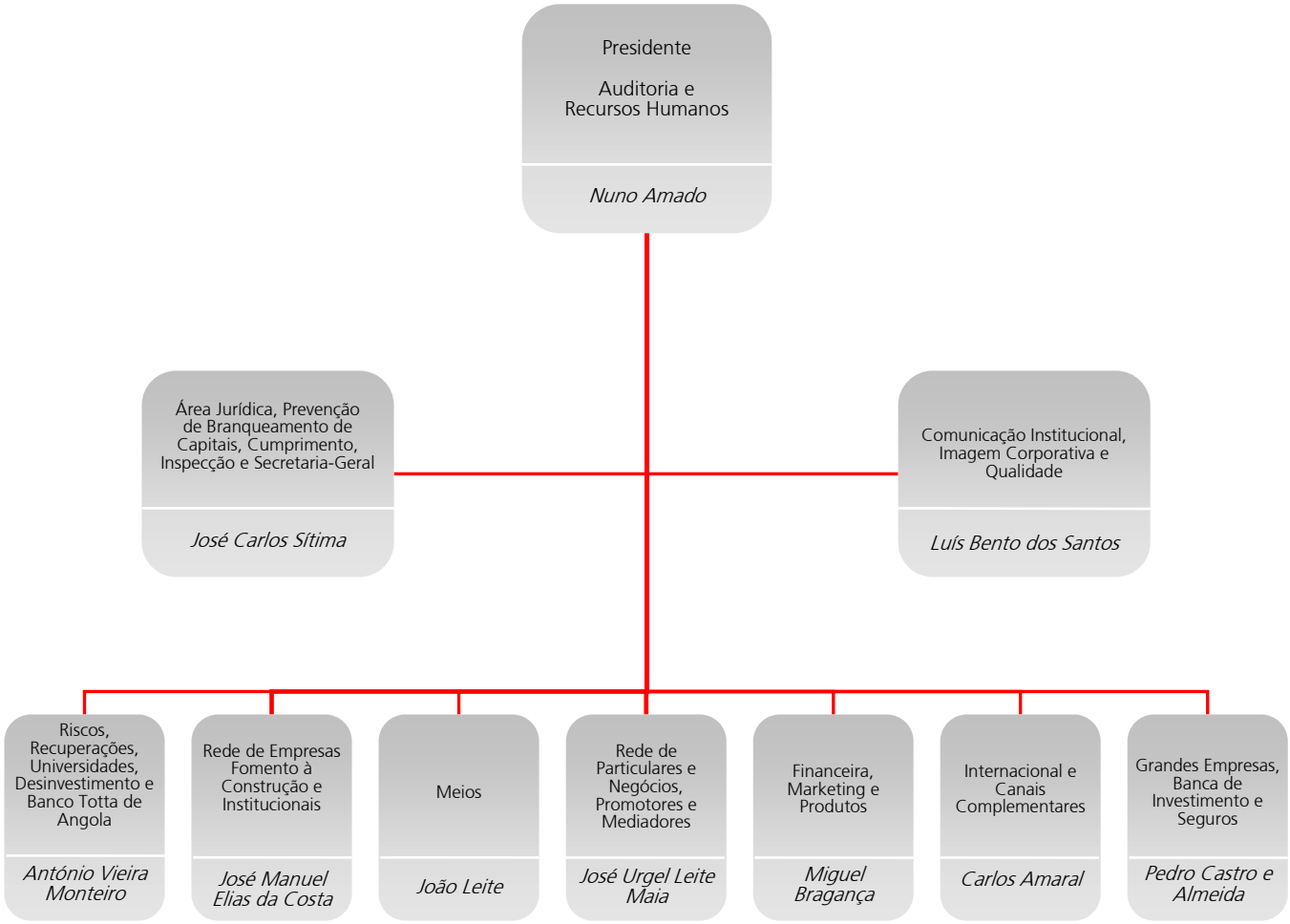
Comissão Executiva

Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vice – Presidentes	Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal	João Manuel Barbosa Veiga Anjos
Membros-Agregados	João Paulo Moura Bouça de Morais Luis Dominguez Dominguez João Baptista Leite

Secretário da Sociedade

Efectivo	Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes
Suplente	António Miguel Leonetti Terra da Mota

Organigrama Funcional



Factos Relevantes em 2009

Janeiro

- Lançamento da 3ª Edição do Prémio de Jornalismo Económico
- Santander como assessor financeiro da Galp no processo de venda de activos da Esso Portuguesa

Fevereiro

- Entrega do Prémio Santander Totta / Universidade Nova de Lisboa
- Apresentação dos resultados anuais de 2008
- Santander Totta relança taxa fixa para crédito à habitação
- Santander Totta lança cartão de crédito que dá 5% de desconto aos seus clientes

Março

- Santander Totta patrocina cerimónia de entrega do título "Honoris Causa" a José Mourinho
- Santander Totta integra Projecto Abrigo da CAIS
- Santander Totta adere ao programa de incentivo à utilização de energias renováveis

Abril

- Apresentação dos resultados do 1º trimestre de 2009
- Santander Totta assina acordo com a ANF
- Santander Totta lança nova campanha de vinculação de clientes

Maio

- Entrega do Prémio de Jornalismo Económico
- Santander Totta promove "Semana Santander És Tu", 5 dias de iniciativas dedicadas aos seus colaboradores
- Santander Totta vence Prémio Excelência RH Magazine
- Santander Totta promove sessões de "Coaching Parental"
- Santander Totta financia e-Universidades
- Santander Totta lança produto de poupança para Universitários e oferece Bolsas para Erasmus

Junho

- Entrega do Prémio *Primus Inter Pares*
- Lançamento do Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2008
- Atlas da Arte Portuguesa, patrocinado pelo Banco Santander Totta, distribuído nas Embaixadas Portuguesas no Mundo
- Santander Totta emite 1000 milhões de euros em obrigações
- Santander Totta vence prémio de "Melhor Contact Center" em Portugal
- Santander Totta volta a apelar à poupança dos portugueses, com o conceito "Poupança Mais Prémio"

Julho

- Santander Totta patrocina festival internacional de desportos de ondas e música
- Fundação CEBI vence Prémio Gulbenkian Educação
- Apresentação dos resultados do 1º semestre de 2009
- Acordo com a CGD em Angola
- Santander Totta é o melhor Banco em Portugal, segundo a revista Euromoney
- Santander Totta e AICEP assinam acordo para apoiar exportações das empresas portuguesas

Agosto

- 6ª Edição do torneio de golfe Santander Totta

Setembro

- Santander Totta e Universidade da Madeira criam cátedras nas áreas das energias renováveis e das nanotecnologias
- Santander Totta apoia Green Festival
- Fitch mantém *rating* do Santander Totta
- Moody's mantém *rating* do Santander Totta
- Prémio CCILE: Nuno Amado eleito melhor gestor do ano

Outubro

- Santander Totta lança cartão de crédito à prova de fraude: cartão Titanium
- Santander Totta eleito "Melhor Banco do Ano"
- 2ª Conferência "Gestão no Feminino"
- Santander Totta e Instituto de Empresa (IE Business School) assinam protocolo
- Ensivest e Santander Totta celebram acordo de colaboração
- Arranque da 7ª edição do Prémio Universidade de Coimbra, com o apoio do Santander Totta
- Apresentação dos resultados do 3º trimestre de 2009

Novembro

- Santander Totta emite 1000 milhões de euros em obrigações hipotecárias
- Entrega dos prémios científicos UTL / Santander Totta 2009
- Entrega dos prémios melhores alunos UTL / Santander Totta 2009
- Santander Totta lança nova campanha publicitária de conta ordenado
- Santander Totta recebe prémio de "Melhor Grande Banco", atribuído pela revista Exame
- Contact Center do Santander Totta vence prémio de "Melhor Experiência do Cliente" no sector da Banca em Portugal
- Nuno Amado recebe Comenda Isabel La Católica
- 5ª Edição da Bolsa Virtual Universia

Dezembro

- Santander Totta eleito "Banco do Ano em Portugal" pela revista The Banker
- Mil Universidades no II Encontro Internacional de Reitores Universia
- Santander Totta é a marca bancária que mais atrai os portugueses, segundo um estudo da Brandia Central
- Santander Totta e CAIS promovem 6ª edição do Pão de Todos
- Santander Totta e América Latina lançam prémio científico e bolsas universitárias

Prémios em 2009

- Melhor Banco em Portugal - Euromoney
- Banco do Ano em Portugal - The Banker
- Melhor Grande em Portugal - Exame
- Marca que mais atrai os portugueses - Brands' Magnetic Fields 2009 Brandia Central

- "Melhor Contact Center em Portugal", no âmbito dos Prémios APCC 2009. O Banco obteve ainda o 1º lugar na categoria de "Melhor Contact Center do Sector Financeiro"
- Prémio Excelência atribuído pela Revista RH Magazine e Select Vedior, pelas suas práticas inovadoras na Gestão de Recursos Humanos – Semana Santander És Tu
- Prémio de "Melhor Experiência do Cliente" no sector da Banca em Portugal: prémio AIAREC – Associação Ibero Americana de Relações Empresa Cliente – ao *Contact Center* do Banco Santander Totta.

Rating

O Santander Totta é objecto de notação de *rating* pela Fitch Ratings, Moody's e Standard and Poor´s.

Em 2009, o Santander Totta continuou a beneficiar da mais elevada notação de *rating* atribuída a um banco português: AA, Aa3 e AA- para a dívida de longo prazo, atribuída pela Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's, respectivamente.

No início do ano, e na sequência da revisão em baixa do *rating* de longo prazo e de curto prazo da República Portuguesa para A+/A-1, respectivamente, a agência de *rating* Standard & Poor's procedeu à revisão dos *ratings* do Santander Totta, tendo confirmado o *rating* de curto prazo de A1+, mas revendo em baixa o *rating* de longo prazo para AA-, com *outlook* estável. Em Dezembro, a S&P, após ter revisto o *outlook* da dívida da República Portuguesa, para negativo, efectuou idêntico procedimento para o Santander Totta.

Em Setembro, a Moody's, no âmbito da revisão das notações de *rating* da banca portuguesa, reafirmou os r*atings* da dívida de curto prazo e longo prazo, tendo revisto o *outlook* de estável para negativo e o BFSR *(Bank Financial Strenght Ratings)* de C+ para C.

A Fitch reafirmou também, em Setembro, o *rating* do Santander Totta: AA para a dívida de longo prazo e F1+ para a dívida de curto prazo, com *outlook* estável.

As notações de *rating* obtidas pelo Santander Totta reflectem a estratégia adoptada, a solidez financeira e a sua capacidade de geração de resultados.

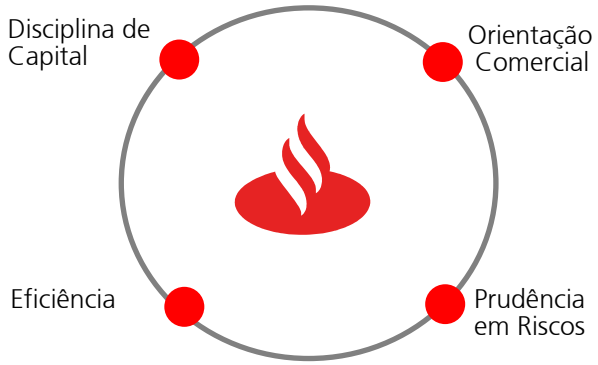
Agência	Notações de *Rating*
FitchRatings	
curto prazo	F1+
longo prazo	AA
outlook	*stable*
individual	B
Moody's	
curto prazo	P-1
longo prazo	Aa3
outlook	*negative*
individual	C
Standard & Poor's	
curto prazo	A1+
longo prazo	AA-
outlook	*negative*

Valores Corporativos e Modelo de Negócio

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

Dinamismo	Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado
Solidez	A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo
Liderança	Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o cliente e para os resultados
Inovação	Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos clientes permitindo obter aumentos de rendibilidade superiores aos dos nossos concorrentes
Orientação comercial e ética profissional	Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço

O cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta



O fulcro da actividade do Santander Totta, assente na actividade de banca comercial, consistiu na manutenção de uma estratégia de proximidade ao cliente, privilegiando a oferta de produtos e serviços inovadores, a melhoria contínua da qualidade de serviço, a captação e retenção de clientes, a captação e retenção de talentos, a gestão prudente de riscos e uma procura permanente de maior eficiência através da excelência operativa com base em tecnologia de vanguarda.

Responsabilidade Social Corporativa

O Santander Totta, alinhado com a política do Grupo, tem como eixo prioritário da sua política de responsabilidade social a promoção do conhecimento e ensino, em especial nas universidades, uma vez que considera que este é o motor de desenvolvimento da sociedade. O Banco mantém também uma política activa nas áreas da solidariedade social, ambiente, cultura e promoção da saúde e do desporto, ciente que esta diversidade na intervenção é determinante para o aprofundamento da consciência social e corporativa dos actores económicos.

Em 2009, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 4,3 milhões de euros, o que representa um incremento de 11% face ao ano anterior.

Universidades e Universia

Universia

Tendo definido como missão a criação de projectos de valor e para os quais a inovação e a excelência são primordiais, a maior rede de cooperação universitária do mundo - a rede ibero-americana Universia - centra a sua acção em quatro áreas distintas: emprego, formação, redes sociais e observatório para a ciência e conhecimento.

Prémio Primus Inter Pares

O prémio *Primus Inter Pares* é uma iniciativa do Santander Totta e do jornal Expresso, e tem vindo a consagrar-se como um prémio de excelência, encontrando, ano após ano, jovens promessas das áreas de Gestão, Economia e Engenharia. Até serem eleitos "Primus", os estudantes passam por várias fases de selecção, tendo por base critérios de avaliação, como as capacidades de liderança, de iniciativa e de trabalhar em equipa, fundamentais para encontrar os futuros líderes de amanhã. Gonçalo Saraiva, da Universidade Católica, venceu 6ª edição do prémio *Primus Inter Pares*.

Solidariedade Social

País Solidário

O Santander Totta efectuou um donativo de 100.000 euros para a campanha "País Solidário".

O "Pais Solidário" destina-se a famílias que perderam a totalidade ou parte significativa dos rendimentos do trabalho, tendo ficado impossibilitadas de fazer face aos encargos com o agregado familiar, designadamente com crianças em idade pré-escolar, idosos e pessoas com deficiência.

A campanha destina-se, em primeiro lugar, às famílias que não beneficiam dos sistemas específicos de protecção social, nomeadamente subsídio de desemprego, rendimento social de Inserção ou complemento solidário do idoso. Existem 4 níveis de apoio: (1) apoio para o pagamento de despesas decorrentes da utilização de respostas sociais (creche, jardim de infância, ATL, lar, instituição para pessoas com deficiência; (2) apoio à educação (pagamento de propinas, excluindo Universidades e de outras despesas escolares); (3) apoio alimentar; (4) outros apoios excepcionais ligados a situações de carência grave detectadas pelas instituições e devidamente justificados.

O projecto é executado por três instituições com experiência e rede de proximidade: Cáritas, Cruz Vermelha Portuguesa e Federação dos Bancos Alimentares contra a Fome.

Bolsa de valores Sociais

O Santander Totta apoiou o lançamento em Portugal do projecto inovador "Bolsa de Valores Sociais (BVS)". O funcionamento é similar a qualquer bolsa de valores mobiliários com a diferença de que, nesta bolsa, os activos são sociais e o objectivo dos investidores é criar um impacto positivo na sociedade.

A primeira Bolsa de Valores Sociais foi criada em 2003, em São Paulo, onde até à data se financiaram 100

projectos com um total de 4 milhões de euros. Portugal é o segundo país do mundo com esta iniciativa.

Oferecendo 500 cupões, com os quais se poderá realizar o primeiro investimento na Bolsa de Valores Sociais, o Banco introduz, em Portugal, esta nova plataforma de encontro entre cidadãos e instituições sociais para financiar projectos inovadores de intervenção social.

Banco de Bens Doados

O Santander Totta apoiou o projecto "Banco de Bens Doados", desenvolvido pela ENTRAJUDA, com o objectivo de encaminhar produtos não alimentares com utilidade social para pessoas necessitadas, através de instituições de solidariedade social seleccionadas e acompanhadas, tendo disponibilizado mobiliário e material informático.

Pão de Todos

O Santander Totta organizou, pelo 6º ano consecutivo, na época natalícia, o "Pão de Todos para Todos", em parceria com a CAIS. A iniciativa realizou-se na Praça Martim Moniz, em Lisboa, e consistiu em produzir e distribuir gratuitamente vários tipos de pão à população, bem como chocolate quente. Na acção participaram cerca de 200 voluntários, entre os quais mais de 100 voluntários do Banco.

Fundação CEBI

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração. Esta instituição tem como principal actividade a promoção da educação, abrangendo 1.600 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social no valor de 540.000€/ano.

A CEBI presta também serviços de apoio a 250 idosos em lar bem como apoio domiciliário e em centros de dia. Ainda no âmbito de acção social, acolheu 49 crianças, vítimas de maus tratos ou abandono e acolheu famílias monoparentais na comunidade de inserção. Assegura também a distribuição de alimentos por 146 famílias, num total de 590 pessoas, em articulação com o Banco Alimentar Contra a Fome e empresas locais. Na área da saúde, e através da sua clínica de medicina física e reabilitação, faz cerca de 5.000 atendimentos por ano.

Visão em Braille

O Santander Totta é apoiante, desde a primeira edição, da revista VISÃO Braille, que ficou acessível a um leque mais vasto de potenciais leitores, considerados muito especiais: os invisuais. Sem fins lucrativos, esta edição especial é mensal e a sua distribuição gratuita. Prosseguiu-se ainda a política de apoio a outras instituições, das quais se salientam a cooperação com a Pró Dignitate e a Cruz Vermelha Portuguesa, entre outras.

Mini Maratona Sportzone / Santander Totta

As ruas das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia receberam a 3ª meia maratona e mini maratona Sportzone / Santander Totta que contou com a presença de cerca de 12 mil participantes, entre os quais se encontravam mais de 300 colaboradores e 50 clientes. Estas provas foram apoiadas pelo Banco no âmbito da sua responsabilidade social e do seu compromisso com a promoção do desporto.

Desde a primeira edição, a meia maratona Sportzone tem desenvolvido uma componente de solidariedade social, promovendo e apoiando diversos projectos. Nesta última edição, foram angariados fundos para a Liga de Ostomizados de Portugal (LOP).

Semana Santander És Tu

Programa incluiu Mega Intercâmbio
Santander Totta promoveu "Semana Santander És Tu", 5 dias de iniciativas dedicadas aos seus colaboradores

Entre os dias 1 e 5 de Junho, o Santander Totta proporcionou aos seus colaboradores uma semana diferente, que incluiu várias iniciativas, como um mega intercâmbio, que permitiu a 200 colaboradores trocar de funções entre si por um dia. O evento contou também com acções de solidariedade, de saúde e bem-estar, visitas dos membros da administração do Banco aos balcões e um dia dedicado às famílias e, em especial, às crianças, filhos dos colaboradores do Banco.

Ambiente

Programa de Incentivo à utilização de energias renováveis

O Santander Totta disponibilizou aos seus clientes condições especiais na aquisição de painéis solares térmicos, no âmbito do programa de incentivo à utilização de energias renováveis lançado pelo Governo, que pretende reduzir a dependência externa de energia e de emissões de CO2.

O Santander Totta tem vindo a apostar na criação de produtos e serviços e no apoio ao investimento de energias renováveis, que permitem proteger o ambiente e contribuir para o desenvolvimento sustentável, em linha com a sua política de responsabilidade social, em que o compromisso ambiental assume uma presença

incontornável em todos os processos de funcionamento do Banco.

O Santander Totta disponibiliza ainda condições de financiamento preferenciais, com financiamento de 100% do preço pago pelo cliente, com uma taxa de juro indexada à Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 1,5%, pelo prazo máximo de 72 meses ou 84 meses no caso de habitação abastecida a gás natural.

Green Festival e *Everything is Connected*

O Santander Totta voltou a apoiar o *Green Festival*, evento que considera muito importante para promover a sustentabilidade em Portugal. O *Green Festival* é um ponto de encontro do que mais se sabe e melhor se faz em matéria de sustentabilidade. Além das conferências e *workshops*, na zona de exposições abertas ao grande público, encontram-se algumas tendências sustentáveis que permitem reduzir consumos, produtos ecológicos, alimentação saudável, entre outras.

Na conferência de abertura, o Dr. Nuno Amado referiu: "o Santander Totta monitoriza desde 2004 a sua *pegada de carbono*, como mais uma das métricas internas de actividade, e alcançámos já uma redução superior a 30% no total Banco e de 40% por trabalhador".

O Santander Totta foi também, nesta edição, organizador de uma conferência denominada *Everything is Connected*, que contou com dois painéis que abordaram as fronteiras das suas áreas de conhecimento, tendo em vista mostrar que tanto nos sistemas biológicos complexos como na música, no direito ou no empreendedorismo, os grandes saltos qualitativos surgem quando há verdadeira cooperação entre vocações complementares.

Cultura

Atlas da Arte Portuguesa

O Santander Totta ofereceu, a todas as embaixadas portuguesas no mundo, o livro "Atlas da Arte Portuguesa no Mundo". Este livro foi distribuído, na versão inglesa, a todos os membros do corpo diplomático. Portugal desempenhou, ao longo dos séculos, um papel pioneiro na globalização do planeta, tendo sido o primeiro País europeu a chegar aos locais mais distantes. Ao apoiar esta obra o Santander Totta pretende contribuir para um melhor conhecimento da presença dos portugueses noutros continentes. Este livro foi editado pela primeira vez em 2009 como enquadramento da exposição "Emcompassing the World" e da comemoração do 150º aniversário do Santander.

VIII Bienal de Antiguidades da APA

O Santander Totta apoiou uma nova edição da Bienal de Antiguidades, a maior feira de antiguidades em Portugal, que tem vindo a ganhar uma crescente importância no sector das obras de arte, sendo esta já a sua sétima edição.

Organizada pela Associação Portuguesa de Antiquários, a Bienal, que decorreu no mês de Abril na Cordoaria Nacional, em Lisboa, teve este ano 17% mais de expositores face à última edição e contou com mais de 16 mil visitantes.

O patrocínio do Santander Totta à Bienal de Antiguidades insere-se no âmbito da sua política de responsabilidade social, que privilegia o ensino e o conhecimento, aqui materializado pelo apoio à divulgação das artes e da cultura portuguesas.

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

O agravamento das condições económicas e financeiras, que se sucedeu à falência do banco de investimento Lehman Brothers em Setembro de 2008, culminou na mais profunda recessão económica desde a Grande Depressão dos anos 1930, com um ritmo de contracção da actividade económica que atingiu o seu pico na viragem de 2008 para 2009.

Efectivamente, a conjuntura económica, a nível global, caracterizou-se por uma literal travagem da economia, com os agentes económicos a cancelarem todas as suas decisões de consumo e investimento, num contexto de elevada incerteza quanto ao ritmo futuro de evolução da economia mundial.

Fruto desta reacção, em 2009, a economia mundial registou a primeira contracção da actividade económica do período do Pós-Guerra, com a maior redução da riqueza produzida anualmente a ocorrer nas economias desenvolvidas, enquanto a generalidade das economias emergentes registou uma desaceleração pronunciada, mas a conseguir evitar a recessão.

Crescimento económico mundial

	2007	2008	2009
Mundo	**5.2**	**3.0**	**-0.8**
Países Avançados	**2.7**	**0.5**	**-3.2**
EUA	**2.1**	0.4	-2.5
UEM	2.7	0.6	-3.9
Reino Unido	2.6	0.5	-4.8
Japão	2.3	-1.2	-5.3
Países em Desenvolvimento	**8.3**	**6.1**	**2.1**
África	6.3	5.2	1.9
Asia	10.6	7.9	6.5
China	13.0	9.6	8.7
Europa de Leste	5.5	3.1	-4.3
Médio Oriente	6.2	5.3	2.2
América Latina	5.7	4.2	-2.3
Brasil	5.7	5.1	-0.4

Fonte: FMI (janeiro de 2010)

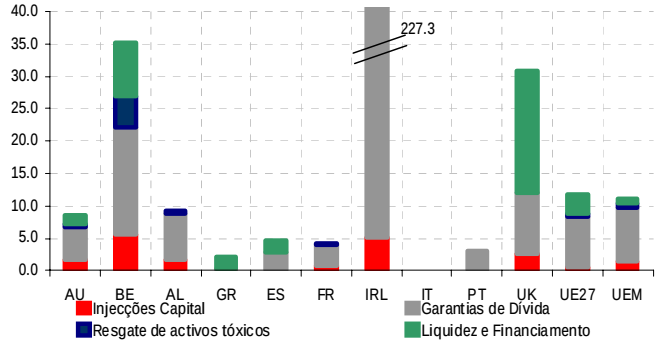
Apesar dos números globais do ano serem bastante negativos, a evolução intra-anual foi distinta, com a maior contracção da actividade económica a ocorrer quer no último trimestre de 2008 (o que por si só deixava significativos efeitos de base para o ano de 2009), quer no primeiro trimestre de 2009.

Nestes dois trimestres, a contracção média trimestral anualizada da actividade foi de 5,9% nos EUA, de 8,3% na zona euro, de 7,2% em Portugal e de 8,4% no Reino Unido.

A forte contracção da actividade exigiu das autoridades uma resposta sem precedentes históricos, quer em montantes, quer em termos do leque de medidas adoptadas, de forma a combater a crise e a evitar uma ainda mais profunda contracção, com os primeiros resultados a materializarem-se no início do Verão, com a saída da recessão técnica iniciada ainda em 2008. No entanto, a economia mundial continuou a operar muito abaixo dos ritmos verificados antes do espoletar da crise, com taxas de variação homóloga ainda negativas no 4T09.

As medidas foram implementadas pelos Governos, com agressivos planos de estímulo económico, e pelos bancos centrais, com a injecção massiva de liquidez na economia, através de medidas não convencionais de política monetária.

Medidas de apoio ao sector financeiro em 2009 (% PIB)



Fonte: CE

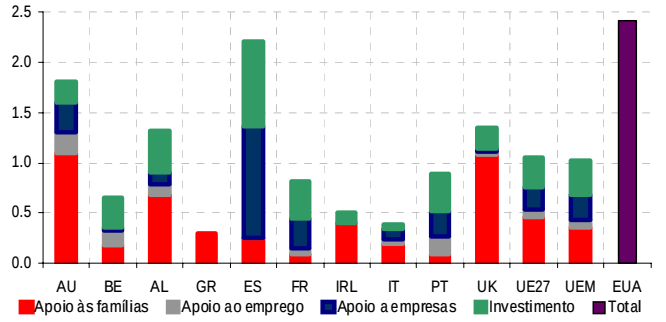
Ao nível dos Governos, as medidas adoptadas enquadram-se em dois tipos: um primeiro, destinado a apoiar o sector financeiro (e que já tinha sido adoptado no final de 2008), com garantias explícitas ao financiamento dos bancos, de forma a contornar a maior dificuldade potencial no acesso aos mercados financeiros.

O segundo conjunto de medidas inclui um plano de estímulo económico tradicional, com um aumento da despesa discricionária do Estado, corrente, mas sobretudo de capital, e com reduções de impostos ou adopção de benefícios fiscais vários, como sejam o plano de renovação do parque automóvel, adoptado de forma

relativamente generalizada nas principais economias desenvolvidas.

Esses planos assumiram maior dimensão em economias como a dos EUA, onde a Administração Obama, logo após a tomada de posse, fez aprovar o *"American Recovery and Reinvestment Act"*, um plano no montante total de 787 mil milhões de dólares (mais de 5% do PIB). Também a China adoptou um agressivo pacote de medidas de estímulo económico, destinadas a relançar a procura interna, através de um significativo programa de investimentos públicos, orçado em quase 600 mil milhões de dólares.

Medidas de estímulo económico em 2009 (% PIB)



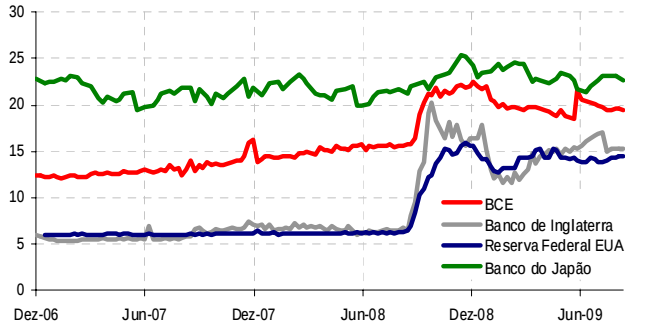
Fonte: CE

Os bancos centrais também tiveram que agir rapidamente, com um leque de instrumentos bastante alargado, indo muito além da clássica descida das taxas de juro e implementando medidas claras do designado "quantitative easing", em que adquirem em mercado dívida, pública ou privada.

Nos EUA, a Reserva Federal desceu a taxa de juro de referência para o intervalo de 0,0%-0,25%, um mínimo histórico absoluto, e adicionalmente adoptou novos planos de apoio à economia, destacando-se a aquisição de novas emissões de titularização de créditos pessoais, automóvel, a estudantes e comerciais, procurando reabrir o canal de crédito, que tinha encerrado com o receio dos investidores em adquirirem titularizações de crédito, as quais tinham estado associadas à génese da crise.

As medidas implementadas incluíram também a aquisição de dívida pública, num montante de 300 mil milhões de dólares, o que permitiu uma descida pronunciada das taxas de juro de longo prazo (a *yield* dos 10 anos caiu 50p.b., para 2,5%, no dia em que a Reserva Federal anunciou esse programa).

Balanço dos Bancos Centrais (% PIB)



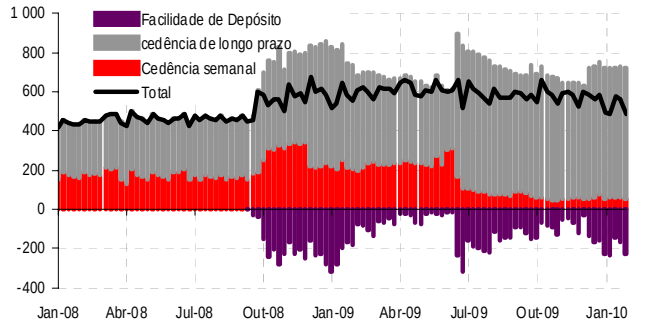
Fonte: FMI

No Reino Unido, além de descer a taxa de referência para o mínimo histórico de 0,5%, o Banco de Inglaterra (que em mais de 300 anos de história nunca tinha descido a taxa de referência abaixo de 2,0%), anunciou um plano de aquisição de dívida, pública e privada, num montante que seria alargado até aos 200 mil milhões de libras esterlinas (14% do PIB do Reino Unido). Este plano foi completado no início de 2010, sendo que o Banco de Inglaterra passou a deter mais de 20% da dívida pública britânica.

Na zona euro, o Banco Central Europeu também desceu a principal taxa de juro de referência, para 1,0%, e seguiu uma linha de intervenção idêntica à dos demais congéneres, embora falando antes em "apoio reforçado ao crédito".

Este "apoio reforçado" congregou duas grandes medidas. Uma, consistiu num programa de aquisição de "covered bonds", até ao montante total de 60 mil milhões de euros, em mercado primário e secundário, destinado a apoiar este segmento de mercado, que tinha encerrado nos primeiros meses de 2009.

Cedência de liquidez pelo BCE (€ bn)



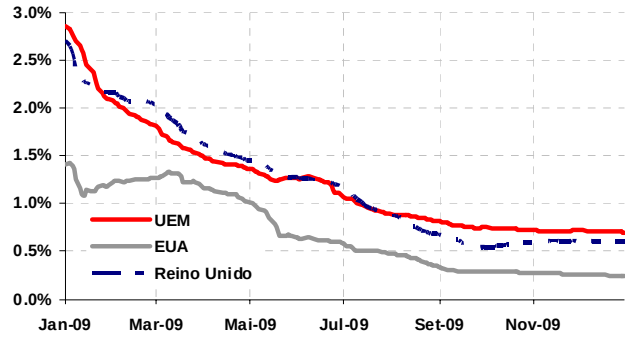
Fonte: BCE

A segunda grande medida consistiu na cedência ilimitada de liquidez aos bancos da zona euro, à taxa fixa de 1,0%, em operações de cedência de liquidez por prazos mais

longos, destacando-se em particular a operação a doze meses realizada em Junho de 2009, na qual os bancos europeus procuraram (e obtiveram) 442 mil milhões de euros.

Essa elevada procura resultou numa situação de liquidez excedentária na zona euro, com os bancos a depositarem, em média, mais de 100 mil milhões de euros diariamente no BCE, à taxa de juro de 0,25%.

Taxas de Juro 3 Meses



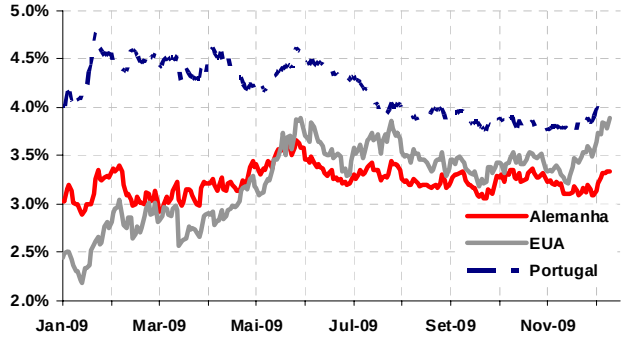
Fonte: Bloomberg

Em consequência, as taxas de juro de curto prazo, na zona euro, desceram de forma pronunciada, com a taxa de juro overnight – Eonia – a aproximar-se de 0,35%, e as taxas de juro Euribor, até ao prazo dos 6 meses, a situarem-se abaixo da taxa refi.

Ou seja, sem o ónus da descida da principal taxa de juro de referência, o BCE conseguiu ter taxas de juro de curto prazo em linha com as das restantes economias desenvolvidas.

Igualmente, a intervenção dos bancos centrais teve algum impacto sobre as taxas de juro de longo prazo, nos países onde as medidas de "quantitative easing" foram implementadas (EUA e Reino Unido), mas não impediram uma tendência de subida ao longo do ano. Na Europa, dado que o BCE está impossibilitado legalmente de financiar directamente as Administrações Públicas, não houve um impacto visível sobre as taxas de juro de mais longo prazo, ainda que o sector financeiro tenha aumentado o seu volume de investimentos em dívida pública, financiando essa aquisição com a liquidez obtida junto do BCE.

Taxas de Juro 10 Anos



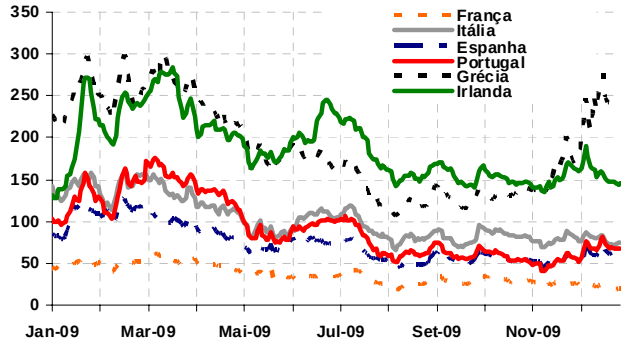
Fonte: Bloomberg

Ao longo do ano, e até Dezembro, foi visível uma progressiva diminuição dos *spreads* de crédito entre os países periféricos e os países núcleo (em particular, a Alemanha), na zona euro.

No primeiro trimestre tinha ocorrido um significativo alargamento dos *spreads*, no auge da incerteza, com um fluxo significativo de notícias adversas sobre a situação de liquidez e orçamental de várias economias da Europa de Leste, que necessitaram mesmo do apoio da UE e do FMI (casos da Hungria, Bielorrússia, Letónia, Sérvia e Ucrânia), com os receios a estenderem-se à Grécia, mas também a Portugal e Itália.

O apoio das autoridades, através de linhas de crédito do FMI, e os impactos das medidas de estímulo económico e apoio ao sector financeiro, permitiria uma progressiva redução de *spreads*, sendo que no final do ano a deterioração da situação orçamental na Grécia originaria uma nova vaga de receios quanto à sustentabilidade orçamental deste país, que se estendeu já em 2010 a outros países periféricos, em especial Portugal e Espanha.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



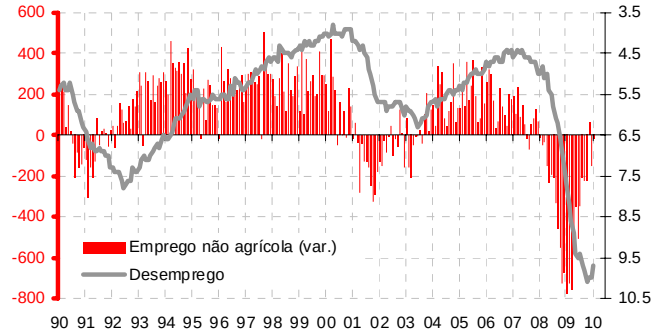
Fonte: Bloomberg

Como mencionado, o significativo conjunto de medidas de apoio económico começou a produzir os primeiros efeitos a partir do início do Verão, inicialmente com uma

estabilização da actividade, ainda que em níveis mínimos históricos, posteriormente já com um crescimento moderado.

As economias emergentes, em especial a China, foram as primeiras a recuperar, beneficiando do forte plano de estímulo e do facto de na génese da crise terem estado os mercados financeiros e o sector financeiro das economias desenvolvidas. A China terá crescido 8,7% em 2009, ainda assim o ritmo mais lento desde 2001, quando cresceu 8,1%.

Mercado de Trabalho nos EUA



Fonte: Bloomberg

A recuperação da economia asiática e o apoio económico permitiram também aos EUA a saída da situação recessiva em que tinha entrado já em Dezembro de 2007. No 3T09, o PIB cresceu já 2,2% em termos anualizados, com uma estabilização do investimento e com o consumo privado a beneficiar do plano de renovação do parque automóvel.

O crescimento acelerou no último trimestre do ano, com o PIB a expandir 5,9% (anualizados), mas ainda sem gerar efeitos ao nível do mercado de trabalho. Ainda que a destruição de emprego se tenha reduzido ao longo do ano, no conjunto do ano os EUA perderam mais de 4 milhões de empregos, e a taxa de desemprego subiu até aos 10%.

Na Europa, a recuperação económica iniciou-se ligeiramente mais tarde, e de forma desigual entre os vários países. A zona euro contraiu fortemente em 2009, embora a partir do segundo semestre tenha iniciado uma fase de recuperação, mas que não foi generalizada.

Economia da UEM – 2009

	PIB	Inflação
UEM	**-3.9**	**0.3**
Alemanha	-4.8	0.1
França	-2.3	0.3
Espanha	-3.6	-0.3
Itália	-4.8	0.7

Fonte: FMI (janeiro de 2010)

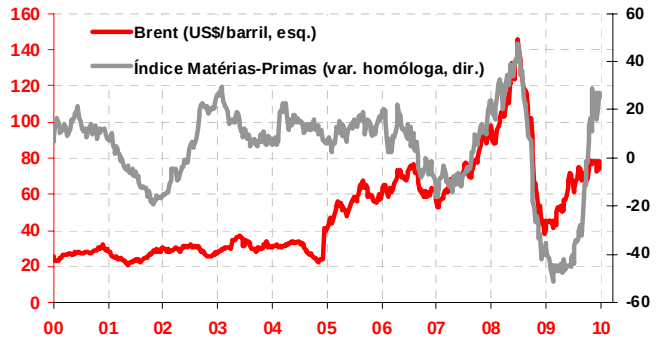
Os países "core", como a Alemanha e a França, recuperaram mais rapidamente, beneficiando da sua maior exposição aos mercados emergentes e da recuperação de competitividade externa que tinham realizado nos últimos anos.

Outros países, como a Irlanda e a Espanha, fecharam ainda o ano em situação recessiva, apesar das medidas de apoio adoptadas pelos Governos, já que tinham simultaneamente que acomodar os efeitos do rebentamento de uma significativa bolha no mercado imobiliário, com uma contracção profunda da actividade de construção residencial e consequente aumento do desemprego para máximos históricos.

O mesmo verificou-se no Reino Unido, que conjugou a correcção na actividade imobiliária com as tensões no sector financeiro, e, por isso, terminou também o ano ainda em recessão. Contudo, ao longo do ano foi já visível uma inversão do ciclo nos preços do imobiliário, bem como uma ligeira estabilização do consumo privado.

Os progressivos sinais de estabilização económica, que deram posteriormente lugar a sinais de recuperação nas economias emergentes, tiveram impacto ao nível das matérias-primas, ainda que de forma diferenciada nas várias categorias.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Assim, o ano de 2009 iniciou-se com os preços do petróleo em mínimos históricos, nos 40 dólares por barril (o nível mais baixo desde 2005, e mais de 70% abaixo dos máximos de cerca de 150 dólares observados em meados de 2008). Os preços viriam a subir de forma gradual ao longo do ano, até cerca de 80 dólares no último trimestre, momento a partir do qual passaram a registar uma variação homóloga positiva e a ter um contributo positivo para os preços no consumidor.

No entanto, durante quase todo o ano os preços do consumidor reflectiram ainda os impactos da descida dos preços do petróleo ocorrida no segundo semestre de 2008, com as taxas de variação homóloga a entrarem em

terreno negativo, atingindo o seu ponto mínimo no final do segundo trimestre do ano. A debilidade da procura ampliou este efeito, pelo que durante algum tempo os investidores tiveram alguns receios de que a economia pudesse estar a entrar numa situação de deflação.

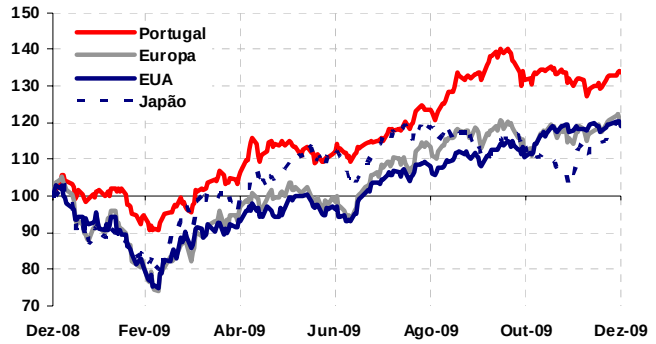
Os bancos centrais vieram afastar este cenário (embora permanecendo atentos), argumentando que: (1) a descida dos preços está concentrada nas classes energéticas e alimentares; e (2) os consumidores e demais agentes económicos nunca incorporaram expectativas deflacionistas.

Por seu lado, os metais de base permaneceram próximo dos mínimos durante toda a primeira metade do ano, antes de iniciarem uma subida mais perceptível no segundo semestre. Já as matérias-primas alimentares permaneceram próximo dos mínimos e, em alguns casos, como os cereais, cairiam mesmo no segundo semestre de 2009.

Os metais preciosos subiram, com destaque para o ouro, que testou mesmo um novo máximo histórico, nos 1226 dólares por onça. Isso foi sobretudo reflexo de uma elevada aversão ao risco, no final do ano, quando a Dubai World anunciou a intenção de renegociar a sua dívida, o que alimentou receios de incumprimento, estando alguns bancos britânicos particularmente expostos à dívida da empresa do emirado.

Em conjugação, um conjunto de dados económicos mais fracos relançou algumas dúvidas sobre a sustentabilidade da retoma, resultando numa queda dos mercados accionistas e consequente redução do investimento em activos de maior risco.

Mercados Accionistas
(Dez-2008 = 100)



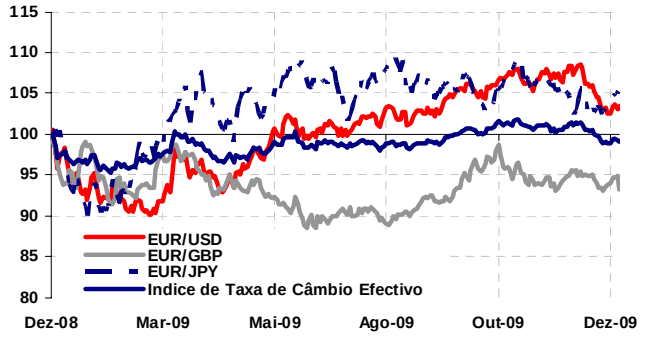
Fonte: Bloomberg

Este movimento de maior aversão ao risco ocorreu após quase seis meses consecutivos de valorização dos mercados financeiros, em especial os accionistas. Estes mercados testaram, em Março, os mínimos deste ciclo e os níveis mais baixos desde 2001, reflectindo uma fase em que a incerteza económica era ainda muito elevada, já que se tinham acabado de divulgar os dados relativos ao 4T08 e se conheceu melhor a profundidade da recessão, a qual teve reflexos ao nível das contas das empresas, em especial o sector financeiro, com uma subida pronunciada do crédito em incumprimento.

Após Março, as medidas de estímulo orçamentais, a descida das taxas de juro (incluindo as de longo prazo) e os sinais de progressiva estabilização da actividade económica resultaram num movimento de valorização dos mercados accionistas que se prolongou quase até ao final do ano e que permitiu uma valorização acumulada no ano de entre 20 e 30%, para os mercados desenvolvidos, e cerca de 50% para os mercados emergentes – destacando-se o Bovespa do Brasil com uma valorização de 80%.

A evolução das taxas de câmbio reflectiu também o clima de maior aversão ao risco. Durante grande parte do ano, a evolução do índice de taxa de câmbio efectivo do euro, que agrega as taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, permaneceu relativamente estável, oscilando numa banda relativamente estreita face aos níveis do início do ano.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2008 = 100)



Fonte: Bloomberg

No entanto, há dois movimentos dignos de registo. No início do ano, o euro continuou a depreciar-se, seguindo a tendência iniciada no final do Verão de 2008, após os máximos verificados face ao dólar. O euro chegaria a cotar abaixo de 1,25 dólares, assim testando os mínimos de 2008.

Posteriormente, o euro seguiria uma trajectória diferenciada face às principais divisas. Por um lado, uma apreciação face ao dólar, e ao iene, reflectindo quer a incerteza elevada que ainda se vivia quanto à conjuntura económica nos EUA, quer o elevado volume de operações de "carry trade", em que os investidores se financiavam a taxas de juro baixas, em dólares e em ienes, e aplicavam em divisas com taxas de juro mais elevadas, como o euro.

Por outro lado, uma depreciação face à libra esterlina, que prosseguiu o movimento de reversão após os mínimos (acima da paridade face ao euro) verificados no final de 2008. Ainda assim, este movimento não foi uniforme, com a libra a depreciar em meados do ano, quando o Banco de Inglaterra anunciou e começou a implementar o seu programa de "quantitative easing".

O aumento da aversão ao risco, no final do ano, implicou a liquidação de muitas das operações de "carry trade", resultando numa acentuada apreciação do dólar, que foi generalizada face às principais divisas.

Economia Portuguesa

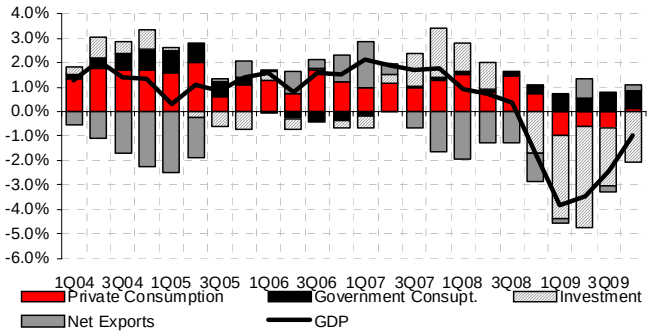
A grave crise económica e financeira global afectou também a economia portuguesa, onde o PIB contraiu 2,7%, o mais forte ritmo de destruição da riqueza desde os anos 70, e que se segue a uma estagnação em 2008.

Os impactos da crise transmitiram-se por dois canais de transmissão que exemplificam bem os dois mecanismos principais pelos quais a actividade foi afectada: (1) uma contracção profunda das exportações, superior a 11%, reflectindo a literal travagem a fundo da economia mundial e consequente queda dos volumes de comércio internacional; e (2) uma contracção superior a 12% do investimento, reflectindo quer a quebra da procura, quer as maiores dificuldades no acesso ao crédito, seja bancário, seja nos mercados de dívida, com uma subida dos *spreads* de crédito exigidos pelos investidores.

A quebra nas exportações foi generalizada, embora num movimento que teve lugar a dois tempos. A maior contracção ocorreu nos primeiros meses do ano, coincidindo com o pico da crise, vindo posteriormente a dar sinais de recuperação, embora fechando ainda em queda face aos valores de 2008, em especial nas vendas para países extra-comunitários (com destaque para Singapura e os EUA, reflectindo a situação da Qimonda e a descida dos preços do petróleo, e que anularam o impacto positivo das vendas para Angola).

O mesmo perfil intra-anual foi verificado no investimento, com o maior ritmo de contracção a ocorrer também no início do ano. No 3T08 o investimento teve um contributo positivo para a taxa de variação trimestral (mas ainda negativo, em termos homólogos), beneficiando do maior volume de obras públicas associadas ao ciclo eleitoral, e que não se repetiu no último trimestre do ano. Ainda assim, prosseguiu a tendência de recuperação gradual do investimento, com um contributo progressivamente menos negativo para o crescimento no final do ano.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

O consumo público terá tido um mais forte contributo para o crescimento, devido às medidas de apoio implementadas pelo Governo e ao funcionamento dos estabilizadores automáticos.

O consumo privado contraiu também, o que consiste na primeira contracção desde a recessão de 1993, reflectindo a reacção das famílias ao aumento do desemprego, bem como o seu maior foco em poupança, isto apesar das famílias que mantiveram o seu emprego terem beneficiado de um aumento real dos salários (fruto da queda dos preços no consumidor), bem como da descida das taxas de juro e ainda dos mais baixos preços da energia.

A taxa de desemprego subiu pronunciadamente ao longo do ano, tendo terminado 2009 acima dos 10% (10,1% no 4T9), com o maior agravamento após o Verão, reflectindo o ajustamento em curso na economia, seja pelo encerramento de muitas empresas, em especial nos sectores mais expostos à crise internacional, seja pelo menor volume de emprego no sector do turismo.

Como mencionado, as famílias aumentaram a poupança, utilizando muita da folga proporcionada pela descida das taxas de juro para mínimos históricos e consequente redução dos encargos com o crédito hipotecário. A taxa de poupança subiu, deste modo, de um mínimo de 5,7% em 2008 para 8,3% no 3T09.

Os preços no consumidor caíram 0,8% em 2009, reflectindo a descida dos preços dos combustíveis e da alimentação (fruto da queda dos preços das matérias-primas), bem como as significativas campanhas de promoções e descontos pelos vários retalhistas, num quadro de debilidade da procura. O contributo negativo dos preços dos combustíveis para a inflação atingiu o seu ponto máximo em Junho, para inverter no final do ano.

Indicadores sobre Portugal

	2007	2008	2009
PIB	**1.9**	**0.0**	**-2.7**
Consumo Privado	1.6	1.7	-0.8
Consumo Público	0.0	1.1	3.5
Investimento	3.4	0.5	-12.6
Exportações	7.8	-0.5	-11.6
Importações	6.1	2.7	-9.2
Inflação média	2.5	2.6	-0.8
Desemprego	8.0	7.5	9.5
Défice público (% do PIB)	-2.7	-2.7	-9.3
Dívida pública (% do PIB)	63.6	66.3	77.2
BTC (% do PIB)	-8.1	-10.5	-9.4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

O défice da balança corrente e de capital (BTC) caiu em 1p.p. em 2009, fruto de uma significativa redução do défice comercial. A contracção da procura interna, seja investimento, seja consumo privado, bem como a diminuição dos preços das matérias-primas energéticas comparativamente com 2008, contribuíram materialmente para esta recuperação.

No entanto, essa melhoria não teve impactos perceptíveis no ritmo de deterioração da posição de investimento internacional, que – fruto também da contracção do PIB nominal – subiu para 111,7% no final do ano.

Em 2009, o défice orçamental ter-se-á situado em 9,3% do PIB, e o rácio da dívida pública face ao PIB terá subido para 76,6%, num agravamento mais significativo do que o inicialmente antecipado, mas inferior ao que ocorreu em outras economias da zona euro, como a Grécia ou a Espanha.

O crédito bancário desacelerou pronunciadamente, em especial no segmento de particulares, com o crédito hipotecário ao ritmo mais lento desde os anos 80, reflectindo a forte redução da procura de habitação própria, caracterizada por uma redução de 30% nos volumes de nova produção, apesar da descida das taxas de juro para mínimos históricos absolutos.

Ao nível do crédito a empresas, a nova produção foi inferior à de 2008 em cerca de 26%, e a desaceleração homóloga não foi mais pronunciada devido aos efeitos da maior procura ocorridos no final de 2008 e início de 2009, no auge da crise, quando a incerteza sobre o acesso ao crédito atingiu o seu auge.

Os recursos de clientes expandiram, mas de forma mais moderada, apesar do aumento da poupança das famílias, tendo se assistido, a partir do segundo semestre, a uma diversificação de aplicações, em favor de fundos de investimento e em detrimento dos depósitos, reflectindo quer as baixas taxas de juro, quer a maior valorização dos mercados accionistas.

Ainda assim, os bancos nacionais continuaram o seu processo de recomposição das fontes de financiamento, com uma redução do acesso aos mercados monetários internacionais, substituído também por um maior volume de emissões de dívida. Em resultado destas dinâmicas, o *gap* de liquidez do sistema (diferencial entre o crédito e os recursos de balanço) reduziu-se, em 2009, para o nível mais baixo desde 2002.

Apesar de tudo, o grau de alavancagem da economia aumentou, porque o crédito continuou a expandir, ao passo que o PIB contraiu, em termos nominais, a que acresce o maior crescimento da dívida pública.

A qualidade da carteira de crédito do sistema deteriorou-se pronunciadamente, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, em especial ao nível do consumo e das empresas. No entanto, ao longo do ano, e fruto da descida das taxas de juro, foi visível uma diminuição das novas entradas de crédito vencido, com o agravamento dos rácios a reflectir sobretudo a desaceleração do crescimento da carteira total.

Principais riscos e incertezas em 2010

Uma vez descritas as principais temáticas que caracterizaram a evolução das economias mundial e portuguesa em 2009, analisam-se de seguida os principais riscos e incertezas que podem condicionar a actividade do Santander Totta.

Fruto da exposição anterior, ressalta a multidimensionalidade dos riscos que poderão afectar a conjuntura económica e financeira em 2010.

Por um lado, ao nível da envolvente económica, onde os riscos são de vária ordem, a nível internacional, mas também nacional.

A nível global, o primeiro risco prende-se com a sustentabilidade da retoma económica, que se terá começado a materializar no final de 2009. Apesar dos sinais mais evidentes de que o ciclo económico já inverteu, a recuperação da actividade continua muito dependente das medidas de estímulo que foram implementadas no ano passado, já que a sustentabilidade da procura interna depende da recuperação do mercado de trabalho.

Do lado dos governos há pressões crescentes para a retirada, ainda que progressiva, das medidas de estímulo, seja porque surgem os sinais de reanimação, seja porque a deterioração das contas públicas, numa óptica de mais longo prazo, começa a penalizar os *spreads* de crédito e a avaliação que os agentes económicos fazem do risco de crédito dos vários emitentes soberanos.

A recente subida de *spreads* na Grécia, e que se estendeu a Portugal e a Irlanda e Espanha, veio recordar a necessidade de travar a subida acentuada da dívida pública, especialmente quando nos próximos anos se sentirá o impacto do agravamento dos encargos com o envelhecimento da população.

Do lado dos bancos centrais, foi já decidido não prolongar as medidas de apoio consubstanciadas na cedência de maior liquidez à economia, através de novas operações, embora mantendo, no imediato, as operações que estão vivas.

O risco é, assim, de que a retirada demasiado cedo dos apoios económicos e financeiros, possa travar a recuperação da actividade económica.

Um segundo conjunto de riscos está associado à sustentabilidade do sistema financeiro. Apesar das medidas adoptadas, o balanço dos principais grupos financeiros mundiais pode ainda estar sujeito a riscos, na medida em que continuam expostos a alguns activos de alto risco, bem como vêem a qualidade da sua carteira de crédito a ser afectada pelo ciclo económico, através de um aumento do incumprimento.

A conjugação destes riscos, financeiro e de crédito, pode afectar o acesso dos bancos nacionais, incluindo o Santander Totta, aos mercados grossistas internacionais, seja pela redução das linhas de crédito disponíveis para Portugal, seja pela subida pronunciada dos custos do crédito, num contexto em que o sistema bancário nacional tem elevadas necessidades de financiamento de médio e longo prazo.

A nível nacional, a conjuntura macroeconómica deve continuar caracterizada por ritmos de crescimento débeis e por uma potencial divergência com a zona euro. Essa situação tem implicações de vária ordem.

Por um lado, o menor crescimento económico vai manter elevado o desemprego, com riscos associados ao nível do crédito em incumprimento, que subiu já em 2009. Por outro, Portugal pode vir a ter políticas monetárias desfasadas do seu ciclo económico, na medida em que as taxas de juro na zona euro são definidas para o conjunto da União Monetária. Uma subida extemporânea das taxas de juro de referência pode contribuir adicionalmente para uma deterioração da qualidade da carteira de crédito.

Os desequilíbrios estruturais da economia, consubstanciados nos défices externo e orçamental, poderão igualmente evidenciar-se como potenciais focos de risco, atendendo ao acima exposto, quanto à mais profunda análise que os investidores (e, em última instância, as agências de *rating*) poderão fazer da qualidade creditícia da República, após a revisão do *outlook* para "negative", efectuado em 2009.

Uma fonte adicional de riscos e incertezas está ligada à regulamentação da actividade bancária, no quadro de redefinição da supervisão financeira a nível global, mas também local.

As medidas propostas e também outras já adoptadas, que entrarão em vigor a partir de meados de 2010 em diante, prendem-se, por um lado, com a qualidade do capital das instituições bancárias e, por outro, com a liquidez das mesmas.

Ao nível do capital, destacam-se medidas relacionadas com a imposição de restrições no tipo e qualidade dos instrumentos que qualificam para os capitais próprios. Também há a discussão de medidas destinadas a regular a concessão de crédito, através da imposição de um rácio de alavancagem, que faz depender a capacidade de conceder crédito ao activo da instituição financeira.

Ao nível da liquidez, as medidas incluem a regulamentação estrita de "níveis de liquidez", para os horizontes de uma semana e um mês, com uma definição restrita dos activos que podem ser considerados (os activos elegíveis junto do BCE, os depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, e emissões de dívida com maturidade superior a um ano). Adicionalmente, no âmbito de Basileia, está a discutir-se a possível criação de um rácio de liquidez (algo que o Banco de Portugal já implementa desde 2000).

Áreas de Negócio

Banca Comercial

Particulares & Negócios

Ao longo do ano de 2009, o Santander Totta continuou a sua estratégia centrada no cliente, focando a sua acção comercial essencialmente na captação e retenção de recursos, na gestão de *spreads* do crédito, no controlo do crédito vencido e na dinamização da área de Negócios.

Para a consolidação de uma estratégia de captação e de relacionamento com os clientes, foram lançadas duas campanhas de clientes no ano de 2009: em Abril, a campanha "I Need a Zero" e em Outubro a campanha "Ordenados Dá", ambas assentes nas vantagens da "Super Conta Ordenado".

As campanhas destinaram-se a clientes que passassem a domiciliar o ordenado no Banco e basearam-se na conjugação de 3 eixos, que já tinham sido utilizados com sucesso em campanhas anteriores, mas que foram oferecidos pela primeira vez em simultâneo: (1) oferta de equipamentos de marcas reconhecidas e valor percebido elevado; (2) isenção de comissões nos principais serviços bancários do dia-a-dia e (3) 0% de juros sobre o *plafond* ordenado utilizado no 1º ano.

De assinalar ainda o lançamento, no último trimestre, do "Programa Energy" que sendo um programa de dinamização e de incentivo transparente, simples e para todos, teve o mérito de envolver todas as equipas comerciais para se superarem nos *driver*s: recursos, crédito à habitação, crédito ao consumo, *factoring + confirming* e novas contas ordenado.

Em 2009, o volume de negócio da área de Particulares e Negócios registou um crescimento de 3,0% face ao ano anterior.

Particulares

Apesar da acentuada crise de liquidez, que acentuou a concorrência na vertente dos recursos, registou-se um crescimento de 3,1% nos recursos de particulares.

Ao longo do ano, efectuaram-se várias campanhas de recursos, através das quais o Santander Totta reforçou o seu posicionamento de solidez, rendibilidade e proximidade com os seus clientes. Foi lançada, em Junho, a campanha "Poupança Mais Prémio", assente numa solução de poupança tradicional com total liquidez (possibilidade de movimentação em todos os canais e recebimento da totalidade dos juros mesmo em caso de mobilização antecipada) e remuneração atractiva (pagamento de juros mensais e de um prémio adicional de permanência no final do prazo de 5%). Em Setembro, foi lançada a campanha "Poupança Cresce Mais", um produto de poupança com remuneração atractiva e crescente ao longo de cinco anos, atingindo nos últimos dois anos uma TANB de 4%.

Dado o contexto de manutenção das taxas de juros em níveis mínimos históricos, a oferta de recursos foi complementada com diversas alternativas de produtos, valorizando as melhores oportunidades dos vários mercados e das tendências económicas. Foram lançados, ao longo do ano, 16 produtos estruturados (quer em euros e em dólares americanos), 4 seguros especiais de investimento, 3 fundos especiais de investimento e 7 seguros financeiros.

O Santander Totta lançou ainda diversas campanhas destinadas a determinados segmentos de clientes, designadamente para Jovens (Campanhas Já Ká Konta III e Conta a Crescer III) e Universitários (Campanha de Matrículas). Também para os segmentos *Premium* e Não Residentes, foram lançados produtos de poupança específicos, proporcionando a diversificação e rendibilidade dos investimentos destes clientes.

No último trimestre do ano, a comunicação assentou nos benefícios fiscais previstos no orçamento de Estado, tendo sido lançada a Campanha Fiscal baseada na oferta de brindes pela subscrição de produtos de reforma e no lançamento de uma solução - PPR Plano Reforma 2009 + - de taxa garantida e bastante atractiva durante 5 anos.

O mercado de crédito à habitação acompanhou a evolução da economia mundial e nacional, iniciando o ano com volumes de contratação reduzidos e assistindo-se, a partir do 3º trimestre, a uma ligeira recuperação do negócio. Esta recuperação foi também impulsionada pelos níveis de taxas de juro, atractivos para quem pretendia contrair crédito. Nesta conjuntura, com uma redução do volume de novos créditos face a 2008, a carteira de crédito à habitação cresceu 1,4% (saldo médio).

A estratégia da actividade passou, por um lado, pela oferta de soluções que permitissem aos clientes beneficiar dos valores baixos de taxas de juro, durante um período

mais alargado, protegendo-se contra eventuais subidas. Em Janeiro, foi relançada a campanha "Crédito Habitação Super Tranquilo", onde se ofereceu às famílias a possibilidade de fixar o valor da sua prestação mensal durante 5 anos e, em Junho, foi feito o lançamento do produto "Supercobertura Santander", um instrumento para a protecção contra a subida das taxas de juro.

Por outro lado, como estratégia de combate ao incumprimento foram reduzidos os rácios "Financiamento/Garantia" máximos nas novas contratações e reforçados os instrumentos disponíveis para actuação sobre a carteira, com a melhoria dos produtos já existentes para renegociação de dívida, um maior foco na oferta de soluções pré-aprovadas para reestruturação do crédito e a criação de novos produtos para dar resposta a segmentos mais fragilizados, como sejam os clientes desempregados. Como já foi referido anteriormente, foi assinado, em Abril, um protocolo com o Estado para a implementação das medidas de apoio a desempregados, tendo disponibilizado aos clientes com crédito à habitação, o acesso à "Linha de Crédito Moratória" (em que o Estado comparticipa 50% da prestação do cliente durante 24 meses) e condições mais benéficas para titulares de empréstimos em regime bonificado e jovem bonificado.

No que respeita ao crédito ao consumo, a situação da economia nacional e a forte regulação/supervisão bancária (através da transposição da Directiva Europeia reguladora do crédito ao consumo para a legislação nacional) marcaram a evolução da actividade nesta área de negócio. O valor total da carteira de crédito pessoal atingiu 1,4 mil milhões de euros (saldo médio), representando um crescimento de 7% face a 2008.

Da actividade desenvolvida em 2009 assinala-se ainda a aposta no lançamento de produtos estratégicos e diferenciadores, enquadrados no âmbito de protocolos celebrados ao abrigo de programas do Governo com grande impacto mediático nas áreas das Energias Renováveis (Energia Solar Térmica) e do Ensino Universitário (Toshiba/Prológica e-Universidade).

Antecedendo o início do ano escolar, a aposta na área do Ensino foi reforçada através da colocação do "Crédito Material Escolar" e da optimização estratégica da oferta do *package* dirigido aos estudantes universitários, sublinhando assim o compromisso assumido no apoio ao sistema educativo em Portugal.

Paralelamente, procedeu-se à diversificação da oferta através do lançamento de financiamento do prémio do Seguro do Plano de Protecção Emprego (cobertura, em caso de desemprego, do capital em dívida do empréstimo associado ao financiamento do prémio).

Negócios

Em 2009, foi continuada a estratégia de consolidação da área de Negócios, que, apesar da crise financeira, registou um aumento de 8,2% no volume de negócio (saldo médio), com uma contribuição muito equilibrada entre crédito e recursos, com variações de 8,2% e 8,3% respectivamente em relação aos valores alcançados em 2008.

Foi lançado o projecto *STEP 2n*, que visa consolidar o Santander Totta como principal parceiro no apoio financeiro para o segmento de Negócios, com incrementos significativos em número de clientes e quota de mercado.

O Santander Totta reforçou o seu posicionamento como Banco de apoio às Empresas, fruto de um grande dinamismo no segmento, em que foram lançadas diversas soluções, das quais se destacam:

- Solução Restauração
- Solução Comércio Retalho Alimentar
- Super Conta Negócios Plus
- Solução QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional)

  Oferta de condições de apoio através do adiantamento de incentivos, de consultadoria e de linhas de apoio ao investimento via linhas de crédito "PME Investe", onde foram captados, nas linhas III e IV, 6.400 operações no total de 256 milhões de euros. O Santander Totta atingiu quotas muito significativas situando-se, em todas as linhas, nos primeiros lugares.

Private Banking e *Premium*

Com o objectivo de aumentar a proximidade com os clientes e de proporcionar um serviço mais personalizado e especializado, o Santander Totta tem vindo a apostar no segmento *Private* e mais recentemente no segmento *Premium*.

Estes dois segmentos, geridos de uma forma complementar de modo a aproveitar as sinergias, permitiram uma mais adequada segmentação de clientes particulares com ofertas direccionadas.

O ano de 2009 caracterizou-se por um início muito conturbado, fruto da falta de confiança dos mercados financeiros, o que gerou uma tendência para o refúgio em activos sem risco, muito particularmente em depósitos a prazo. Por outro lado, a falta de liquidez de alguns bancos nacionais também incentivou as aplicações em depósitos acima das taxas de referência para os respectivos prazos.

Já no 2º semestre, com o estreitamento dos *spreads* de crédito e com expectativas de resultados das empresas acima do esperado, os mercados recuperaram, o que gerou alguma confiança junto dos clientes, para gradualmente diversificarem os seus portefólios por outros activos. Nesse âmbito, os fundos de investimento recomeçaram a ser procurados bem como produtos de seguros.

No *Private Banking* verificou-se um crescimento moderado, em património gerido, de cerca de 2,7% no ano e de 9% em produtos de activo, em que a colocação de obrigações de bom *rating* foi um instrumento bastante interessante na captação de negócio e que proporcionou uma boa rendibilidade para os clientes.

A dinâmica incentivada pela abertura de mais 6 centros *Premium* foi importante, quer para a notoriedade do segmento, quer para a melhoria de serviço prestado aos clientes. Em cerca de 100 balcões universais, encontra-se um gestor *Premium*, dedicado a clientes do segmento, com atendimento reservado.

A preocupação com o rigor do processamento de operações, associado à implementação de medidas de prevenção ao branqueamento de capitais, continuará a ser um dos objectivos para 2010.

Empresas

2009 foi um ano difícil que exigiu toda a capacidade comercial e de gestão das equipas comerciais.

As principais orientações estratégicas assentaram principalmente no crescimento do produto bancário, nomeadamente adequando os *spreads* do activo à conjuntura económica nacional e internacional e ao custo de *funding*, e no controlo da carteira de crédito vencido.

Ao longo do ano, foi revisto o projecto *Step* (Santander Totta Empresas Portugal), quer nas medidas, quer nos seus objectivos, de forma a dotar as equipas comerciais dos meios para alcançar os fins previstos nas estratégias delineadas, adaptar os mesmos às condições de mercado e preparar o ponto de inflexão da eventual retoma económica. De salientar que o projecto *Step* é um projecto que envolve toda a rede de empresas e respectivas áreas de suporte visando tornar a rede de Empresas num segmento prioritário, no triénio 2008-2010.

O produto bancário registou uma subida de 12,5%, tendo esta evolução sido fundamentalmente determinada pelo incremento da margem financeira, que contou com um aumento do volume de negócio de 4,6%.

No que diz respeito à qualidade da carteira de crédito, é de destacar que, apesar da conjuntura económica muito difícil, se mantiveram, neste segmento, os indicadores de crédito vencido ao nível dos alcançados no final de 2008.

A prossecução da estratégia de transparência e de proximidade aos clientes traduziu-se num aumento de 25% no número de clientes vinculados.

Em termos de produtos destaca-se a produção de *factoring* e *confirming* com valores de produção acima da quota do Banco neste segmento.

Linhas PME Investe

A conjuntura económica de recessão que caracterizou o ano de 2009, justificou a intervenção do Estado com vista a tornar mais fácil e efectivo o acesso ao crédito por parte das PMEs Portuguesas.

A intervenção do Estado fez-se, quer bonificando os juros do crédito, quer suportando os custos da emissão de garantias bancárias por parte do Sistema Nacional de Garantias Mútuas.

As "Linhas Investe", que serviram como principal instrumento de apoio do Estado às PMEs, acabaram por ser, ao longo do ano, uma importante fonte de financiamento das empresas que se financiaram junto do Santander Totta.

A quota média do Banco nestas linhas foi cerca de 17%, significativamente acima da sua quota natural no segmento Empresas, ocupando, em praticamente todas as linhas, a 2ª ou 3ª posição do *ranking* de quotas de mercado.

Também na agricultura, via linha "PME IFAP", e "Linha de Apoio de Curto Prazo", verificou-se o apoio do Estado na concessão de crédito aos empresários.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores lançaram também linhas específicas, com características semelhantes, tendo o Banco em alguns casos chegado a atingir quotas de mercado de cerca de 40%.

Grandes Empresas

O ano de 2009 marcou, fortemente, a presença do Santander Totta junto dos grandes clientes. A conjuntura adversa e a instabilidade macroeconómica mantiveram-se ao logo de todo o ano exigindo uma estratégia de rigor e de maior aproximação.

Num contexto desfavorável, evidenciou-se a competência e organização do Santander Totta, traduzida num modelo

comercial corporativo, que apresenta soluções integradas e ajustadas às suas necessidades, permitindo ao Banco posicionar-se como um parceiro de destaque na relação de proximidade com todos os seus clientes.

Os contratos de crédito foram adequados às novas condições de mercado, desde o alongamento de prazos e condições financeiras à dinamização do *cross-selling,* permitindo a ampliação do negócio existente às outras áreas do Banco.

A área de Grandes Empresas demonstrou a sua solidez e reforçou a sua competência dentro da esfera do Grupo, seja pela participação significativa nos resultados, seja pela capacidade de inovar nas soluções apresentadas aos clientes.

Promotores e Mediadores

A actividade dos canais de promotores e mediadores foi fortemente condicionada pela difícil conjuntura económico-financeira que caracterizou este período.

É de realçar contudo que, em termos relativos, a contribuição de ambos os canais foi positiva. O *share of wallet* do canal mediador na produção de crédito à habitação do Banco manteve-se dentro dos objectivos, e o contributo relativo do canal de promotores para o incremento do volume de negócio das redes cresceu em 2009.

Dado que é fundamental manter os níveis de colaboração e de confiança dos principais parceiros mediadores e consultores financeiros, o Santander Totta esteve, como habitualmente, presente nos mais importantes eventos relacionados com estes parceiros, nomeadamente no salão imobiliário de Lisboa, na Imobitur no Porto e nas convenções anuais das principais redes que actuam neste mercado.

Ao nível do canal de promotores externos, implementou-se, em 2009, um conjunto de acções que tiveram como objectivo ajustar a organização e aproximar e dinamizar de forma segmentada os parceiros promotores externos. Dessas acções destacam-se:

- A especialização das equipas em função das especificidades de cada tipo de promotor;
- A organização por todo o país de eventos locais de troca de informação e dinamização;
- A implementação de novos veículos de comunicação como são exemplos o portal de promotores, a *NewsDigital*, a atribuição de telemóveis e o envio de SMS;
- A revisão do preçário, tornando-o mais competitivo na captação de clientes e de recursos;
- O lançamento do 1º PIPE - Plano de Incentivos de Promotores Externos -, que consiste num plano de concursos dedicados em exclusivo a estes parceiros.

As iniciativas acima referidas e sobretudo o aumento da proximidade a estes parceiros foram os factores chave para o sucesso conseguido no cumprimento do objectivo de produto bancário.

Relativamente às lojas de promotor, o ano de 2009 terminou com uma rede de 200 lojas abertas o que representa um incremento de mais 75 lojas face ao fecho de 2008. É de salientar que no seu conjunto as lojas de promotor têm vindo a ganhar peso nos contributos do canal de promotores externos, confirmando-se cada vez mais como uma rede complementar à rede de balcões.

Meios de Pagamento

Na actividade de Meios de Pagamento destacam-se os lançamentos comerciais de 2 novos cartões de crédito totalmente inovadores no mercado nacional.

No primeiro trimestre de 2009, foi lançado o cartão Desconto, que oferece 5% de desconto sobre todas as compras realizadas, sendo o desconto creditado na conta do cartão do cliente. Uma oferta muito interessante, pois não requer mínimos de facturação, nem limita locais de compra, constituindo assim o maior desconto absoluto dado por um cartão de crédito generalista de utilização universal.

No último trimestre do ano, foi lançado um cartão baseado na segurança total: o cartão *Titanium*. Trata-se de um cartão de crédito que protege especialmente de utilizações fraudulentas, com seguro de protecção às compras e seguro de acidentes pessoais. Adicionalmente, o *Titanium* tem associado um cartão *Titanium online*, totalmente gratuito e que permite comprar com toda a segurança na internet.

Para suportar as épocas do ano em que é necessário um meio de pagamento rápido e eficaz, foi lançada, no Verão, a campanha *Light* Vila Galé. A campanha de Verão constitui uma oferta muito apreciada e esperada pelos clientes pois, com base na utilização de cartão nas férias de Verão, ganham vales dos hotéis Vila Galé, garantindo assim as suas próximas épocas de lazer. Realizou-se também um sorteio de Natal, em que com uma compra de 5€ os clientes habilitavam-se a ganhar um conjunto alargado de prémios, destacando-se 2 automóveis da marca *Smart*.

O ano de 2009 fica igualmente marcado pelas alterações regulamentares, com importantes impactos operativos para a actividade de meios de pagamento, ao nível de

processos, contratos e informação a disponibilizar aos clientes.

Apesar da conjuntura económica desfavorável, registou-se um crescimento homólogo de 5% nas compras realizadas com cartões. O parque de cartões activos em circulação cresceu 5,7% e o parque de POS cresceu 9,6%.

Banca Transaccional

Cash Management e Negócio Internacional

Prosseguindo o trabalho desenvolvido nos últimos anos no segmento de Empresas, foi reforçada a imagem do Santander Totta como o Banco de soluções inovadoras, quer na área de *Cash Management*, quer na área de Negócio Internacional.

Efectuaram-se várias campanhas comerciais nos vários segmentos de negócio, que visaram:

- Captar novos clientes;
- Aumentar a transaccionalidade fidelizando as empresas;
- Dinamizar a utilização das diferentes soluções de pagamentos e cobranças quer domésticas quer internacionais;
- Fomentar o uso da plataforma Internet – Netbanco Empresas.

O segmento de Institucionais mereceu uma atenção particular, tendo sido estabelecidos planos específicos de trabalho em conjunto com a área comercial, o que permitiu aumentar significativamente a quota de mercado do Banco nesta área de negócio.

Também as PMEs foram objecto de acções comerciais específicas. A formação interna neste segmento foi uma constante ao longo do ano, com especial relevância na área do Negócio Internacional.

Prosseguiu-se o estabelecimento de contactos com vista à celebração de parcerias com empresas e a disponibilização dos produtos do Banco junto dos clientes dessas organizações.

Nos últimos anos, o Santander tem privilegiado o apoio quer às empresas portuguesas a operar em Espanha quer às empresas espanholas instaladas em Portugal. Em 2009, o Banco consolidou a sua posição neste segmento, reforçando a liderança do Mercado Ibérico, conquistada pela permanente procura de soluções, produtos e serviços adequados à actividade dos vários agentes económicos.

Customer Service

Em 2009, manteve-se o esforço de investimento em novas formas de seguimento e controlo na resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Foi ainda consolidada a vertente comercial, tendo sido efectuadas visitas aos principais clientes em conjunto com a área comercial, apoiando e fortalecendo a relação comercial com as empresas.

O Santander Totta, como membro exclusivo para Portugal da Associação IBOS, usufrui da estreita parceria comercial entre os 12 grupos internacionais que a integram e que cobre designadamente países da União Europeia e da América do Norte.

Canais Complementares

Selfbanking

Em 2009, a nível da rede Multibanco, a actividade do *Selfbanking* concentrou-se na renegociação do actual parque de ATM's instaladas junto de clientes, para optimização destas; e em novas instalações, sempre com foco nos locais de elevado potencial de transaccionalidade.

No conjunto das ATM's instaladas, em balcões e junto de clientes, a quota de mercado situou-se em 11,8%. No que respeita à rede interna – equipamentos de depósitos e cheques - registou-se um crescimento face ao ano anterior, ultrapassando já os 500 equipamentos instalados e representando uma cobertura de mais de 60% dos balcões da rede comercial do Santander Totta. A externalização de operações para *Selfbanking* tem manifestado uma tendência crescente, suportada na clara aposta feita no canal.

Netbanco

Com vista a prestar melhor serviço aos clientes, ao longo de 2009, foram lançadas novas funcionalidades e melhorias no NetBanco Particulares e Empresas.

Nos Particulares destacam-se os lançamentos da 2ª via de avisos, dos extractos digitais de cartões de crédito, das primeiras campanhas no âmbito das mensagens personalizadas, com destaque para a venda do crédito à distância, um *redesign* da área pública e melhorias decorrentes do plano das Directivas Europeias e ao normativo MIFID. Estas melhorias das Directivas também se verificaram no NetBanco Empresas, que, paralelamente, desenvolveu um novo sistema de segurança para assinatura das operações, onde cada utilizador assina através de um código dinâmico que é gerado através de um cartão matriz ou por um código de

assinatura enviado por SMS para o telemóvel do utilizador.

Em 2009, registou-se, igualmente, um crescimento de cerca de 11 p.p. nos utilizadores frequentes no NetBanco Particulares e Empresas. A quota de transacções migráveis no canal NetBanco Particulares foi na ordem dos 70%, o que reflecte um crescimento de cerca de 13 p.p, face ao ano anterior. O número de visitas ao *site* público apresentou um crescimento de cerca de 17 p.p..

Banca Telefónica

Durante o ano em análise, o *Contact Center* do Santander Totta recebeu várias distinções.
Foi considerado pela Associação Portuguesa de *Contact Centers* o "Melhor *Contact Center* de Portugal", tendo ganho também o prémio de "Melhor *Contact Center* do Sector Financeiro". Foi ainda distinguido pela AIAREC - Associação Ibero Americana de Relações Empresa Cliente - com o prémio *"Melhor Experiência do Cliente"*, no sector da Banca em Portugal, com base num estudo da IZO System, para apurar o grau de satisfação dos clientes.

Implementou-se uma mudança de estratégia de comunicação com o cliente, que passou por efectuar menos contactos proactivos e incentivar o contacto para o *Contact Center* e para outros canais, potenciando as vendas em *inbound*. Foram ainda implementadas iniciativas de contacto a clientes que demonstraram, noutros canais, interesse em adquirir produtos e serviços do Banco. O número de contactos com clientes (*in* e *out*), em 2009, superou os 2,2 milhões.

Actividade Internacional

Em 2009, num enquadramento económico difícil e em que as principais economias ensaiaram uma débil recuperação, a actividade Internacional pautou-se por reforçar a proximidade com os clientes, transmitir a segurança e solidez que o balanço do Grupo inspira e procurando consolidar a dinamização da oferta de soluções dirigidas aos residentes no estrangeiro em estreita relação com a rede comercial em Portugal.

Nesta vertente, assumiu especial importância a oferta da "Super Conta Residentes no Estrangeiro" e de produtos de poupança, com maior foco nas moedas de maior significado. Proporcionou-se ainda um conjunto de vantagens ao nível do preçário e diversidade de aplicações.

Foi garantida a oferta de produtos diversificados, nomeadamente seguros financeiros, "Seguros Especiais de Investimento (SEI)" e produtos estruturados em dólares, com expectativas de rendibilidade muito interessantes no actual contexto de taxas de juro.

Com o objectivo de apoiar as comunidades, realizaram-se em alguns países, nomeadamente na África do Sul e Venezuela, eventos onde se apresentaram oportunidades de negócio em determinados sectores da economia portuguesa, assim como o desempenho do Banco e do Grupo em que está inserido de forma a incutir maior confiança aos portugueses residentes no estrangeiro.

Realizou-se ainda a "Campanha de Verão", com um conjunto de iniciativas que visam receber da melhor forma os clientes que vivem e trabalham no exterior. Incluiu-se neste apartado um maior esforço de comunicação e a montagem de uma estrutura de "assistentes" que garantiram maior atenção aos clientes. No início do segundo semestre concluiu-se, com sucesso, um conjunto de acções que permitiram o encerramento da sucursal do Luxemburgo, em 31 de Julho, com salvaguarda do interesse dos clientes e cumprindo estritamente as directrizes das autoridades locais.

A sucursal de Londres, tendo presente as alterações do ciclo económico, vem oferecendo boas soluções para crédito à 2ª habitação em Portugal, para residentes no Reino Unido. Paralelamente, foram introduzidos mecanismos de maior controlo sobre a carteira de crédito.

Na área de residentes no estrangeiro, o volume de negócio cresceu 4,2%, após um primeiro semestre moderado mas com o último trimestre caracterizado por um acréscimo muito significativo.

Num esforço realizado para garantir uma forte relação entre clientes, escritórios de representação e balcões em Portugal promoveram-se 39 visitas de directores de balcão e comerciais, provenientes de zonas com forte significado na emigração, numa procura contínua de soluções mais adequadas.

O produto bancário do segmento registou uma evolução razoável embora menor do que em conjunturas anteriores, sendo ainda de destacar a evolução no crédito, que se situou em 10,9%.

No que respeita a transferências de emigrantes canalizadas para o Santander Totta, foram realizadas acções promocionais nas principais comunidades, em que se informou a melhor e mais económica forma de procederem. Apesar de alguma redução global no volume de transferências no sistema, a quota de mercado manteve-se.

Também a informação com os clientes do segmento foi consolidada através do *NetBanco*, com o *site* específico para a área de Emigração, "Portugueses no Estrangeiro", com *link* à página inicial do Banco.

Banco Caixa Geral Totta de Angola

O ano de 2009 implicou alterações significativas no Banco Totta de Angola.

Durante o ano, foi concretizado o acordo celebrado pelo Banco Santander Totta com a Caixa Geral de Depósitos e um conjunto de investidores angolanos, incluindo a Sonangol, permitindo um reajustamento na estrutura accionista do Banco e um significativo ganho de novas valências que reforçam a estratégia de crescimento no mercado financeiro angolano.

A nova composição accionista do agora denominado "Banco Caixa Geral Totta de Angola" está distribuída pela Partang em 51%, detida em parcelas iguais pelo Banco Santander Totta e pela Caixa Geral de Depósitos, e por um conjunto de investidores angolanos em 49%, incluindo a Sonangol com 26% do capital.

Simultaneamente, ocorreu um aumento de capital de 100 milhões de dólares e foi nomeada uma Comissão Executiva alargada, possibilitando dotar o Banco dos meios necessários ao seu crescimento futuro.

O Banco Caixa Geral Totta de Angola manterá um grande enfoque no segmento de Empresas, área onde sempre conservou uma dinâmica importante e reconhecida pelo mercado. A credibilidade dos seus accionistas financeiros de referência, Banco Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos, permitirá reforçar a imagem da instituição junto de clientes e parceiros de negócio.

Finalmente, é importante realçar que a instituição registou um desempenho forte e profissional em 2009, durante um período de maior fragilidade na jovem economia angolana, tendo conseguido capitalizar o seu tradicional rigor e adequada posição financeira no relacionamento com os seus clientes.

Banca de Investimento e Gestão de Activos

Tesouraria

A actividade desenvolvida, em 2009, caracterizou-se fundamentalmente pelo apoio prestado a clientes *Corporate*, na gestão dos riscos financeiros, num contexto de elevada volatilidade dos mercados financeiros, sobretudo das variáveis financeiras mais sensíveis para as empresas (taxa de juro e taxa de câmbio).

Consolidou-se a base de clientes e apostou-se numa maior simplicidade de produtos oferecidos, posicionamento ponderado e adequado ao contexto de mercado de elevada incerteza que se verificou ao longo do ano. O Santander Totta manteve o esforço de desenvolvimento da capacidade de estruturação e inovação dos produtos financeiros, com vista a disponibilizar sempre um leque mais alargado e diversificado de produtos de gestão dos riscos financeiros.

Na área de Institucionais, o ano ficou marcado por um forte crescimento da actividade em derivados. O Santander Totta continuou a melhorar a sua capacidade de estruturação, apoiada na utilização das equipas globais de mercados de capitais do Grupo Santander. Apesar da conjuntura difícil, assistiu-se a uma diversificação do tipo de operações, centrada na adaptação de produtos às novas realidades de mercado, tendo-se verificado maior apetência por produtos mais simples, tanto em activos subjacentes de taxa de juro como em acções.

O negócio de *flow* registou um aumento muito relevante dos níveis de actividade com a distribuição de obrigações de Governo e *corporates* (emissões em primário e secundário), fruto de um foco mais especializado neste segmento.

A actividade nos segmentos de Empresas e Negócios voltou a sustentar a sua actuação na inovação e adequação dos produtos às necessidades dos clientes. A actividade da Tesouraria focou-se, mais uma vez, no apoio à gestão e planeamento das empresas.

Por via da consolidação de um catálogo de instrumentos de cobertura de risco, da diversificação dos subjacentes (taxa de juro, taxa de câmbio, taxa de inflação e mercadorias) e da adequabilidade dos produtos ao *momentum* dos mercados financeiros, foi possível assegurar uma resposta atempada e eficiente, permitindo contornar a imprevisibilidade resultante da crise financeira e possibilitando uma melhor gestão da actividade.

De assinalar, mais uma vez, o forte comprometimento da sala de mercados com as actividades de *flow* (cambial e depósitos). Neste capítulo, o aumento do número de clientes e operações realizadas espelham o bom trabalho e reconhecimento por parte dos clientes sobre o serviço prestado.

No que respeita a produtos de passivo estruturados registou-se um decréscimo de cerca de 20% nos montantes nominais colocados, uma tendência genérica deste mercado em 2009.

Custódia

A actividade da área de Custódia Institucional registou um crescimento de 27%, em relação ao valor alcançado em 2008, no volume de activos sob custódia, sendo de salientar que o volume de activos sob custódia de clientes institucionais não residentes e residentes aumentou em cerca de 31% e 14%, respectivamente. O volume de

operações liquidadas não sofreu alterações significativas comparativamente ao ano anterior.

À imagem do que aconteceu em anos anteriores, tanto os clientes institucionais residentes como os clientes institucionais não residentes tiveram oportunidade de avaliar a qualidade dos serviços de custódia prestados pelo Grupo. O principal destaque vai para o prémio de "Top Rated" para mercados internacionais e de "Commended" para o mercado doméstico, atribuídos pela *Global Custodian* – a mais conceituada publicação da especialidade – que, com base nas opiniões recolhidas junto das mais diversas instituições nacionais e estrangeiras, colocou, uma vez mais, o Banco Santander de Negócios Portugal numa posição de liderança na prestação de serviços de custódia em Portugal.

Equities

Os índices accionistas registaram quedas significativas até Março de 2009, iniciando posteriormente uma das mais fortes recuperações observadas historicamente, apoiada na expectativa de que as políticas monetária e fiscal de estímulo seriam capazes de relançar o crescimento económico. O índice português de acções, PSI20, estabeleceu mínimos do ano em Março, correspondente a uma queda de 10%, registando posteriormente uma subida de 48%. O balanço final foi muito positivo, traduzindo-se na valorização de 33,5% do índice de referência.

Apesar da evolução muito favorável do índice PSI20, a liquidez no mercado português foi seriamente afectada, registando uma redução de 44% face ao ano anterior. O efeito conjugado da redução da liquidez com a pressão sobre os preços cobrados no negócio de intermediação traduziu-se na redução das comissões geradas pela actividade de corretagem. No final do ano, observou-se um aumento da presença de investidores estrangeiros, mas ainda insuficiente para alterar de forma significativa o regime de reduzida liquidez observada ao longo do ano.

Credit Markets

Num ano marcado ainda pela crise financeira, onde a escassez de liquidez e a aversão ao risco foram uma constante até meados do ano, verificando-se uma clara melhoria no 2º semestre de 2009, o Santander Totta posicionou-se como uma das poucas instituições financeiras que continuou a operar no mercado com os mesmos critérios e disponibilidade de balanço que tinha antes da referida crise.

No que diz respeito a operações de financiamento de projectos ("Project Finance"), é de realçar a participação do Banco como "Mandated Lead Arranger" e "Bookrunner" na montagem dos seguintes projectos de financiamento da concessão das auto-estradas: Transmontana, Baixo Tejo, Baixo Alentejo e Algarve Litoral.

As operações atrás referidas são o reflexo do compromisso do Grupo Santander com Portugal, assumindo um papel importante no financiamento dos vários projectos adjudicados pelo Estado Português.

No que diz respeito a operações de *Acquisition Finance*, será importante destacar a montagem e participação como "Mandated Lead Arranger" e "Bookrunner" dos financiamentos à Emparque para a compra da Cintra Aparcamientos em Espanha e à aquisição da Generis pela Magnum.

Relativamente aos mercados de dívida, o Santander liderou várias operações de financiamento para grandes empresas portuguesas, sendo de salientar:

- Participação como "Bookrunner" nas emissões de obrigações no mercado europeu para o Metro de Lisboa, a REN, a EDP, a Refer, a Parpública e, mais recentemente, na emissão de 700 milhões de euros da Portugal Telecom, representado um montante global de dívida colocado em investidores europeus superior a 3 mil milhões de euros;
- Participação com Mandated Lead Arranger na securitização do défice tarifário gerado pelas energias renováveis para a EDP, no valor aproximado de 450 milhões de euros;
- Líder conjunto, com a Caixa BI, na montagem da emissão obrigacionista de 700 milhões de euros para a Galp Energia, tendo sido a primeira sem *rating* internacional colocada junto de 14 instituições financeiras internacionais;
- Várias colocações privadas de emissões obrigacionistas para empresas portuguesas sem *rating* mas com forte necessidade de desintermediação do seu portfólio de dívida.

O Santander assume-se como um Banco de referência, em financiamentos estruturados e mercado de dívida, participando em quase todas as operações realizadas no País.

Corporate Finance

A área de *Corporate Finance* desenvolveu uma intensa actividade na área de fusões & aquisições, consolidando a posição do Santander como um dos bancos de referência em assessoria financeira no mercado português. Destacam-se a conclusão, com sucesso, das operações de assessoria financeira à Galp Energia, na alienação à Gestmin de alguns negócios petrolíferos, anteriormente, adquiridos à Exxon Mobil e de assessoria financeira ao Grupo Ibericar (*joint-venture* entre o Grupo Salvador Caetano e a Mapfre para o mercado Espanhol de

distribuição automóvel) na aquisição de um concessionário em Espanha.

De realçar também a assessoria em curso ao Grupo Ferrovial na alienação da Cespa Portugal, uma das principais empresas privadas do sector de meio ambiente, recolha e tratamento de resíduos em Portugal.

Ao longo deste período, o portefólio de transacções foi também reforçado, estando em curso vários outros importantes processos de assessoria em operações de *corporate finance*, a concluir nos próximos meses.

Gestão de Activos

Fundos de investimento mobiliário

O ano de 2009 caracterizou-se por um primeiro trimestre muito negativo, seguido de dois trimestres com valorizações muito fortes e um quarto trimestre mais moderado, mas mesmo assim positivo. Neste enquadramento, a Santander Asset Management focou-se em assegurar que os seus produtos mantinham adequados níveis de liquidez e definiu dois eixos de actuação estratégica fundamentais:

- Dinamizar produtos chave existentes com valor acrescentado para os clientes, nomeadamente o **Santander Global**, o **Santander Acções Portugal** e o **MultiTesouraria**;
- Criar novos produtos de valor acrescentado para os clientes de acordo com a conjuntura de mercado, nomeadamente fundos especiais de investimento de crédito, que pretendem proporcionar aos seus participantes um retorno semestral através de investimento em obrigações de empresas sólidas, destacando-se o **Santander Luso Invest**, o **Santander Markets Invest** e *o* **Santander Global Credit 2009**.

Em resultado da implementação desta estratégia, a Santander Asset Management conseguiu ser a sociedade gestora que maior volume de activos conseguiu captar, aumentado em mais de 2 p.p. a sua quota de mercado. A 31 de Dezembro de 2009, a Santander Asset Management geria 38 Fundos de Investimento Mobiliários, que representavam cerca de 3.149 milhões de euros e apresentava uma quota de mercado de 18,3%, posicionando-se como a 3ª maior sociedade gestora de Fundos de Investimento Mobiliários em Portugal.

Os fundos de investimento mobiliário geridos pela Santander Asset Management continuaram a ocupar lugares de topo do *ranking* das rendibilidades nas respectivas categorias. No final do ano, destacava-se a *performance* obtida pelos seguintes fundos: **Santander Multi Taxa Fixa** (1º lugar nos últimos 2 e 5 anos); **Santander Acções Portugal** (1º lugar em 2009 e nos últimos 5 e 10 anos), **Santander Acções USA** (1º lugar nos últimos 3 anos – Este fundo foi premiado pela Morningstar/Diário Económico como o melhor fundo na categoria de fundos de acções norte americanas) *e* **Santander Euro Futuro Banca e Seguros** (1º lugar no último ano).

Fundos de investimento imobiliário

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário, a Santander Asset Management geria 5 fundos, que representavam cerca de 856 milhões de euros, com uma quota de mercado de 7,3%. As rendibilidades destes fundos estiveram genericamente em linha com as apresentadas no mercado, reflectindo a crise económica existente e as dificuldades do mercado imobiliário em Portugal.

Num enquadramento em que o mercado registou significativos volumes de resgates em fundos imobiliários, a Santander Asset Management distinguiu-se, conseguindo manter adequados níveis de liquidez nos seus fundos, mantendo intacta a concretização do seu plano de investimentos, que ascendeu a mais de 20 milhões de euros. A sociedade teve um elevado foco na concretização de vendas de património, no sentido de melhor adequar o perfil do fundo e de renovar o parque de imóveis. Prosseguiu-se com o desenvolvimento dos projectos imobiliários em curso, destacando-se a conclusão da construção da primeira fase do projecto de Matosinhos – Jomar.

Gestão de patrimónios e fundo de pensões

O ano de 2009 foi bastante atípico para os mercados financeiros, podendo dividir-se em duas fases completamente distintas: o 1º trimestre foi francamente negativo, marcado pelo agravar das condições económicas mundiais e pela manutenção da fraca liquidez nos mercados financeiros, originando novos mínimos nos mercados accionistas; os trimestres seguintes caracterizaram-se por valorizações de mercado expressivas, com o regresso da liquidez aos mercados de crédito e progressivas melhorias quer em dados macroeconómicos quer nos resultados reportados pelas empresas.

Para esta forte inversão dos mercados foi decisiva a rápida intervenção dos bancos centrais nos mercados de liquidez e a manutenção de taxas de juro a níveis historicamente baixos, o que permitiu a normalização do sistema financeiro e a restituição da confiança dos investidores. Deste modo, o ano terminou com valorizações superiores a 20% na generalidade dos mercados accionistas e de matérias-primas, com um forte estreitar de *spreads* de crédito e com consecutivos mínimos históricos das taxas de juro. Neste cenário de incerteza mas com retornos positivos, as carteiras sob gestão da Sociedade Gestora de

Patrimónios Santander Gest registaram *performances* bastante positivas, beneficiando quer do conservadorismo inicial adoptado quer do aumento do perfil de risco que foi sendo implementado ao longo do ano de 2009.

Também para a Santander Pensões, os retornos foram positivos. Os volumes sob gestão no final de 2009 foram de 1.397 milhões de euros.

Crédito Especializado

Num ano muito difícil e com alterações regulamentares muito relevantes para a actividade do crédito especializado, a estratégia de negócio foi desenvolvida tendo em conta os seguintes vectores estratégicos:

- Aposta nos produtos de financiamento de fundo de maneio, com forte transaccionalidade associada;
- Evolução do produto bancário;
- Controlo da estrutura de custos e melhorias dos processos e estruturas de apoio.

Registou-se uma forte descida na produção de *leasing,* em resultado das dificuldades da economia com a consequente quebra no investimento e compra de automóvei, assim como da não inclusão deste instrumento nas linhas "PME Investe. De salientar, todavia, o produto *leasing* de energias renováveis que tem permitido ocupar uma posição de destaque ao nível do reconhecimento e da quota de mercado.

No *factoring* e *confirming*, registou-se um crescimento muito significativo, tendo sido produtos estratégicos de desenvolvimento das redes comerciais com definição de planos específicos próprios para cada segmento. Os bons resultados alcançados permitiram ao Santander Totta chegar ao final do ano, e pela 1ª vez, como líder de mercado no *confirming* doméstico e no *factoring / confirming* internacional.

Como consequência da estratégia adoptada, no final de 2009, a carteira global do crédito especializado aumentou 6,4% face ao final do ano anterior.

Manteve-se também um grande foco no apoio interno à formação de elementos das redes comerciais e no desenvolvimento de um programa sistemático de notícias e divulgação de boas práticas, em simultâneo com uma atenção muito especial à melhoria da qualidade do serviço às redes comerciais e clientes finais, com redefinição de estruturas e procedimentos.

(milhões euros)	2009	2008	Var.
Carteira Vincenda	2.832	2.661	+6,0%
Carteira Vencida	12	6	+108,0%
Produção	4.635	3.706	+25,0%
Leasing	365	684	-47,0%
Factoring + Confirming	4.269	3.022	+41,0%

Seguros

A Santander Totta Seguros prosseguiu a sua actividade de acordo com as principais linhas de orientação: disponibilização de produtos de vida risco de gama simples, associados ao crédito ou a produtos bancários, de oferta de produtos orientados para a protecção de vida comercializados pelo banco em "open market" e de produtos financeiros, tendo atingido a quota de mercado de 12,0% em seguros de capitalização (prémios brutos emitidos).

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de salientar o lançamento dos seguintes produtos:

- ***Diversificação Invest*** e ***Rendimento Europeu*** sob a forma de fundos autónomos de investimento, dividido em unidades de participação *(unit linked)*, tendo os volumes totais comercializados ascendido a cerca de 104 milhões de euros e 101,5 milhões de euros, respectivamente;
- ***Premium Performance Mais*** e ***Premium Performance Mais* II**, destinados ao segmento *Premium*. Os volumes totais ascenderam a cerca de 65 milhões de euros e 14 milhões de euros, respectivamente.

No âmbito dos seguros de vida risco, foi lançado, em Julho de 2009, o produto ***Plano Protecção Emprego*** - um seguro de vida com cobertura de desemprego, sendo o segmento alvo os clientes de crédito à habitação que não possuam este tipo de protecção. A sua comercialização ascendeu a cerca de 5.000 planos vendidos.

De realçar ainda o ***Plano Vida***, produto destinado ao segmento de mercado massivo, com um crescimento de cerca de 67% nos planos vendidos em 2009, bem como o ***Plano Protecção Ordenado***, produto destinado aos clientes com conta domiciliação ordenado.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 925,3 milhões de euros. Nos seguros de risco e mistos, apesar

do menor volume de nova produção de seguros de vida vinculados aos empréstimos ao consumo, registou-se um aumento de 14,5% relativamente ao período homólogo, com um valor de prémios de 117,1 milhões de euros, decorrente da estratégia de diversificação de comercialização de seguros em "open market".

Perspectivas para 2010

A evolução de alguns indicadores económicos no final de 2009 perspectiva que 2010 seja já um ano de retoma, embora de fracos crescimentos, persistindo ainda alguma incerteza quanto à sustentabilidade desta recuperação.

Num cenário que se afigura de grande exigência na gestão bancária, o Santander Totta está preparado para enfrentar as dificuldades e os desafios deste enquadramento, caracterizado por menores crescimentos dos volumes de negócio, maiores custos de financiamento e aumento dos níveis de imparidade e provisões derivados do aumento dos rácios de incumprimento.

Com um balanço sólido, bem provisionado e sem restrições de capital e de liquidez, o Santander Totta irá manter uma estratégia assente no modelo de banca comercial muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de acção prioritárias.

A gestão de margens, o controlo de custos e a gestão activa dos riscos e da qualidade da carteira de crédito continuarão a ser linhas de actuação fundamentais para 2010.

O Santander Totta continuará a capitalizar na solidez da marca e do balanço, bem como na eficiência operativa mantendo o apoio ao tecido empresarial português. No mercado de particulares iremos consolidar a aposta na oferta em segmentos específicos, como os Jovens Universitários, ou os clientes *Premium*.

Áreas de Suporte ao Negócio

Recursos Humanos

O apoio directo à concretização dos objectivos estratégicos do Santander Totta, a proximidade diária com todas as áreas, o desenvolvimento das capacidades e competências dos colaboradores e o reforço das medidas de conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional foram os pilares de actuação da área de Recursos Humanos em 2009, reforçando assim o seu posicionamento como um empregador de referência em Portugal.

Durante o ano, o programa "Santander és Tu" consolidou-se com uma *marca* amplamente conhecida pelos colaboradores e associada a uma gestão moderna de Recursos Humanos. O progressivo desenvolvimento de iniciativas, que têm por objectivo reforçar as vantagens de trabalhar no Santander e promover o diálogo entre os directivos e as suas equipas, constituem os traços dominantes deste programa que visa ainda desenvolver o sentimento de orgulho e pertença à instituição. Uma marca também reconhecida e distinguida no mercado, que mereceu o "Prémio Excelência 2009" atribuído pela *RH Magazine,* pela diferença que o Santander Totta tem vindo a introduzir no modo de fazer a gestão das pessoas nas organizações, destacando-se no panorama da gestão em Portugal.

Os resultados que o Santander Totta tem obtido na medição regular do índice de satisfação dos seus colaboradores mostram este percurso. Em 2009, a 3ª medição do "Que Tal de Clima" registou uma participação de 74% do universo dos colaboradores, a mais elevada das 3 edições, revelou uma melhoria nos resultados face às dimensões apreciadas e melhores níveis de satisfação quando comparados com outras empresas.

	2006	2007	2009	Referências de mercado 09
Credibilidade	74%	78%	83%	77%
Dinâmica	52%	56%	59%	38%
Espírito de Equipa	59%	69%	76%	61%
Imparcialidade	49%	57%	63%	48%
Inovação	70%	75%	80%	66%
Liderança	71%	73%	77%	69%
Orgulho	64%	71%	89%	69%
Qualidade	68%	75%	82%	64%
Respeito	64%	64%	73%	68%
Santander És Tu	n.a.	n.a.	87	n.a.

A política de mobilidade e carreiras, que tem vindo a ser concretizada, mereceu particular atenção em 2009, tendo sido publicados, na *Intranet*, 77 recrutamentos internos, efectivadas 33 movimentações de colaboradores dos serviços centrais para as redes comerciais e efectuadas cerca de 1.505 movimentações de colaboradores, indicadores que dão nota de uma dinâmica contínua.

A formação continuou a ser um dos pilares de actuação da área de Recursos Humanos tendo-se registado mais de 300.000 horas de formação.

De destacar ainda o apoio em termos de formação dado à implementação do Projecto Partenón, plataforma única geradora de sinergias e de uma maior agilidade no negócio e na qualidade de serviço ao cliente, que envolveu cerca de 8.000 assistentes nas 187 acções de formação realizadas.

Nº horas de formação	301.198
Nº horas de formação por colaborador	59
Investimento formação	2,5 milhões €
Investimento formação / massa salarial	1,48%
% formação *e-learning*	22%

No âmbito da política de igualdade de género, realizou-se a 2ª Conferência Gestão no Feminino**,** com a participação de mais de 150 Directivas e que este ano teve como tema principal "Prepararmo-nos para o pós-crise".

A comunicação com os colaboradores foi, em 2009, um vector reforçado, através de inúmeras iniciativas: a publicação quase diária de noticias na Intranet sobre assuntos de RH, a elaboração do filme "Eurecos o que é um Banco" em que os protagonistas foram os filhos dos colaboradores e a organização da 2ª edição da "Semana Santander És Tu" cujo programa contemplou os distintos patamares da Instituição através de iniciativas como o "Dia do Colaborador" associado às comemorações do "Dia Mundial da Criança", o "Contacto Directo" com a visita dos Administradores a balcões e serviços centrais dos diversos distritos do país, as "Jornadas de Saúde e Bem Estar" e o "Mega Intercâmbio", são algumas das iniciativas que merecem ser destacadas pelo impacto e nível de aceitação registado.

Em 2009, reforçaram-se as medidas que permitem proporcionar aos colaboradores condições para conciliarem a sua vida profissional e a sua vida pessoal. De entre estas medidas destaca-se a inovação que o Banco demonstrou com a realização de *workshops* sobre "Coaching Parental" que tiveram lugar em Lisboa, Porto,

Coimbra e Faro e contaram com a participação de mais de 130 colaboradores, proporcionando os meios para desenvolver soluções e estratégias de melhoria do seu desempenho como pais e profissionais.

De forma a permitir um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar, o Santander Totta decidiu, em linha com o que tem sido prática nos últimos anos, considerar favoravelmente todos os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito à habitação à taxa ACT, tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 63 milhões de euros.

Foi mantido ainda o prémio "Melhores Alunos" que premiou 25 filhos de colaboradores que terminaram o 12º ano com média superior a 16 valores e concretizaram-se dois programas de ocupação de férias de filhos de colaboradores, Páscoa e Natal, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

A campanha "Sermos Solidários" assumiu lugar de destaque em 2009, através das iniciativas "Camisola Solidária", "Natal Numa Caixa de Sapatos" e "Pão de Todos", as quais contaram com a participação e envolvimento de milhares de colaboradores. A resposta dada e o entusiasmo evidenciado em cada uma destas iniciativas ilustram que a solidariedade para além duma vantagem é um sentimento presente no Banco.

Na iniciativa "Camisola Solidária" todos foram comerciais por um dia, tendo sido vendidas mais de 10.000 camisolas, apurando-se 50.415 euros que reverteram a favor da Associação Portuguesa de Trissomia 21.

O espírito que se vive na quadra natalícia serviu de mote à iniciativa "O Natal numa Caixa de Sapatos" que tinha como proposta despertar nos filhos dos colaboradores o sentimento de solidariedade com base numa ideia simples: pedir-lhes que enchessem uma caixa de sapatos com presentes para oferecer a crianças e jovens que vivem em instituições de acolhimento. Foram entregues mais de 2.500 presentes em 46 instituições de acolhimento de todo o país. Por último, e pelo 6º ano consecutivo, foi apadrinhada a iniciativa "Pão de Todos", que contou com a participação de mais de 100 voluntários do Banco.

Tecnologia e Sistemas

A área de Tecnologia e Sistemas do Santander Totta é responsável pela identificação junto das áreas utilizadoras, dos meios tecnológicos necessários ao sistema de informação, de forma a adequar as respectivas plataformas de *hardware*, *software* e comunicações, integradas na divisão mundial de Tecnologia e Operações do Grupo Santander, potenciando todas as vantagens em termos de escala, novas tecnologias e gestão integrada de recursos.

Fazendo parte da estratégia do Grupo Santander, de ter uma plataforma tecnologicamente uniformizada para todas as unidades do grupo, prosseguiu-se com o projecto Partenón/Alhambra, capturando sinergias e partilhando estruturas e desenvolvimentos de funcionalidades tecnológicas, com o objectivo de melhorar e de padronizar os serviços mundiais aos seus clientes. Com o primeiro passo deste projecto, implementou-se em todas as unidades do Banco uma nova plataforma de portais para suportar a actividade, migrando-se as contas do sistema *legacy* para esta plataforma corporativa. A implementação das aplicações iniciou-se em Maio de 2009, com vagas crescentes de balcões a serem migrados para a nova plataforma e terminou em Dezembro com a migração dos grandes balcões do Banco. Esta migração sistematizada por vagas de balcões permitiu que a implementação não tivesse qualquer impacto negativo junto dos clientes.

Numa política de alinhamento das ferramentas tecnológicas com o negócio continuaram os investimentos em áreas estratégicas como sejam todos os sistemas de apoio à decisão de riscos standardizados, ferramentas de análise de risco, todas as medidas decorrentes de Basileia. Por aplicação de directivas específicas, foram também implementadas soluções para meios de pagamentos internacionais, MIFID/DMIF, centralização de risco, crédito ao consumo e medidas de protecção da habitação na situação de desemprego. Adicionalmente foram reforçadas as aplicações de gestão e dinamização comercial, com a disponibilização de ferramentas de apoio à gestão comercial dos balcões para particulares e empresas, *cross-selling*, nomeadamente em produtos mútuos comerciais, e foram igualmente dinamizadas as ferramentas de CRM e marketing centralizado. Foram ainda efectuados investimentos relevantes para adaptar e manter actualizada a plataforma tecnológica, por força da legislação e regulamentação publicadas.

Na área do Netb@anco, alargou-se o leque de serviços e funcionalidades, onde se destacam o extracto digital de cartões e as segundas vias dos pagamentos electrónicos.

Acompanhando ainda políticas e legislações, nas áreas de Desenvolvimento de Software, foi determinante a implementação de um conjunto de projectos críticos, destacando-se em Mercados Financeiros e Banca de Investimento (Global Banking and Markets), num contexto de grande volatilidade e instabilidade, um grande foco na entrega de soluções e produtos alinhados com as oscilações e tendências do mercado.

Por fim, e privilegiando as disciplinas de *compliance,* continuidade operacional e qualidade, desenvolveu-se e

foi implementado um conjunto de medidas que visam melhorar a gestão eficiente e sustentável das tecnologias de informação, com o objectivo de reduzir continuamente os níveis de risco operacional da actividade e garantir a sustentabilidade e continuidade de negócio. Nesta linha destaca-se uma maior abrangência do plano de testes de "Disaster Recovery", visando assegurar a reposição dos sistemas de informação em caso de desastre.

Na óptica de governo e cumprimento em tecnologias, foram ainda reforçadas as acções de monitorização e reporte sobre níveis de disponibilidade de serviços, bem como as de conferência de perfis, utilizadores e níveis de autorização, cumprindo recomendações do Banco de Portugal, garantindo evidências para auditorias e promovendo uma melhoria contínua do Modelo de Controlo Interno.

Qualidade

O Santander Totta mantém e desenvolve o seu compromisso com a Qualidade de Serviço e Excelência no Atendimento procurando aumentar o nível de satisfação e fidelização de clientes.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade foram dinamizadas, pela Direcção de Coordenação de Qualidade, as mesas de qualidade das diversas áreas de negócio e de apoio ao negócio, destacando-se a realizada para revisão dos níveis de serviço ao cliente.

Destacam-se igualmente as auditorias de qualidade, internas e externas (neste caso realizadas pela APCER, organismo responsável pela certificação) tendo sido realizadas mais de 100 auditorias, dando origem a cerca de 220 recomendações de melhoria, abrangendo cerca de 1.700 colaboradores.

Assim, e ao nível da satisfação de clientes com o seu balcão registou-se, no ano 2009, um aumento da percentagem de clientes satisfeitos para 82% bem como na percentagem de clientes que recomendam o banco que atingiu os 88%.

Estes resultados, associados aos excelentes resultados obtidos nas métricas de qualidade prestada, avaliada através de visitas mistério aos balcões, foram cruciais para o incremento verificado nos balcões que cumpriram o "Meta 100", indicador que incorpora métricas de qualidade percebida e qualidade prestada, uma vez que a percentagem de balcões que cumpriram o "Meta 100" subiu para 88%.

No total foram realizados cerca de 70.000 inquéritos telefónicos a clientes, mais de 4.000 visitas mistério e cerca de 2.700 auditorias telefónicas aos balcões.

O Santander Totta manteve a melhor avaliação, quando comparado com os principais competidores, nas visitas mistério efectuadas pela empresa Multimétrica a todos os balcões da Banca em Portugal.

No que respeita a reclamações de clientes registou-se um aumento das reclamações formais recebidas, motivadas em forte medida pelo clima desfavorável dos mercados que se viveu ao longo no primeiro semestre do ano.

O Santander Totta assume nas reclamações uma importante fonte de detecção de potenciais problemas e reais oportunidades de melhorar a relação com os seus clientes.

Mantendo um processo centralizado de tratamento de reclamações são também fornecidos à rede de Balcões importantes instrumentos que permitem uma mais célere resolução de pequenas incidências permitindo, paralelamente, o respectivo registo avaliado periódica e sistematicamente.

Níveis de serviço e outros indicadores

Durante o ano 2009 assistiu-se a uma melhoria dos níveis de serviço dos serviços centrais, tendo sido implementadas, no âmbito do Projecto Radar, uma centena de melhorias ao nível das áreas intervencionadas, alargadas, neste ano, a toda a actividade.

O Projecto Radar continuou assim a sua missão de detecção e avaliação de factores de potencial melhoria, sendo estes articulados com as respectivas áreas, responsáveis finais na sua implementação.

Adicionalmente foram implementadas novas métricas ao nível dos indicadores de satisfação, relativos à percepção dos serviços prestados pelas áreas centrais, bem como implementada uma avaliação sistemática do atendimento telefónico dos mesmos.

Mensalmente foram reportados em Comissão Executiva os resultados dos níveis de serviço das principais áreas dos serviços centrais com impacto no negócio.

Informação Económica e Financeira

Introdução

O Santander Totta finalizou o exercício de 2009 com um resultado líquido consolidado de 523,3 milhões de euros, representando um crescimento de 1,1% face aos 517,7 milhões de euros registados no ano anterior.

Operando numa conjuntura económica e financeira desfavorável, o incremento do resultado líquido resultou de um modelo de negócio assente na captação e vinculação de clientes e na gestão eficiente de custos e riscos, permitindo um crescimento sustentado das receitas e um controlo de custos que acomodaram a necessidade de reforço do provisionamento.

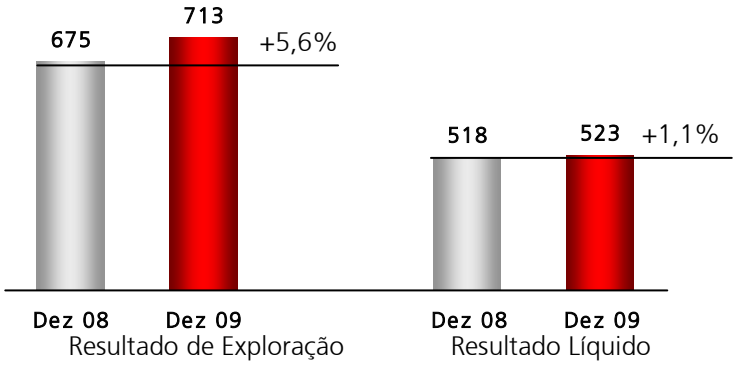
O Santander Totta manteve um desempenho muito sólido e rentável, com o Tier I e o Core Capital a situarem-se em 11,0% e 9,2% (incluindo o resultado gerado em 2009, líquido de dividendos a distribuir), uma rendibilidade do capital próprio (ROE) de 20,8%, um rácio de eficiência (com amortizações) de 43,6% (reflectindo uma nova redução de 0,5 p.p.) e a notação de *rating* mais elevada da banca portuguesa (AA, Aa3 e AA- para a dívida de longo prazo), atribuída pela Fitch Ratings, Moody´s e S&P, respectivamente.

Reflexo de um forte abrandamento da actividade económica, o Santander Totta direccionou a sua estratégia para um crescimento selectivo, de apoio ao sector empresarial nacional, mediante avaliação rigorosa do risco associado aos financiamentos, evidenciando um aumento de 5,6% no crédito concedido aos segmentos de negócios e de médias empresas. Os recursos de clientes aumentaram 1,6%, salientando-se o crescimento dos fundos de investimento e dos seguros de capitalização, que compensou o decréscimo dos depósitos, em relação ao valor alcançado no final do ano anterior.

No âmbito do seu programa de financiamento para 2009, o Banco efectuou, em Junho, uma emissão obrigacionista de dívida sénior a três anos, ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes*, no montante de mil milhões de euros e, em Outubro, foi concretizada uma emissão de obrigações hipotecárias, no valor de mil milhões de euros. Estas emissões tiveram uma forte procura por parte dos investidores internacionais e permitiram alongar a maturidade da dívida de médio e longo prazo para níveis muito interessantes.

O Santander Totta tem vindo a privilegiar o reforço da carteira de activos elegíveis, tendo concretizado, em Abril, a primeira operação de titularização associada a contratos de *leasing*, no montante de 1,3 mil milhões de euros. No final de 2009, o valor da carteira ascendeu a um valor bruto de 9,8 mil milhões de euros.

milhões de euros



Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados Consolidada - Proforma*

milhões de euros	2009	2008	Var.
Margem Financeira Estrita	800,4	755,7	+5,9%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	5,6	6,5	-13,7%
Margem Financeira	**806,0**	**762,2**	**+5,7%**
Comissões Líquidas e Outros Res. Act. Bancária	334,0	342,1	-2,4%
Actividade de Seguros	35,5	34,3	+3,5%
Margem Comercial	**1.175,6**	**1.138,7**	**+3,2%**
Resultado de Operações Financeiras	89,3	68,5	+30,4%
Produto Bancário e Actividade de Seguros	**1.264,9**	**1.207,2**	**+4,8%**
Custos Operacionais	(551,4)	(531,8)	+3,7%
Gastos com Pessoal	(316,9)	(300,9)	+5,3%
Gastos Gerais	(165,5)	(164,0)	+0,9%
Amortizações	(69,0)	(66,9)	+3,2%
Resultado de Exploração	**713,5**	**675,4**	**+5,6%**
Imparidade, Provisões e Outros Resultados	(77,5)	(40,8)	+90,0%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	**635,9**	**634,6**	**+0,2%**
Impostos	(105,4)	(116,2)	-9,3%
Interesses Minoritários	(7,3)	(0,6)	>200,0%
Resultado Consolidado do Exercício	**523,3**	**517,7**	**+1,1%**

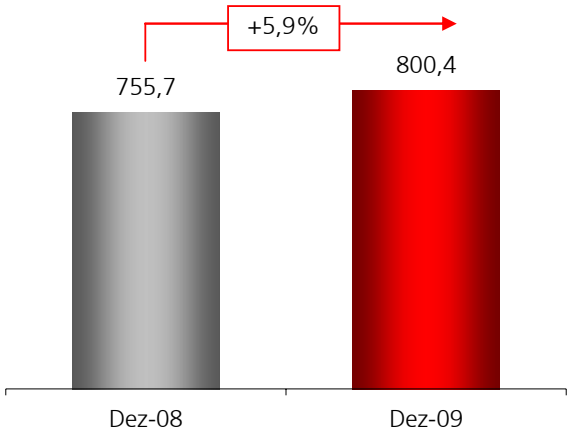
* Os valores proforma incluem os seguintes ajustamentos: reclassificação da mais valia da venda de Angola (28,1 M€) de ROF para outros resultados e reclassificação de ROF para imparidade das valias das vendas de crédito (+1,5 M€ em 2008 e +4,3 M€ em 2009)

O Santander Totta alcançou um resultado líquido consolidado de 523,3 milhões de euros no final de 2009, um incremento de 1,1% em relação ao montante de 517,7 milhões de euros contabilizado em 2008.

Para a evolução do resultado líquido, destaca-se o desempenho positivo da margem financeira estrita, da actividade de seguros e dos resultados de operações financeiras que cresceram respectivamente 5,9%, 3,5% e 30,4%. As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária registaram um decréscimo de -2,4%, face ao período homólogo. A evolução das rubricas mencionadas levou o produto bancário a aumentar 4,8%. Os custos operacionais evidenciaram um acréscimo de 3,7% face ao contabilizado em igual período de 2008. Dado o crescimento das receitas ser superior ao dos custos operacionais, o resultado de exploração aumentou 5,6%, em relação a 2008. Efectuou-se um reforço no provisionamento visando manter uma adequada cobertura da imparidade da carteira de crédito a clientes e de outras contingências, que absorveram parte da mais-valia obtida com a redução da participação em Angola.

A margem financeira estrita, principal componente das receitas, elevou-se a 800,4 milhões de euros, montante que traduz um aumento de 5,9% relativamente ao valor observado no período homólogo do ano anterior, quando se contabilizou 755,7 milhões de euros. Esta evolução resultou de uma política de gestão prudente de *spreads* e de volumes de negócio, em simultâneo com a cobertura adequada da sensibilidade da margem financeira e uma confortável posição de liquidez, num contexto de aumento dos custos de financiamento, de permanência das taxas de juro em níveis muito baixos e de abrandamento acentuado no crescimento do crédito.

Margem Financeira Estrita (milhões euros)



As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária regrediram -2,4% para 334,0 milhões de euros em 2009, valor que compara com 342,1 milhões de euros atingidos no ano anterior. O aumento verificado no agregado das comissões de serviços, de meios de pagamento, de crédito, de seguros de risco e da GBM quase compensou a redução das comissões associadas a fundos, a seguros financeiros e a crédito à habitação, fruto da queda do volume comercializado destes produtos.

A actividade de seguros ascendeu a 35,5 milhões de euros, aumentando 3,5% face ao período homólogo, destacando-se a contribuição dos seguros de risco.

Os resultados de operações financeiras totalizaram 89,3 milhões de euros, valor que compara favoravelmente com os 68,5 milhões de euros obtidos em igual período de 2008, aumentando 30,4%, mas representando apenas 7% na geração de proveitos do Banco. Registou-se um desempenho positivo dos resultados com grandes clientes e *project finance*, que compensou a descida da venda de derivados a clientes de retalho, condicionada pelo baixo nível das taxas de juro.

O Santander Totta registou, em 2009, um produto bancário de 1.264,9 milhões de euros, apresentando um crescimento sustentado e equilibrado de 4,8%, conseguido num contexto macroeconómico recessivo e com uma evolução moderada da actividade.

Os custos operacionais somaram 551,4 milhões de euros, traduzindo um aumento de 3,7%, em relação a 2008, devido especialmente à evolução dos custos com pessoal, a qual foi influenciada pela diferença entre a rendibilidade esperada do fundo de pensões e a sua taxa de desconto que, em 2008, ascendeu a 7,6 milhões de euros, e que em 2009 foi nula. Caso se expurgue este efeito, os gastos operacionais teriam subido 2,3%. Por sua vez, o incremento de 3,2% nas amortizações reflecte gastos não recorrentes relacionados com o investimento na plataforma informática Partenón.

O crescimento do produto bancário de 4,8% superior ao dos custos operacionais de 3,7%, traduziu-se numa nova melhoria de 0,5 p.p. do rácio de eficiência (com amortizações), o qual passou de 44,1% em 2008 para 43,6% em 2009.

milhões de euros	2009	2008	Variação
Custos com Pessoal	316,9	300,9	+5,3% *
Outros Gastos Administrativos	165,5	164,0	+0,9%
Custos de Transformação	**482,4**	**464,9**	**+3,8%**
Amortizações	69,0	66,9	+3,2%
Custos Operacionais	**551,4**	**531,8**	**+3,7%**
Rácio de Eficiência (sem amortizações)	**38,1%**	**38,5%**	**-0,4 p.p.**
Rácio de Eficiência (com amortizações)	**43,6%**	**44,1%**	**-0,5 p.p.**

* 2,8% expurgando a diferença contabilística entre a rentabilidade esperada e a taxa de desconto do fundo de pensões

O Santander Totta apresentou indicadores de produtividade favoráveis.

milhões de euros	2009	2008	Variação
Crédito(*) por Empregado	5,8	5,6	+3,3%
Recursos por Empregado	4,4	4,1	+5,8%

(*) Inclui garantias

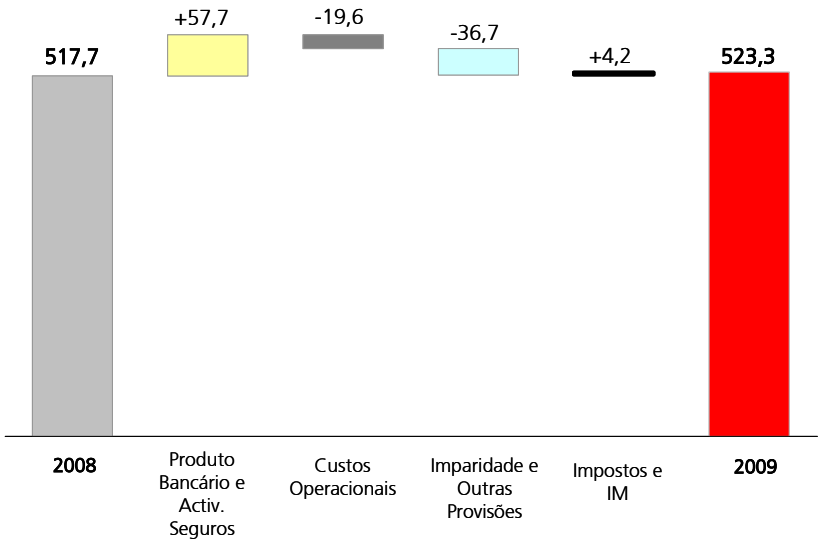
Tendo em consideração os valores alcançados pelo produto bancário e pelos custos operacionais, o resultado de exploração foi de 713,5 milhões de euros no final de 2009, valor superior ao do período homólogo do ano anterior em 5,6%.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões e resultados atingiu 77,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 90%, relativamente ao período homólogo de 2008, reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura

adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

O resultado antes de impostos e de interesses minoritários situou-se em 635,9 milhões de euros e o resultado líquido atingiu 523,3 milhões de euros, representando um incremento de 1,1% em relação a 2008.

Evolução do Resultado Líquido (milhões de euros)



Balanço e Actividade

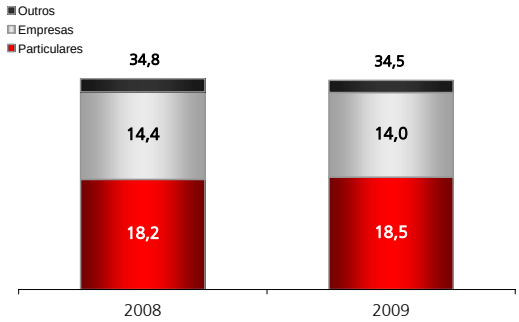
Em Dezembro de 2009, o volume de negócio ascendeu a 60,6 mil milhões de euros, representando uma evolução homóloga de 0,2%, justificada pelo crédito (incluindo garantias) que totalizou 34,5 mil milhões de euros (-0,8% de variação homóloga) e pelos recursos de clientes que atingiram 26,1 mil milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 1,6%, face a igual data do ano anterior.

milhões de euros	2009	2008	Var.
Volume de Negócio [1]	**60.565**	**60.419**	**+0,2%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**34.514**	**34.780**	**-0,8%**
Crédito Bruto	**32.906**	**33.155**	**-0,8%**
do qual			
Crédito a Empresas	13.988	14.449	-3,2%
PME's/Negócios	4.089	3.750	+9,1%
Empresas	6.142	5.943	+3,4%
PME's/Negócios + Empresas	10.232	9.692	+5,6%
Grandes Empresas e Institucionais	3.757	4.757	-21,0%
Credito a Particulares	18.522	18.172	+1,9%
do qual			
Habitação (inclui securitização)	16.236	15.983	+1,6%
Consumo	1.638	1.522	+7,6%
Recursos de Clientes	**26.051**	**25.639**	**+1,6%**
Recursos de Balanço	15.830	16.723	-5,3%
Depósitos	15.052	15.655	-3,9%
Títulos colocados em clientes	778	1.068	-27,1%
Recursos fora de Balanço	10.221	8.916	+14,6%
Fundos de investimento	5.379	4.425	+21,6%
Património gerido de clientes	122	163	-25,2%
Seguros e outros recursos	4.719	4.328	+9,0%

[1] Inclui securitização, papel comercial e garantias e avales

A carteira de crédito (incluindo garantias) totalizou 34,5 mil milhões de euros no final de 2009, ligeiramente abaixo do valor alcançado no período homólogo do ano anterior (-0,8%), pela evolução pontual do segmento de Grandes Empresas, num enquadramento caracterizado por uma menor procura de crédito.

Crédito a clientes* (mil milhões de €)



* Incluindo securitização e garantias

Prosseguindo uma política de concessão de crédito selectiva às empresas economicamente viáveis, realça-se a dinâmica do crédito concedido aos segmentos de negócios e de médias empresas com um crescimento de 5,6%, com destaque para o contributo dos programas de financiamento com apoio estatal, nomeadamente o Programa PME Investe. A evolução da carteira de crédito das grandes empresas foi condicionada pela evolução dos *spreads*, que no actual contexto levam a uma crescente desintermediação neste segmento.

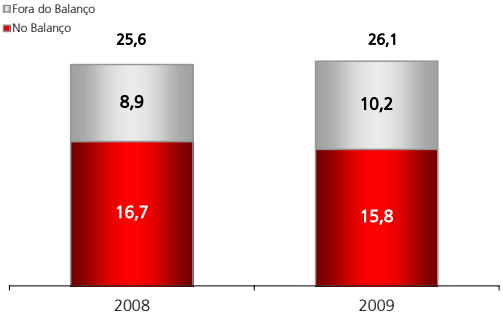
O crédito concedido a particulares atingiu 18,5 mil milhões de euros, observando-se um incremento homólogo de 1,9%, impactado pela desaceleração do ritmo de crescimento do crédito à habitação, o qual aumentou 1,6%, atingindo 16,2 mil milhões de euros, em consonância com a retracção do sector imobiliário e a diminuição do poder de compra dos particulares, embora com uma melhoria nos volumes de produção no segundo semestre. O crédito ao consumo evidenciou um comportamento mais dinâmico com uma subida de 7,6% face ao valor alcançado no final de 2008.

Nos indicadores de qualidade da carteira de crédito, observa-se um aumento da proporção do crédito vencido a mais de 90 dias no crédito total, passando de 0,82% para 1,26%, fruto do abrandamento da actividade económica e do crescimento do desemprego, mas situando-se dentro dos parâmetros previstos para a actual conjuntura e abaixo da média do sector. O Banco efectuou um reforço do provisionamento, de forma a manter um nível de cobertura confortavelmente acima dos 100%, sendo a cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias por provisões de 136,0%.

	2009	2008	Var. (p.p.)
Crédito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	1,33%	0,90%	+0,43 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	1,26%	0,82%	+0,44 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,28%	0,83%	+0,45 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	128,7%	175,6%	-46,9 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	136,0%	191,4%	-55,4 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	133,7%	189,8%	-56,1 p.p.

Os recursos de clientes cifraram-se em 26,1 mil milhões de euros, subindo 1,6% face ao período homólogo, suportados pelo incremento dos fundos de investimento de 21,6% e pelos seguros de capitalização de 9,0%, que consolidaram a sua recuperação a partir do final do primeiro trimestre do ano, substituindo as aplicações em depósitos, que decresceram 3,9%, reflectindo a forte pressão pela liquidez.

Recursos de clientes (mil milhões de €)



Solvabilidade

No enquadramento regulamentar de Basileia II, com a aplicação do método de notações internas (IRB advanced) no cálculo dos requisitos de fundos próprios para parte substancial da carteira de crédito e do método *standard* para risco de mercado, tendo sido utilizado o método do indicador básico para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, no final de 2009, o Tier I e o Core Capital elevaram-se a 11,0% e 9,2% (incluindo resultados do ano) respectivamente, atestando a solidez do balanço.

milhões de euros	2009	2008	Var.
	IRB misto	Standard	
Total de Fundos Próprios	3 140	3 080	+1,9%
Fundos Próprios de Base	2 896	2 764	+4,8%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	244	316	-22,8%
Activos e Extrapatrimoniais Ponderados	26 405	27 475	-3,9%
Rácio Core Capital	**9,2%**	**8,1%**	**+1,1 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	**11,0%**	**10,1%**	**+0,9 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	**11,9%**	**11,2%**	**+0,7 p.p.**

Gestão de Risco

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande volatilidade nos mercados financeiros.

Risco de Crédito

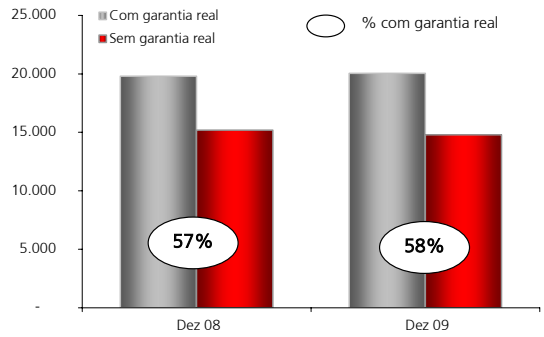
Principais vectores da actividade

No exercício de 2009, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

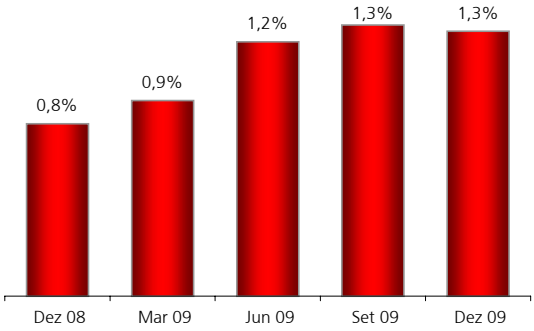
- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento do risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço da qualidade dos instrumentos de análise de admissão dos riscos, ajustados e diferenciados em função de cada um dos segmentos, permitindo incrementar a qualidade da admissão e seguimento dos riscos com a consequente melhoria da qualidade das carteiras de crédito;
- Reforço do binómio áreas comerciais/área visando o crescimento do negócio e mantendo uma estrita observância dos critérios de admissão de riscos do Grupo, permitindo o controlo dos níveis de morosidade e consequentemente a manutenção de carteiras de crédito sãs;
- Ao nível dos clientes encarteirados incrementou-se o número de clientes pré-classificados e reforçou-se o apoio à área comercial na captação de novos clientes;
- Nos riscos standardizados, ao nível dos particulares, reforçou-se a utilização do *scoring* comportamental *Triad*. Trata-se de uma ferramenta com carácter mais preditivo e que permite simultaneamente uma intervenção mais proactiva junto dos clientes, potenciando o crescimento do negócio, o reforço da qualidade de serviço prestado e a preservação da qualidade da carteira;
- Nos riscos standardizados, ao nível do segmento de Negócios, entrou em funcionamento um sistema automático de decisão de operações com consequentes impactos, não só ao nível da qualidade / custo de serviço aos clientes mas também ao nível da consistência e coerência da qualidade de serviço da área de Riscos;
- Em resultado da qualidade da admissão dos riscos e dos instrumentos utilizados, ao nível de Basileia (BIS II), o Banco Santander Totta obteve autorização do Banco de Portugal e do Banco de Espanha para, a partir de 30 de Junho 2009, utilizar modelos internos avançados (IRB advanced) para o tratamento do risco de crédito da maior parte das suas carteiras (aproximadamente 90%);
- Na função de seguimento, manteve-se uma particular atenção no controlo do crédito vencido, reforçando a qualidade da informação de gestão, de molde a permitir uma maior intervenção proactiva na identificação de problemas e procura de soluções. Apostou-se numa vigilância contínua da carteira, efectuada por equipas especializadas, e na promoção de novos produtos com vista ao saneamento de dívidas, com o objectivo de diminuir o crédito vencido e a morosidade de gestão preservando a qualidade da carteira de crédito;
- Maior foco na área de recuperações, na gestão de activos irregulares, com reforço da política de acordos de reestruturação e obtenção de dações em pagamento, em alternativa aos processos judiciais.

Indicadores

Evolução da carteira de crédito por garantias
(milhões €)



Evolução do rácio de crédito vencido > 90 dias



Modelo de risco

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, tem atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas especializados nesta tipologia de riscos.

Métricas e ferramentas de medição

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, entre os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco País, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos.

Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efectuada manualmente pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Saliente-se que as próprias ferramentas de apoio à decisão são alvo de revisão/avaliação de *performance*.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, encontram-se implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão para riscos standardizados são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como são exemplo o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes.

Desta forma, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o momento do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

Estes factores constituem os principais parâmetros de risco de crédito. A sua combinação permite o cálculo da

perda provável ou perda esperada, a qual é considerada como mais um custo de actividade, reflectindo o prémio de risco, sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

São estes parâmetros de risco que permitem efectuar o cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Com efeito, este capital regulatório é determinado pela diferença entre a perda inesperada e a perda esperada.

A estimação dos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD) baseia-se na experiência interna, na análise das operações contratadas, observação dos incumprimentos e experiência de recuperação nos principais incumprimentos registados.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento tendo em conta, não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas, no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Escala de *rating*

Com a finalidade de estabelecer uma equivalência entre os *ratings* internos dos diferentes modelos existentes – corporativo, risco país, instituições financeiras, etc. – e permitir a sua comparação com os *ratings* externos atribuídos pelas agências internacionais, o Banco utiliza uma tabela de equivalência.

A equivalência estabelece-se a através da probabilidade de incumprimento associada a cada *rating*. As probabilidades calibradas internamente comparam com as taxas de incumprimento associadas aos *ratings* externos os quais são periodicamente publicados pelas agências de *rating*.

A tabela é a seguinte:

Rating interno	Equivalência S&P	Equivalência Moody's
9,3	AAA	Aaa
9,2	AA+	Aa1
9,0	AA	Aa2
8,5	AA-	Aa3
8,0	A+	A1
7,5	A	A2
7,0	A-	A3
6,5	BBB+	Baa1
6,0	BBB	Baa2
5,5	BBB-	Baa3
5,0	BB+	Ba1
4,5	BB	Ba2
4,0	BB/BB-	Ba2/Ba3
3,5	BB-/B+	Ba3/B1
3,0	B+/B	B1/B2
2,5	B	B2
2,0	B-	B3
1,5	CCC	Caa1
1,0	CC/C	Caa1/Caa2

Perda efectiva

De forma complementar à utilização dos métodos avançados atrás descritos, utilizam-se, de forma habitual, outras métricas que permitem uma gestão prudente e efectiva do risco de crédito, fundamentada nas perdas ocorridas.

No Santander Totta, o custo do risco de crédito mede-se sobretudo através do indicador variação da mora de gestão - VMG - (duvidosos finais – duvidosos iniciais + abatidos – recuperação de abatidos).

Estas 3 abordagens medem a mesma realidade pelo que, em consequência, convergem no médio-longo prazo ainda que representem momentos sucessivos do custo do crédito: fluxos de morosidade (VMG), cobertura dos duvidosos e para falidos respectivamente.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são, ou não, aprovados em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas, através da Comissão Executiva, no Conselho Superior de crédito (CSC).

É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Os limites assentam sobre duas estruturas de base: os clientes/segmentos e os produtos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos, utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado, num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta pela área de riscos e de negócio de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco e processo de classificação creditícia

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação no Banco Santander Totta.

Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco. Isto implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rendibilidade.

O estudo do risco realiza-se de cada vez que se trata de um novo cliente ou operação, com uma periodicidade pré-estabelecida, dependente do segmento que se trate.

Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

Decisão de operações

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

Seguimento e Controlo

De modo a manter um adequando controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria interna, na área de Riscos está estabelecida a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios.

Esta função de seguimento assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar, antecipadamente, as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio.

Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Obter o pagamento ou a regularização dos saldos dos pagamentos em falta, de modo a que a situação regresse ao seu estado normal. Caso não seja possível, o objectivo é a recuperação total, ou parcial, das dívidas, em qualquer das situações que as mesmas se possam encontrar;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações, também ela se diferencia pelos segmentos comerciais: standardizados e riscos encarteirados, com modelos de gestão específicos

A gestão de recuperações, assim segmentada, identifica as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2009 (Milhares de Euros)

Total Consolidado	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	87.804	331.285	164.335	473.617	1.057.041
Derivados Taxa de Câmbio	29.730	2.760	0	0	32.489
Derivados Equity	2.590	0	0	0	2.590
Total	**120.124**	**334.045**	**164.335**	**473.617**	**1.092.121**

Grupos Financeiros	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	0	1.903	0	0	1.903
Derivados Taxa de Câmbio	0	0	0	0	0
Derivados Equity	0	0	0	0	0
Total	**0**	**1.903**	**0**	**0**	**1.903**

Grupos não Financeiros	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	87.804	329.382	164.335	473.617	1.055.138
Derivados Taxa de Câmbio	29.730	2.760	0	0	32.489
Derivados Equity	2.590	0	0	0	2.590
Total	**120.124**	**332.141**	**164.335**	**473.617**	**1.090.218**

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O segmento de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados da actividade bancária em que o Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de balanço: o risco de juro e liquidez surge em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, incluem-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço da actividade bancária do Santander Totta.
- Riscos Estruturais:
  - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
  - Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em companhias que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia padrão, aplicada no exercício de 2009, no âmbito da actividade bancária do Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de simulação histórica, com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as actividades. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Back-testing*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *back-testing.* O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *back-testing* que são realizadas no Santander Totta, para a actividade bancária, cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *back-testing* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

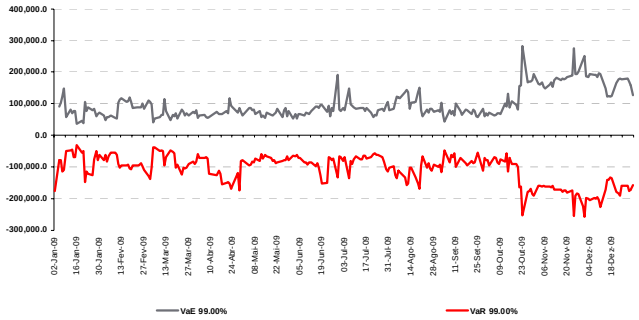
Limites

Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV ou gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2009, quantificado através do VaR e do VaE, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, entre um valor mínimo de 31 mil euros e máximo de 259 mil euros.

Risco de Balanço

As decisões sobre gestão do risco estrutural são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, no qual participam os órgãos directivos máximos do Grupo. O comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e tomadas as decisões estruturais a implementar.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O

modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2009, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis baixos.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez prosseguida assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com mais qualidade.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

Todos os processos de gestão de liquidez do Santander Totta centram-se na prevenção de crises e não na reacção às mesmas. Esta ideia é subjacente ao plano de contingência que se centra em modelar potenciais crises através da análise de diversos cenários, na identificação do tipo de crises, na definição das comunicações internas e externas, assim como das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

Durante o ano de 2009, contribuiu para o equilíbrio estrutural: uma operação de titularização de cerca de mil milhões de euros, uma emissão de obrigações hipotecárias de mil milhões de euros, emissões ao abrigo do programa de EMTN de 1,57 mil milhões de euros e a emissão de passivos de médio longo prazo, sob a forma de depósito ou obrigação, colocados junto dos clientes de retalho.

O mercado de capitais, ao longo de 2009, funcionou de forma irregular. Neste contexto, o BCE assumiu-se como contraparte do sistema, através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. No final de 2009, o Banco tinha 9,8 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma almofada de liquidez bastante confortável, diminuindo consideravelmente o risco de liquidez. Há também a considerar a possibilidade de o Banco recorrer à emissão até 2 mil milhões de euros no âmbito da garantia do Estado Português.

Risco Operacional

O risco operacional no Santander Totta define-se como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas".

O modelo de gestão e controlo do risco operacional está baseado na gestão directa e activa por parte de todas as áreas na totalidade das fases do ciclo operacional e que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidade, existindo uma área central que controla e supervisiona, sendo responsável pela implementação do projecto corporativo.

Por outro lado, o "Marco de Gestão" define as directrizes de gestão, sendo o controlo deste risco determinado pela alta direcção da organização. O modelo, no seu conjunto, cumpre os requisitos estabelecidos por Basileia II, bem como os estabelecidos pelo Banco de Portugal.

A implementação e constante melhoria do Marco de Gestão permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com as directrizes de Basileia II;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições de risco operacional com o objectivo de detectar níveis de risco, implementar procedimentos de controlo,

melhorar o conhecimento interno e mitigar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem e/ou minimizem o risco operacional.

As acções atrás enunciadas irão permitir uma gestão integral e efectiva do risco operacional, a melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio, assim como a melhoria dos processos e controlos, com redução de perdas.

No âmbito do risco operacional:

- Estão designados coordenadores de risco operacional em todas as áreas relevantes;
- Estão definidos indicadores, quer de controlo quer de actividade, que são reportados periodicamente pelas respectivas áreas, existindo uma base de dados de eventos de erros e incidências operativas com reporte mensal;
- Os eventos são identificados e classificados de acordo com as categorias de risco e linhas de negócio definidas em BIS II;
- São identificados e analisados os eventos mais significativos e mais frequentes, com a adopção de medidas de mitigação;
- São realizados controlos de forma a validar e analisar os eventos de risco operacional;
- É realizada uma conciliação entre a contabilidade e base de dados, de forma a garantir a fiabilidade da informação;
- Sobre o registo de eventos são estabelecidos mecanismos de informação e reporte que incluem tanto a situação actual como a tendência ou evolução por comparação com exercícios anteriores.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Política de novos produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2009, foi de € 265.900.989,76 (duzentos e sessenta e cinco milhões novecentos mil novecentos e oitenta e nove euros e setenta e seis cêntimos) e o resultado consolidado, em 2009, foi de € 523.262.809 (quinhentos e vinte e três milhões duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos e nove euros).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: € 26.590.098,98 (vinte e seis milhões quinhentos e noventa mil noventa e oito euros e noventa e oito cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: € 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de euros), dos quais já foram pagos € 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de euros) de dividendos a título de adiantamento sobre lucros do exercício de 2009;
- Resultados Transitados: € 4.310.890,78 (quatro milhões trezentos e dez mil oitocentos e noventa euros e setenta e oito cêntimos).

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação Complementar e Anexos

Práticas de Governo

A actuação do Conselho de Administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rendibilidade do Santander Totta e a optimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

As regras respeitantes ao Governo do Santander Totta têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva. Contêm um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Sublinha-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Importa também destacar o facto de, na sequência do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, o Conselho de Administração ter aprovado um vasto conjunto de documentos que respeitam às políticas e procedimentos relativos aos diversos riscos relevantes, os quais constituem o quadro matricial que enquadra o ambiente, sistema, princípios, regras, actuações e procedimentos de controlo interno praticados pela Instituição, constituindo um referencial fundamental do governo da sociedade.

Estão concretamente definidas metodologias, procedimentos e controlos especialmente concebidos e executados para assegurar o máximo rigor aos registos contabilísticos e financeiros, de modo a que as respectivas contas reflictam exactamente a situação da sociedade.

Foi, além disso, criado um Comité de Controlo e Cumprimento Normativo que faz o seguimento desta temática.

Por outro lado, estão em vigor diversos códigos de conduta, aplicáveis, nomeadamente, aos membros do Conselho de Administração, responsáveis da hierarquia da instituição e colaboradores directamente envolvidos nas diversas actividades de intermediação financeira que, sem prejuízo dos deveres gerais, determinam um conjunto acrescido de obrigações destinadas a garantir a confidencialidade, isenção e transparência na actuação, a assegurar a prevenção de conflitos de interesses e a sua adequada solução na eventualidade de poderem ocorrer e, também, a protecção e reserva de informação privilegiada, de acordo com os imperativos legais e os mais elevados padrões de ética.

Constitui preocupação constante do Banco a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes e a condução de todas as suas actividades com subordinação a exigentes princípios éticos e em conformidade com as melhores práticas. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Banco da Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC), colocada no primeiro plano da hierarquia da Instituição, que exerce a função de cumprimento com carácter transversal no Grupo e à qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As competências e actuação da referida Direcção estão ajustadas ao enquadramento regulatório da função de Cumprimento actualmente definido pelo citado Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008 de 1 de Julho – que define os princípios normas e objectivos a que deve obedecer o sistema de controlo interno das instituições. Satisfazem igualmente o disposto no art. 305-A do Código de Valores Mobiliários, introduzido pelo Decreto-Lei nº 357-A/2007, de 31 de Outubro, que procedeu à transposição, entre outras, da Directiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros.

Neste contexto, cabe salientar o facto de, em cumprimento das determinações consignadas nos citados diplomas, o responsável da DCAIC ter apresentado oportunamente o relatório de desempenho da função de cumprimento que, entre os vários aspectos relevantes, confirma o exercício independente da função, segundo os critérios e parâmetros normativos vigentes.

Sublinha-se o facto de, no decurso do exercício de 2009, apesar do incremento legislativo e regulatório com consequente densificação das obrigações exigidas ao Banco, não se terem identificado situações relevantes com impacto no risco de cumprimento.

O exercício da função cumprimento com a abrangência com que se desenvolve constitui, por sua vez, um factor relevante do bom governo societário.

Branqueamento de Capitais

Dada a relevância que o Santander Totta atribui à prevenção e controlo dos fenómenos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, o Banco segue políticas e aplica procedimentos por forma a desenvolver o seu negócio em conformidade com a legislação em vigor nestas matérias, colaborando activamente com as Autoridades na detecção e/ou impedimento de situações de eventual risco.

O Banco dispõe de regulamentos em linha com o normativo legal, dispõe de uma estrutura orgânica dirigida exclusivamente para a prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais. O quadro de pessoal está formado e actualizado nesta matéria para facilitar a detecção de situações de eventual risco e a comunicação imediata ao órgão competente, dispondo de aplicações informáticas para exploração da movimentação atípica e para a monitorização das transacções de eventual risco, avaliando as transacções que se enquadram em tipologias de risco com vista à sua eventual comunicação às Autoridades. A efectividade do sistema de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é objecto de verificação através de auditoria independente.

Às Unidades sedeadas no exterior são efectuadas revisões, através de visitas à unidade ou através de seguimento centralizado, com o objectivo de comprovar o efectivo funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas Unidades vêm aplicando os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santusa Holding, S.L.	196.996.017.344	99,848

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I.	**Modelo de Negócio**	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 24 e 46.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 29.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II.	**Riscos e Gestão de Riscos**	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 49 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III.	Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 49.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira. Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV.	Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 49.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 49.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 49.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V.	**Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização**	
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A:
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f), 7, 8, 12 e 49.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress scenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 49.
VI.	**Outros Aspectos Relevantes na Divulgação**	
26.	Descrição das politicas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

Nuno Manuel Amado

Dir. Auditoria Interna
- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

Dir. Coord. Recursos Humanos
- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Gab. Compensação e Informação
- Gab. Formação
- Gab. Gestão de Directivos

Gab. Presidente Comissão Executiva

António Vieira Monteiro

Gab. de Controlo / Função Gestão de Riscos

Dir. Coord. Recuperações
- Div. de Telecobranças
- Dep. de Gestão de Recuperações
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul
- Gab. de Acompanhamento e Controlo Jurídico

Dir. Coord. Riscos Standardizados
- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. UDO Negócios Norte
- Dep. UDO Negócios Sul
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

Dir. Coord. Riscos Banca Wholesale e Empresas
- Gab. Serviços Técnicos
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Infra-estrutura e Informação de Riscos
- Dep. de Riscos Financeiros
- Dep. de Capital – BIS II

Gab. Planificação e Projectos de Risco

Gab. Universidades

Conselho Superior de Crédito

Carlos Amaral de Pinho

Dir. Coord.Canais Complementares
- Gab. Contact Center
- Dep. Self-Banking
- Dep. NetB@nco

Dir. Coord. Internacional
- Gab. Apoio e Dinamização da Rede
- Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
- Dep. Comercial de Emigração

José Manuel Elias da Costa

Dir. Coord. Empresas - Norte
- Dir. Especialistas-Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Maia
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto
- Dir. Com. Empresas Aveiro
- Dir. Com. Empresas Viseu
- Dir. Com. Empresas Coimbra
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 2
- Dep. Riscos de Empresas Norte

Dir. Coord. Empresas - Sul
- Dir. Especialistas-Dinamizadores Sul
- Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Montijo
- Dir. Com. Empresas Odivelas
- Dir. Com. Empresas Estoril
- Dir. Com. Empresas Leiria
- Dir. Com. Empresas Faro
- Dir. Com. Empresas Funchal
- Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
- Dir. Com. Empresas Rodrigo da Fonseca - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
- Dep. Riscos de Empresas Sul

Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção
- Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
- Dir. Com. de Fomento à Construção Sul
- Dep. Riscos Imobiliários

Dir. Coord. de Clientes Institucionais
- Dir. Com. Clientes Institucionais
- Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
- Gab. Protocolos Colectivos

João Baptista Leite

Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio
- Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
- Gab. de Governo e Cumprimento
- Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
- Dep. de Processos de Negócio
- Dep. de Meios da Rede

Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança
- Gab. Segurança
- Dep. Obras e Manutenção
- Dep. Gestão de Espaços e Património
- Dep. Serviços Gerais

Dir. Coord. Operações
- Gab. Assessoria Técnica
- Dep. Estrangeiro e Pagamentos
- Dep. Operacional de Contas e Mercados
- Dep. de Controlo Operacional e Clientes
- Dep. de Expedição, Arquivo e Compensação
- Dep. Custódia e Liquidação de Valores

Dir. Coord. de Crédito e Hipotecário
- Gab. Apoio Jurídico a Empréstimos
- Dep. de Empréstimos e Apoio às Redes
- Dep. de Apoio Técnico a Empréstimos

Dir. de Organização
- Gab. de Estruturas
- Gab. de Planeamento e Controlo

Dir. de Gestão Integral do Gasto
- Gab. de Gestão de Compras
- Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

Dir. de Risco Tecnológico e Operacional
- Gab. de Risco Operacional
- Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação
- Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

José Carlos Sítima

Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio
- Dep. de Assessoria Corporativa
- Dep. de Assessoria da Rede

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento
- Gab. de Cumprimento
- Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Gab. de Inspecção

José Leite Maia

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte
- Dir. de Empresas - Norte
- Dir. de Particulares - Norte
- Dir. de Dinamização Premium-Private Norte
- Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
- Dir. de Controlo de Irregulares - Norte
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul
- Dir. de Empresas - Sul
- Dir. de Particulares - Sul
- Dir. de Dinamização Premium-Private Sul
- Dir. Apoio ao Negócio - Sul
- Dir. Controlo de Irregulares - Sul
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 18

Dir. Coord. de Dinamização e Seguimento de Negócios
- Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Norte
- Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Sul

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede
- Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede
- Dep. Marketing Operacional da Rede
- Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede
- Gab. de Apoio a Projectos da Rede

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários
- Gab. Apoio à Gestão
- Dir. Com. PMI Norte
- Dir. Com. PMI Sul
- Dir. Com. Lojas de Promotores

Projecto Vulcão
Dir. Coord. Private Banking Norte
Dir. Coord. Private Banking Sul
- Dir. Com. Private Banking Sul 1
- Dir. Com. Private Banking Sul 2

Dep. Apoio ao Negócio Private
Gab. Gestão de Activos Private

Luís Bento dos Santos

Dir. Coord. Qualidade
- Dep. Atenção ao Cliente
- Dep. Avaliação e Controlo

Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna
Gab. Informação e Seguimento
Gab. Relações Públicas e Eventos

Miguel Bragança

Dir. Coord. Contabilidade e Controlo de Gestão
- Gab. Controlo Interno e Normas
- Gab. Controlo Prudencial
- Div. de Pagamentos
- Dep. de Contabilidade
- Dep. de Controlo de Gestão
- Dep. de Consolidação do Grupo

Dir. Coord. Financeira
- Dep. Finanças Corporativas
- Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade
- Dep. Gestão Activos e Passivos
- Dep. Mercados de Curto Prazo
- Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores
- Gab. de Economic Research

Dir. Coord. Marketing
- Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos
- Dep. Publicidade e Comunicação

Dir. Produtos e Serviços de Particulares
- Gab. Passivo e Preçário
- Gab. Crédito ao Consumo
- Gab. Crédito Hipotecário

Dir. Produtos e Serviços de Empresas
- Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias
- Gab. Banca Transacional
- Gab. Negócio Internacional
- Div. Customer Service

Dir. Meios de Pagamento
- Gab. Técnico e de Controlo
- Gab. de POS
- Gab. Risco de Cartões
- Div. Operacional de Meios de Pagamento
- Dep. de Cartões

Dir. Estudos e CRM
- Gab. Técnico e de Suporte
- Gab. Analítico e de Estudos

Pedro Castro e Almeida

Dir. Coord. Corporate and Investment Banking
Dir. Coord. Credit Markets
Dir. Coord. Global Transaction Banking
- Gab. Customer Service
- Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 1
- Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 2
- Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Porto
- Dep. Dinamização Produtos Clientes Globais

Dir. Coord. Tesouraria
- Dep. Vendas Corporate
- Dep. Vendas Institucionais
- Dep. Global Connect
- Gab. Market-Making
- Gab. Middle-Office
- Dep. Cash Equity
- Dep. Custódia Institucional
- Gab. Produtos de Bolsa
- Gab. Equity Research
- Dep. Trading Proprietário

Gab. Controlo de Negócio

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração das sociedades SANTANDER TOTTA, SGPS, SA, BANCO SANTANDER TOTTA, SA e BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, SA, desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Mota de Sousa Horta Osório	Banco Santander, S.A. (Espanha)	Director Geral Membro do Comité de Direcção
	Santander Investment, S.A. (Espanha)	Administrador
	Abbey National, Plc. (Reino Unido)	Presidente da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Banco de Inglaterra	Administrador
Nuno Manuel Silva Amado	Banco Santander, S.A (Espanha).	Director Geral Membro do Comité de Direcção
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
Matias Rodrigues Inciarte	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vice-Presidente Terceiro do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Financeira Ponferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sanitas, S.A.	Consejero
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
António José Sacadura Vieira Monteiro	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Partang, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eduardo José Stock da Cunha[1]	ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A.[1]	Presidente do Conselho de Administração
	SIBS – Soc. Interbancária de Serviços, S.A.[1]	Vogal do Conselho de Administração
	Sovereign Bank	Membro do Management Executive Commitee Head of Manufacturing
José Carlos Brito Sítima[2]	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Maria Estela Guedes Barbosa Rodrigues de Magalhães Barbot	Sarcol – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

[1] Renunciou em 13/03/09
[2] Cooptado em 23/07/09

António Mendo Castel-Branco Borges	Hedge Fund Standards Board	Chairman
	CNP Assurances (França)	Administrador
	SCOR (França)	Administrador
	Caixa Seguros (Brasil)	Administrador
	Jerónimo Martins	Administrador
	Heidrick and Struggles (EUA)	Administrador
	Fundação Champalimaud	Administrador
Eurico Silva Teixeira de Melo[1]	Socitrel – Santo Tirso	Presidente do Conselho Fiscal
	RAR Holding	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Ana Patrícia Botín	Banco Espanhol de Crédito, S.A..	Presidente do Conselho de Administração
	Assicurazioni Generali, S.p.A	Membro do Conselho de Administração
	Santander Investment, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Banco Santander, S.A. (Espanha)	Membro do Conselho de Administração
Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca	Banco Santander, S.A. (Espanha)	Secretário Geral, Secretário do Conselho e Director Geral
	LA União Resineira Espanhola, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sociedade Correctora da Bolsa Valores Madrid, S.L.	Membro do Conselho de Administração
	Santander Holding International, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Bolsas y Mercados Españoles, Sociedad Holding de Mercados de Sistemas Financeiros	Membro do Conselho de Administração
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Pedro Gaspar Fialho	Totta Crédito Especializado – IFIC, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Sofia Luísa Correia Henriques Cardoso de Menezes Frère	Santander Gestão de Activos, SGPS	Vogal do Conselho de Administração
	Santander Pensões, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

[1] Renunciou ao mandato com efeitos à data de 30 de Setembro de 2008

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447° do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2009, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/08	Movimentos em 2009				Posição 31/12/09
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
António Mota de Sousa Horta Osório	Acções Banco Santander Totta, SA	157	-	-	-	-	157
	Acções Santander Totta, SGPS, SA	142.571	-	-	-	-	142.571
	Acções Banco Santander Negócios Portugal, SA	2	-	-	-	-	2
	Obrig. BTA-Estratégia Valor Mais 05/09	50	4/05	-	50	50	0
Nuno Manuel Silva Amado	Obrig. BST-Inv. Premium 2011-8,25% Cx	100					100
	Obrig. BST-Premium Energias Cx 08/2010	120					120
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Acções BST, SA	6.053					6.053
	Obrig. BTA-Rendimento Certo Cx. 05/2013	300					300
António José Sacadura Vieira Monteiro	Obrig BST – Euro Banca 7% - 7/2011 CX	100					100
	Obrig. BTA-Rend. Certo Cx.05/2013	300					300
Eurico Silva Teixeira de Melo	Acções Santander Totta, SGPS, SA	142.571					142.571
	Acções Banco Santander Totta, SA	157					157
	Obrig. Rendimento Mundial 2004	500	29/07		500	50	500
	Obrig. BSP – Rend. Certo CX.05/2013	500					500
	Obrig. BST – Competição Mundial	1.240					1.240
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Acções ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário	1					1
	Obrigações BTA – Estratégia Valor Mais 05/09	100	4/03		100	50	0
	Obrig. BST – Super Rendimento Mercados Emergentes CX.-06/2010	200					200
	Obrig. BST – Gás Natural Premium CX. 10%-2010	100					100
	Obrig. BTA – Rendimento China 8%	280					280
	Obrig. BST – Rendimento Best of Sectors CX-08/2010	120					120
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Obrig. Totta – Rendimento Certo CX. 05/2013 CÔNJUGE	200					200
	Obrig. Rendimento Crescente 6 CÔNJUGE	500					500
	Obrig. BST – Super Rendimento Mercados Emergentes CX.-06/2010	300					300
	Obrig. BST – Rendimento China 8% 07/2011 CÔNJUGE	400					400

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2009, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho de Administração

António Mota de Sousa Horta Osório
Presidente

Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Vice-Presidente

Nuno Manuel da Silva Amado
Vice-Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Miguel de Campos Pereira de Bragança
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:
"Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2009, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho Fiscal

Presidente: António Mendo Castel-Branco Borges

Vogais: Fernando Jorge Marques Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2009 Valor antes de Imparidade e Amortizações	2009 Amortizações e Imparidade	2009 Valor líquido	2008 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	756 411	-	756 411	614 133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	226 441	-	226 441	332 670
Activos financeiros detidos para negociação	7	2 001 709	-	2 001 709	1 652 320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	4 005 555	-	4 005 555	3 794 107
Activos financeiros disponíveis para venda	9	5 007 243	45 431	4 961 812	2 140 906
Aplicações em instituições de crédito	10	2 597 135	-	2 597 135	1 354 664
Crédito a clientes	11	32 905 807	487 461	32 418 346	32 712 634
Derivados de cobertura	12	259 515	-	259 515	197 494
Activos não correntes detidos para venda	13	142 618	42 327	100 291	101 143
Outros activos tangíveis	14	840 953	432 920	408 033	421 917
Activos intangíveis	14	269 254	195 421	73 833	63 592
Investimentos em associadas	15	2 134	500	1 634	1 736
Activos por impostos correntes	16	5 405	-	5 405	13 029
Activos por impostos diferidos	16	245 064	-	245 064	239 733
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	36 948	-	36 948	32 048
Outros activos	18	498 315	6 016	492 299	412 774
Total do Activo		49 800 507	1 210 076	48 590 431	44 084 900

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais	19	2 026 830	2 404 159
Passivos financeiros detidos para negociação	20	1 485 448	1 259 609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	21	4 851 247	4 138 379
Recursos de outras instituições de crédito	22	6 185 646	4 909 492
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	15 081 297	15 700 248
Responsabilidades representadas por títulos	24	14 048 146	11 353 567
Derivados de cobertura	12	237 067	89 251
Provisões	25	88 118	85 919
Provisões técnicas	17	403 842	371 563
Passivos por impostos correntes	16	27 457	12 032
Passivos por impostos diferidos	16	41 853	47 484
Passivos subordinados	26	278 851	279 184
Outros passivos	27	623 056	502 494
Total do passivo		45 378 858	41 153 381
Capital próprio			
Capital	28	1 972 962	1 972 962
(Acções próprias)	28	(514)	(493)
Reservas de reavaliação	28	(51 523)	(42 136)
Outras reservas e resultados transitados	28	291 177	27 095
Dividendos antecipados	28	(115 000)	(105 000)
Resultado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	29	523 263	517 725
Capital próprio atribuível aos accionistas da ST SGPS		2 620 365	2 370 153
Interesses minoritários	30	591 208	561 366
Total do Capital Próprio		3 211 573	2 931 519
Total do Passivo e do Capital Próprio		48 590 431	44 084 900

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	32	2 385 710	3 440 184
Juros e encargos similares	33	(1 585 332)	(2 684 490)
Margem financeira		800 378	755 694
Rendimentos de instrumentos de capital	34	5 639	6 537
Rendimentos de serviços e comissões	35	388 990	398 390
Encargos com serviços e comissões	36	(52 237)	(56 935)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	37	52 565	43 976
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	38	6 578	3 114
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	39	19 223	16 928
Resultados de alienação de outros activos	40	43 272	5 993
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	41	11 657	7 312
Margem bruta da actividade de seguros	41	23 883	27 027
Outros resultados de exploração	42	(2 709)	672
Produto bancário		1 297 239	1 208 708
Custos com o pessoal	43	(316 934)	(300 911)
Gastos gerais administrativos	44	(165 480)	(164 021)
Amortizações do exercício	14	(68 994)	(66 874)
Provisões líquidas de anulações	25	5 896	2 969
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	(96 304)	(22 326)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(1 469)	(763)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(17 903)	(22 220)
Resultados de associadas		(103)	(8)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		635 948	634 554
Impostos			
Correntes	16	(115 192)	(87 784)
Diferidos	16	9 816	(28 438)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		530 572	518 332
Interesses minoritários	30	(7 309)	(607)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS		523 263	517 725
Acções em circulação		197 276 864 914	197 277 179 108
Resultado por acção (em Euros)		0,0027	0,0026

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS NOS EXERCICÍOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

			Reservas de reavaliação				Outras reservas e				
	Capital	Acções Próprias	De Justo valor	De impostos diferidos	De flutuação cambial	Sub-total	resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**1 972 962**	**(369)**	**16 851**	**(8 676)**	**-**	**8 175**	**(245 288)**	**(92 500)**	**510 279**	**519 380**	**2 672 639**
Aplicação do resultado de 2007:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	92 500	(92 500)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(119 980)	-	(119 980)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	297 799	-	(297 799)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	(27 570)	-	-	27 570	-
Transferência da reserva de flutuação cambial	-	-	-	-	903	903	(903)	-	-	-	-
Compra de acções próprias	-	(124)	-	-	-	-	-	-	-	-	(124)
Compra pelo BST de acções próprias a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Outros	-	-	(1)	1 033	-	1 032	(1 047)	-	-	(275)	(290)
Dividendos antecipados sobre os resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(105 000)	-	-	(105 000)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2008	-	-	(58 860)	6 614	-	(52 246)	4 104	-	517 725	14 715	484 298
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**1 972 962**	**(493)**	**(42 010)**	**(1 029)**	**903**	**(42 136)**	**27 095**	**(105 000)**	**517 725**	**561 366**	**2 931 519**
Aplicação do resultado de 2008:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	105 000	(105 000)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(119 972)	-	(119 972)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	292 753	-	(292 753)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	(838)	(838)	(28 498)	-	-	(1 413)	(30 749)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do BST	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	(317)	(338)
Compra de acções próprias	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Venda da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 359	22 359
Aumento de capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 359	17 359
Outros	-	-	1	153	-	154	(152)	-	-	65	67
Dividendos antecipados sobre os resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(115 000)	-	-	(115 000)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2009	-	-	(1 017)	1 177	(8 863)	(8 703)	-	-	523 263	(8 211)	506 349
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**1 972 962**	**(514)**	**(43 026)**	**301**	**(8 798)**	**(51 523)**	**291 177**	**(115 000)**	**523 263**	**591 208**	**3 211 573**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2009		31 de Dezembro de 2008	
	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	**Atribuível a Interesses Minoritários**	**Atribuível aos accionistas da ST SGPS**	**Atribuível a Interesses Minoritários**
Resultado consolidado do exercício	523 263	7 309	517 725	607
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial resultantes da alienação da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola	2 180	4	-	-
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	(11 043)	(15 516)	4 104	14 131
. Variações de elementos patrimoniais disponíveis para venda:				
. Justo valor	35 724	33	(112 649)	(97)
. Impacto fiscal	(8 559)	(8)	20 868	15
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	(32 500)	(45)	58 030	80
. Impacto fiscal	8 613	12	(15 378)	(21)
. Variação na "shadow reserve"	(4 241)	-	(4 241)	-
. Impacto fiscal	1 123	-	1 124	-
	(8 703)	(15 520)	(48 142)	14 108
Rendimento integral consolidado do exercício	514 560	(8 211)	469 583	14 715

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2 799 415	3 709 082
Pagamento de juros e comissões	(1 585 366)	(2 210 506)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(504 093)	(473 003)
Contribuições para os fundos de pensões	(72 772)	(212 400)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	42 516	56 104
Recuperação de créditos abatidos ao activo	7 468	14 407
Recebimento de prémios de seguros	127 386	1 723 722
Pagamento de sinistros	(27)	(1 391 555)
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	814 527	1 215 851
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(1 257 722)	695 603
Activos financeiros detidos para negociação	(366 040)	221 578
Créditos a clientes	42 440	(2 420 820)
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	448 679	59 891
Activos não correntes detidos para venda	(15 382)	(54 433)
Outros activos	16 150	24 982
	(1 131 875)	(1 473 199)
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	929 120	700 797
Recursos de clientes e outros empréstimos	(331 177)	3 227 929
Passivos financeiros detidos para negociação	225 848	(355 042)
Outros passivos	23 817	(30 573)
	847 608	3 543 111
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendiment	530 260	3 285 763
Impostos pagos	(80 255)	(130 996)
Caixa líquida das actividades operacionais	450 005	3 154 767
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	5 639	6 537
Aquisição de activos disponíveis para venda	(3 018 350)	(417 055)
Alienação/ reembolso de activos disponíveis para venda	323 831	361 676
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	31 063	90 969
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(80 014)	(82 212)
Vendas de activos tangíveis	1 718	14 071
Investimentos em empresas filiais e associadas	66 871	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(2 669 242)	(26 014)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(224 972)	(212 480)
Reembolso de dívida titulada e subordinada	(1 238)	(30 701)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(28 498)	(27 608)
Emissão/reembolso de obrigações de caixa e outros	2 724 364	(2 292 879)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(167 028)	(412 626)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(8 076)	(19 708)
Caixa líquida das actividades de financiamento	2 294 552	(2 996 002)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	75 315	132 751
Caixa e seus equivalentes no início do período	946 803	814 052
Saída de sociedades do perímetro de consolidação	(57 308)	-
Entrada de sociedades no perímetro de consolidação	18 042	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	982 852	946 803

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta - SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por "Sociedade", "Santander Totta" ou "ST SGPS") foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Santander Totta Seguros" ou "Companhia") foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes activos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. ("Banco" ou "BST"). A Santander Totta tem por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sedeada em Portugal.

A Santander Totta faz parte do Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2009 e 2008 encontram-se detalhados na Nota 47.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 699 balcões (693 balcões em 31 de Dezembro de 2008) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007, foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.

Em Outubro de 2009 o Conselho de Administração do Banco aprovou um projecto de fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A., nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais. A fusão para efeitos contabilísticos e fiscais será efectuada com data de 1 de Janeiro de 2010. A concretização desta fusão por incorporação foi autorizada pelo Banco de Portugal em carta de 11 de Fevereiro de 2010.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2009, a Sociedade adoptou a Norma IFRS 8 – "Segmentos operacionais", que define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – "Relato por Segmentos". A informação sobre os segmentos operacionais, que correspondem aos segmentos de negócio do Banco, é apresentada na Nota 3.

Adicionalmente, a Sociedade adoptou as alterações efectuadas na Norma IAS 1 – "Apresentação de demonstrações financeiras", sendo o principal impacto ao nível dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras. Nesse sentido, a Sociedade passou a apresentar a "Demonstração do rendimento integral" requerida pela Norma e alterou a "Demonstração de alterações nos capitais próprios" em conformidade.

No exercício de 2009, a Sociedade adoptou as alterações à Norma IFRS 7 que introduziu requisitos adicionais de divulgação em termos de risco de liquidez e determinação de justo valor. Essas divulgações estão incluídas na Nota 49.

A Sociedade considerou ainda durante o exercício de 2009 as alterações às Normas IAS 1 e IAS 32 – "Instrumentos financeiros: apresentação", que esclarecem os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação de instrumentos financeiros com uma opção de venda, nomeadamente, se em passivos financeiros ou em instrumentos de capital. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

No exercício de 2009, a Sociedade considerou as alterações às Normas IFRIC 9 e IAS 39 (Alterações) – "Derivados embutidos", que clarificam que em caso de reclassificação de instrumentos financeiros para fora da categoria de "ao justo valor por contrapartida de resultados", nos termos da alteração da IAS 39, devem ser analisados os derivados embutidos e se necessário, contabilizá-los separadamente nas demonstrações financeiras. Estas alterações também não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

A Sociedade analisou ainda a Norma IFRIC 16, sobre a cobertura de um investimento líquido numa operação no estrangeiro, mas a aplicação desta interpretação não teve igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2008, a Sociedade analisou as alterações verificadas nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, endossadas pela União Europeia, sobre reclassificação de instrumentos financeiros. No entanto, a Sociedade optou por não efectuar quaisquer reclassificações.

A Sociedade analisou ainda em 2008 a alteração na IFRIC 14 – "Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção", a qual não teve impacto nas suas contas, dado que o Grupo cumpre com os requisitos mínimos de financiamento definidos para o plano de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2009, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e pelo "Internacional Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 3 (Alteração) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer como resultado de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

  A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IAS 39 (Alteração) – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" – A revisão efectuada ao texto desta norma pretende clarificar dois aspectos relacionados com contabilidade de cobertura, nomeadamente a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções. Com esta alteração, apenas se pode designar como risco coberto a componente de inflação relacionada com fluxos de caixa de instrumentos financeiros se essa componente estiver especificada contratualmente. As opções podem ser designadas como de cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa, mas esta alteração esclarece que apenas o valor intrínseco da opção e não o valor temporal reflecte o risco e, como tal, se for designada a opção na sua totalidade para cobertura de um risco, deverá existir ineficácia de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRIC 17 – "Distribuição de dividendos em espécie" – Esta interpretação clarifica o tratamento contabilístico dos dividendos em espécie a distribuir a accionistas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não implicará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 2 (Alteração) – "Pagamento com base em acções" – As alterações efectuadas ao texto desta norma clarificam o tratamento contabilístico numa subsidiária em caso de transacções em que o pagamento seja efectuado em dinheiro ou acções por outra empresa do grupo. Caso uma subsidiária receba bens ou serviços de empregados ou fornecedores que sejam pagos em dinheiro ou acções pela empresa mãe ou outra empresa do grupo, a subsidiária deve contabilizar esses bens e serviços recebidos independentemente da empresa do grupo que proceda ao seu pagamento, seja este bem dinheiro ou em acções. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010.

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 24 (Alteração) – Entidades relacionadas" – A revisão efectuada ao texto desta Norma implica alterações às divulgações apresentadas relativas a entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

- IFRIC 14 – "O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção". A alteração efectuada ao texto desta interpretação pretende clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades de serviços futuros. É de aplicação obrigatória por exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

- IFRIC 19 – "Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio". Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico relativo à liquidação de passivos mediante emissão de tratamentos de capital próprio, bem como os critérios de valorização desses instrumentos. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

As demonstrações financeiras da Santander Totta e das empresas subsidiárias e associadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, estão pendentes de aprovação pelas correspondentes Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Santander Totta admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

Empresas subsidiárias são aquelas em que a Sociedade detém directa ou indirectamente o controlo. Entende-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%, se detém a maioria dos direitos de voto ou o poder de gerir a política financeira e operacional de uma entidade de forma a obter benefícios das suas actividades.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que a Santander Totta assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa.

Os saldos, as transacções e os correspondentes proveitos e custos entre empresas subsidiárias são eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses Minoritários" (Nota 30).

As empresas associadas são entidades nas quais a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa e até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas.

A Santander Totta decidiu não aplicar retrospectivamente a Norma IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela Norma IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a Norma IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

A Santander Totta consolida pelo método da integração global as entidades de finalidade especial (SPE), nomeadamente os veículos relativos às operações de titularização de crédito à habitação.

As empresas sob controlo conjunto do Grupo e de outras entidades são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, sendo integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os seus activos, passivos e resultados na proporção da participação de capital detida pelo Grupo.

A Santander Totta decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a Norma IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;

- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e

- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios da Sociedade na rubrica de "Reservas de flutuação cambial".

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Empréstimos e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a da venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A Santander Totta optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos do manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito; e
- Outros créditos a particulares.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Situações de mora com responsabilidades superiores a mEuros 75 (acompanhados por gestores de recuperações);
- Situações de incumprimento superior a 90 dias:
  - Todas as responsabilidades superiores a mEuros 300; e
  - Responsabilidades entre mEuros 50 e mEuros 300 que sejam acompanhadas por gestores de risco.
- Todos os clientes que estejam classificados em “morosidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco por apresentarem algum tipo de indícios que possam potencialmente levar a situações de imparidade.

Os clientes analisados individualmente para os quais não forem apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
  - Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelo Grupo (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considerou um período de emergência de 12 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a esta reflicta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Grupo analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e para os quais os respectivos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidades são totais. Para estes, o Grupo procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 40). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as Normas IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo e variável que o Grupo optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, bem como o respectivo funding.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados que sejam transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 37).

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Grupo considera a natureza e as características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Nos termos previstos na Norma IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspectos:
  - . Identificação do instrumento de cobertura;
  - . Identificação do elemento coberto;
  - . Identificação do tipo de risco coberto; e
  - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são registados em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O Grupo tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Adicionalmente, o Grupo tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na Norma IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004, foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor do imóvel não é recuperado através do seu uso nas operações. Para esses casos, o valor da imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido do imóvel e o seu valor de avaliação.

Os critérios seguidos nas avaliações consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a Norma IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes activos, em virtude de não existir uma expectativa suficientemente comprovada da sua realização e tendo em conta a evolução do mercado imobiliário.

O Conselho de Administração da Sociedade considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, pensões de administradores, riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do Grupo, de acordo com a Norma IAS 37 (Nota 25).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Os empregados do ex – totta estão inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores consiste no pagamento de complementos. Para os trabalhadores abrangidos pelo plano de benefício definido e que não estão inscritos na Segurança Social, o Banco é responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco estão inscritos na Segurança Social e estão abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 45). Em 2009 o Banco reconheceu na rubrica “Custos com o pessoal” o custo do exercício e uma contribuição extraordinária para o financiamento do plano.

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da Norma IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo. O seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do total das responsabilidades ou do valor do Fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O BST regista em "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

Em 2008 o Banco utilizou o remanescente da provisão para reestruturação ("Provisões para pensões e outros encargos") de que dispunha para fazer face aos acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, e corrigidas pelos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas na rubrica de "Outros activos" (Nota 18).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo.

O BST dotou o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados que tenham sido admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do novo CCT. Este compromisso inclui os colaboradores que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre a Seguros Génesis e a Santander Totta Seguros em 29 de Junho de 2001. Os complementos consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma. O regime de reconhecimento contabilístico e imputação à conta de ganhos e perdas da Santander Totta Seguros das responsabilidades por pensões de reforma por velhice e invalidez consiste na cobertura integral no final de cada exercício do valor actual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma. As responsabilidades com os complementos de pensões de reforma foram calculadas pelo método "Projected Unit Credit".

O Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSNP) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social. No exercício de 2006 o BSNP constituiu um fundo de pensões complementar a favor dos seus colaboradores. Trata-se de um fundo de contribuição definida, em que os colaboradores que decidam participar efectuam contribuições mensais para o fundo, equivalentes a uma percentagem do seu salário pensionável, e o BSNP efectua uma contribuição anual. Os participantes, na data normal de reforma ou quando se encontrem em situação de invalidez reconhecida pela Segurança Social, terão direito a receber uma renda mensal vitalícia, a adquirir junto de uma seguradora, resultante do valor acumulado das unidades de participação adquiridas com as contribuições efectuadas pelo participante e pelo associado (BSNP). O BSNP reconhece em custos do exercício o montante da contribuição anual no exercício a que respeita.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémios de antiguidade" (Nota 27).

m) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas subsidiárias e associadas são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Ao abrigo do regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os lucros que sejam distribuídos à Sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º - A do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 86º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 83º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 40º e no Artigo 69º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis seja de 25%, aplicando-se os 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou incorrido o passivo.

Para efeito de registo dos impostos diferidos activos relativos ao ajustamento das responsabilidades com pensões calculado com referência a 1 de Janeiro de 2004, quando da transição para IAS/ IFRS, foi excluído da base de cálculo um montante de aproximadamente mEuros 88.684 que correspondeu a mEuros 24.388 de imposto. Este imposto diferido activo não foi registado pelo facto do Grupo considerar que existia o risco de não vir a ser recuperável.

Não foram também registados impostos diferidos passivos relativos a mais valias na alienação de participações financeiras suspensas de tributação no montante de cerca de mEuros 206.000, tendo o reinvestimento sido efectuado em aumentos de capital do actual BST. Não se procedeu ao registo de impostos diferidos passivos relacionados com esta situação, no pressuposto que o Grupo Santander não pretende alienar a sua participação indirecta no BST num futuro previsível.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa.

n) Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

o) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros comercializa seguros de vida e não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos da Norma IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

  A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

  Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e ao ramo não vida. A partir do exercício de 2004, a Santander Totta Seguros passou a diferir os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação de apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

  A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor, e são calculadas para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é essencialmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e rendas.

- Provisão para compromissos de taxa

  A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva da carteira ajustada à maturidade dos respectivos investimentos que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e dos passivos financeiros decorrentes das responsabilidades dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados for inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

  A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, e foi determinada da seguinte forma:

  i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;

  ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);

  iii) Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

  Corresponde ao valor líquido das variações no justo valor dos investimentos afectos aos seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

  A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos activos financeiros são classificados na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, e as respectivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de "Reserva de reavaliação" do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica "Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – "shadow reserve")" por contrapartida de "Reservas de reavaliação" do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados ("shadow accounting" previsto na Norma IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

  A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

  Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

- Provisão para riscos em curso

  A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com a Norma n.º 24/2002-R, de 23 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

- Provisão para estabilização de carteira

  A partir do exercício de 2006, a Companhia passou a registar uma provisão para estabilização de carteira referente a um conjunto de apólices de Seguros Vida Grupo de crédito à habitação com tarifa plana. O cálculo desta provisão baseia-se essencialmente no valor actual do diferencial entre prémios e custos com sinistralidade futura dessa carteira.

- Teste de adequacidade dos passivos

  Nos termos da Norma IFRS 4, a Santander Totta Seguros avalia a cada data de relato financeiro se os seus passivos por contratos de seguro reconhecidos são adequados, utilizando estimativas do valor actual dos fluxos de caixa futuros de acordo com os termos dos contratos. Se essa avaliação, designada por testes de adequacidade dos passivos, demonstrar que a quantia escriturada dos seus passivos por contratos de seguro é inadequada à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a totalidade da insuficiência é reconhecida como perda na demonstração dos resultados.

p) Ajustamentos de recibos por cobrar

A provisão para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização em conformidade com a Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

q) Reconhecimento de proveitos e custos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de "Margem bruta da actividade de seguros - prémios, líquidos de resseguro", da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos da Norma IAS 39, como "Recursos de clientes e outros empréstimos".

Os títulos afectos à actividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda", com excepção dos títulos afectos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos "unit linked"), que se encontram registados na rubrica de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados".

r) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander), empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander em vigor em 2009 e 2008 está incluída na Nota 48.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Santander Totta. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando nomeadamente tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Por outro lado, o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões estimado. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3 e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3 c) supra. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos futuros de caixa esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

A Sociedade enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável. Para o efeito, o Orçamento do Estado para 2007 consagrou um conjunto de normas, aplicáveis ao exercício de 2006, as quais irão vigorar até que sejam introduzidas no Código do IRC as necessárias alterações no sentido de o adequar às novas realidades introduzidas pelas IAS/IFRS.

As normas transitórias em apreço, relativas a um conjunto de realidades decorrentes da introdução das NCA, foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2008 e 2009, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Grupo.

Determinação das provisões técnicas relativas a contratos de seguros

As provisões técnicas são calculadas de acordo com bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, histórico de sinistralidade e estimativas de perdas por sinistros. Neste sentido, os valores a desembolsar no futuro podem ser diferentes das estimativas efectuadas. No entanto, as provisões técnicas reflectem a melhor estimativa das responsabilidades futuras por contratos de seguro do Grupo à data do balanço.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade são apresentadas de seguida de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade de banca de investimento, mercados financeiros, banca transaccional e grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações, imobiliário, factoring e leasing.

Gestão de Activos e Seguros:

Decorre da actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos, criando produtos de valor acrescentado para os clientes do Grupo. São igualmente incluídos nesta área os seguros de vida que, na estratégia de cross selling, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de cliente, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	44.944	530.467	105.989	(134)	119.112	800.378
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	126	5.513	5.639
Margem Financeira Alargada	**44.944**	**530.467**	**105.989**	**(8)**	**124.625**	**806.017**
Comissões Líquidas	40.849	261.525	23.248	11.642	(511)	336.753
Outros Resultados da Actividade Bancária	(4)	9.834	49	(672)	(11.916)	(2.709)
Actividade Seguradora	-	-	-	35.540	-	35.540
Margem Comercial	**85.789**	**801.826**	**129.286**	**46.502**	**112.198**	**1.175.601**
Resultado de Operações Financeiras	28.145	1.007	24.856	407	67.223	121.638
Produto Bancário e Actividade de Seguros	**113.934**	**802.833**	**154.142**	**46.909**	**179.421**	**1.297.239**
Custos de transformação	(21.564)	(412.753)	(35.932)	(12.165)	-	(482.414)
Amortizações	(4.355)	(59.267)	(4.611)	(761)	-	(68.994)
Resultados de Exploração	**88.015**	**330.813**	**113.599**	**33.983**	**179.421**	**745.831**
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(1.744)	(81.652)	(14.985)	3	(11.402)	(109.780)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(103)	(103)
Resultado antes de impostos	**86.271**	**249.161**	**98.614**	**33.986**	**167.916**	**635.948**
Impostos	(14.295)	(41.286)	(16.340)	(5.632)	(27.823)	(105.376)
Interesses minoritários	-	(1)	-	-	(7.308)	(7.309)
Resultado líquido	**71.976**	**207.874**	**82.274**	**28.354**	**132.785**	**523.263**

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2009, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	16.239.517	-	-	-	16.239.517
Crédito ao consumo	-	1.662.209	-	-	-	1.662.209
Outros créditos	3.792.280	4.619.295	6.105.045	-	-	14.516.620
	3.792.280	22.521.021	6.105.045	-	-	32.418.346
Total de activos afectos	3.792.280	22.521.021	6.105.045	-	-	32.418.346
Activos não afectos						16.172.085
Total do Activo						48.590.431
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	885.072	12.271.776	1.924.449	-	-	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	-	766.407	765.603	-	12.516.136	14.048.146
	885.072	13.038.183	2.690.052	-	12.516.136	29.129.443
Garantias e avales	393.861	233.813	980.240	-	-	1.607.914
Fundos de investimento	-	2.990.285	592.097	1.797.112	-	5.379.494

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2008 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	18.619	521.846	87.986	1.720	125.523	755.694
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	316	6.221	6.537
Margem Financeira Alargada	**18.619**	**521.846**	**87.986**	**2.036**	**131.744**	**762.231**
Comissões Líquidas	33.739	264.230	28.608	15.344	(466)	341.455
Outros Resultados da Actividade Bancária	44	11.924	190	(303)	(11.183)	672
Actividade Seguradora	-	-	-	34.339	-	34.339
Margem Comercial	**52.402**	**798.000**	**116.784**	**51.416**	**120.095**	**1.138.697**
Resultado de Operações Financeiras	31.806	10.416	18.022	2.858	6.909	70.011
Produto Bancário e Actividade de Seguros	**84.208**	**808.416**	**134.806**	**54.274**	**127.004**	**1.208.708**
Custos de transformação	(24.170)	(394.277)	(34.743)	(11.742)	-	(464.932)
Amortizações	(3.205)	(58.338)	(4.593)	(738)	-	(66.874)
Resultados de Exploração	**56.833**	**355.801**	**95.470**	**41.794**	**127.004**	**676.902**
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	20	(8.740)	(2.243)	1.841	(33.218)	(42.340)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(8)	(8)
Resultado antes de impostos	**56.853**	**347.061**	**93.227**	**43.635**	**93.778**	**634.554**
Impostos	(10.413)	(63.566)	(17.075)	(7.992)	(17.176)	(116.222)
Interesses minoritários	-	(7)	(30)	-	(570)	(607)
Resultado líquido	**46.440**	**283.488**	**76.122**	**35.643**	**76.032**	**517.725**

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2008, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	15.988.455	-	-	-	15.988.455
Crédito ao consumo	-	1.547.890	-	-	-	1.547.890
Outros créditos	4.708.388	4.436.742	6.031.159	-	-	15.176.289
	4.708.388	21.973.087	6.031.159	-	-	32.712.634
Total de activos afectos	4.708.388	21.973.087	6.031.159	-	-	32.712.634
Activos não afectos						11.372.266
Total do Activo						44.084.900
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.362.955	12.832.314	1.504.979	-	-	15.700.248
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.052.529	744.073	-	9.556.965	11.353.567
	1.362.955	13.884.843	2.249.052	-	9.556.965	27.053.815
Garantias e avales	456.840	257.360	910.725	-	-	1.624.925
Fundos de investimento	-	2.026.326	471.672	1.927.087	-	4.425.085

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço por segmento geográficos era como segue:

	2009												
	Actividade nacional						Actividade internacional						
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	Operações entre segmentos	Total consolidado
Activo													
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.459	61	-	-	-	699.520	-	56.891	-	-	56.891	-	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	372.715	2.497	4.298	400	(14.034)	365.876	12.923	10.192	8.253	12.536	43.904	(183.339)	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.236.378	30.131	-	-	(15.192)	2.251.317	-	13.636	231	-	13.867	(263.475)	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.157.689	-	-	-	-	5.157.689	-	-	-	-	-	(1.152.134)	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	11.860.872	-	-	-	-	11.860.872	2.140.787	71.842	-	-	2.212.629	(9.111.689)	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	11.174.404	1.407.200	53.769	-	(2.825.551)	9.809.822	3.432.400	37.922	439.847	328.099	4.238.268	(11.450.955)	2.597.135
Crédito a clientes	30.635.680	1.443.385	7.290	-	-	32.086.355	299.634	60.973	-	-	360.607	(28.616)	32.418.346
Derivados de cobertura	283.801	-	-	-	-	283.801	-	-	346	-	346	(24.632)	259.515
Activos não correntes detidos para venda	100.291	-	-	-	-	100.291	-	-	-	-	-	-	100.291
Outros activos tangíveis	399.027	483	-	-	-	399.510	-	8.441	-	82	8.523	-	408.033
Activos intangíveis	73.711	-	-	-	-	73.711	-	122	-	-	122	-	73.833
Investimentos em associadas	1.634	-	-	-	-	1.634	-	-	-	-	-	-	1.634
Activos por impostos correntes	4.762	579	6	-	-	5.347	58	-	-	-	58	-	5.405
Activos por impostos diferidos	240.483	-	-	-	-	240.483	4.575	6	-	-	4.581	-	245.064
Provisões técnicas de resseguro cedido	36.948	-	-	-	-	36.948	-	-	-	-	-	-	36.948
Outros activos	643.164	1.962	-	1	(26.511)	618.616	69	1.229	5	1.212	2.515	(128.832)	492.299
Total do Activo Líquido	63.921.018	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	63.991.792	5.890.446	261.254	448.682	341.929	6.942.311	(22.343.672)	48.590.431
Passivo													
Recursos de bancos centrais	2.026.809	2	-	-	-	2.026.811	-	19	-	-	19	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.752.525	30.082	-	-	(15.192)	1.767.415	-	7	473	-	480	(282.447)	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	-	-	-	4.851.247	-	-	-	-	-	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	16.192.026	841.217	3.126	-	(2.837.964)	14.198.405	2.181.969	34	212	69	2.182.284	(10.195.043)	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.323.939	586.710	63.134	-	-	15.973.783	-	174.678	176.680	225	351.583	(1.244.069)	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	19.278.429	500.293	-	-	-	19.778.722	3.382.398	-	-	-	3.382.398	(9.112.974)	14.048.146
Derivados de cobertura	244.365	-	-	-	-	244.365	-	-	90	-	90	(7.388)	237.067
Provisões	69.748	16.647	73	287	-	86.755	-	1.363	-	-	1.363	-	88.118
Provisões técnicas	403.905	-	-	-	-	403.905	-	-	-	-	-	(63)	403.842
Passivos por impostos correntes	18.658	875	3.026	-	-	22.559	1.808	2.275	815	-	4.898	-	27.457
Passivos por impostos diferidos	41.086	-	-	-	-	41.086	767	-	-	-	767	-	41.853
Outros passivos subordinados	512.308	847.922	-	-	-	1.360.230	-	-	-	-	-	(1.081.379)	278.851
Outros passivos	706.927	4.153	10	137	(3.134)	708.093	45	1.795	131	132	2.103	(87.140)	623.056
Total do Passivo	61.421.972	2.827.901	69.369	424	(2.856.290)	61.463.376	5.566.987	180.171	178.401	426	5.925.985	(22.010.503)	45.378.858
Capital próprio	2.499.046	58.397	(4.006)	(23)	(24.998)	2.528.416	323.459	81.083	270.281	341.503	1.016.326	(333.169)	3.211.573
Total do passivo e do capital próprio	63.921.018	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	63.991.792	5.890.446	261.254	448.682	341.929	6.942.311	(22.343.672)	48.590.431

Em 31 de Dezembro de 2008, o balanço por segmento geográficos era como segue:

	2008												
	Actividade nacional						Actividade internacional						
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	Operações entre segmentos	Total consolidado
Activo													
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	554.543	67	-	26	-	554.636	-	59.497	-	-	59.497	-	614.133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	566.941	2.145	6.284	183	(14.202)	561.351	13.497	20.225	10.770	13.211	57.703	(286.384)	332.670
Activos financeiros detidos para negociação	2.603.427	2.066	-	-	-	2.605.493	-	137.616	161	-	137.777	(1.090.950)	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.349.071	-	-	-	-	4.349.071	-	-	-	-	-	(554.964)	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	8.617.932	-	-	-	-	8.617.932	2.308.292	50.084	-	-	2.358.376	(8.835.402)	2.140.906
Aplicações em instituições de crédito	9.265.173	2.259.605	71.699	5.020	(4.956.556)	6.644.941	908.618	16.274	522.718	328.842	1.776.452	(7.066.729)	1.354.664
Crédito a clientes	30.579.944	2.016.536	14.704	2.368	-	32.613.552	-	136.719	-	-	136.719	(37.637)	32.712.634
Derivados de cobertura	269.301	-	-	-	-	269.301	-	-	1.368	-	1.368	(73.175)	197.494
Activos não correntes detidos para venda	101.143	-	-	-	-	101.143	-	-	-	-	-	-	101.143
Outros activos tangíveis	407.092	407	-	34	-	407.533	1	14.308	-	75	14.384	-	421.917
Activos intangíveis	62.996	30	-	16	-	63.042	-	550	-	-	550	-	63.592
Investimentos em associadas	1.736	-	-	-	-	1.736	-	-	-	-	-	-	1.736
Activos por impostos correntes	13.003	-	26	-	-	13.029	-	-	-	-	-	-	13.029
Activos por impostos diferidos	235.018	-	-	-	-	235.018	4.700	15	-	-	4.715	-	239.733
Provisões técnicas de resseguro cedido	32.048	-	-	-	-	32.048	-	-	-	-	-	-	32.048
Outros activos	510.433	210	1	42	(26.074)	484.612	187	759	8	955	1.909	(73.747)	412.774
Total do Activo Líquido	58.169.801	4.281.066	92.714	7.689	(4.996.832)	57.554.438	3.235.295	436.047	535.025	343.083	4.549.450	(18.018.988)	44.084.900
Passivo													
Recursos de bancos centrais	2.404.137	14	-	-	-	2.404.151	-	8	-	-	8	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	2.302.343	1.918	-	-	-	2.304.261	-	22	351	-	373	(1.045.025)	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.138.379	-	-	-	-	4.138.379	-	-	-	-	-	-	4.138.379
Recursos de outras instituições de crédito	11.825.453	2.036.095	-	6.962	(4.970.720)	8.897.790	2.042.330	31.290	4.390	-	2.078.010	(6.066.308)	4.909.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.511.781	386.077	107.501	782	-	16.006.141	-	312.487	248.437	234	561.158	(867.051)	15.700.248
Responsabilidades representadas por títulos	18.023.984	929.004	-	-	-	18.952.988	858.611	-	-	-	858.611	(8.458.032)	11.353.567
Derivados de cobertura	207.961	-	-	-	-	207.961	-	-	375	-	375	(119.085)	89.251
Provisões	55.471	27.720	145	270	-	83.606	-	2.096	-	216	2.312	1	85.919
Provisões técnicas	372.096	-	-	-	-	372.096	-	-	-	-	-	(533)	371.563
Passivos por impostos correntes	4.969	1.021	-	-	-	5.990	2.542	3.500	-	-	6.042	-	12.032
Passivos por impostos diferidos	46.212	-	-	-	-	46.212	1.272	-	-	-	1.272	-	47.484
Outros passivos subordinados	513.510	857.247	-	-	-	1.370.757	-	-	-	-	-	(1.091.573)	279.184
Outros passivos	539.702	3.310	4	244	(38)	543.222	46	1.740	159	93	2.038	(42.766)	502.494
Total do Passivo	55.945.998	4.242.406	107.650	8.258	(4.970.758)	55.333.554	2.904.801	351.143	253.712	543	3.510.199	(17.690.372)	41.153.381
Capital próprio	2.223.803	38.660	(14.936)	(569)	(26.074)	2.220.884	330.494	84.904	281.313	342.540	1.039.251	(328.616)	2.931.519
Total do passivo e do capital próprio	58.169.801	4.281.066	92.714	7.689	(4.996.832)	57.554.438	3.235.295	436.047	535.025	343.083	4.549.450	(18.018.988)	44.084.900

No exercício de 2009, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2009												
	Actividade nacional						Actividade internacional					Operações	
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	entre segmentos	Total consolidado
Juros e rendimentos similares	2.569.214	354.151	1.953	82	(107.139)	2.818.261	171.623	6.013	23.770	13.481	214.887	(647.438)	2.385.710
Juros e encargos similares	(1.951.913)	(325.049)	(1.088)	(37)	107.139	(2.170.948)	(57.846)	(874)	(6.279)	-	(64.999)	650.615	(1.585.332)
Margem financeira	617.301	29.102	865	45	-	647.313	113.777	5.139	17.491	13.481	149.888	3.177	800.378
Rendimentos de instrumentos de capital	5.639	-	-	-	-	5.639	-	-	-	-	-	-	5.639
Rendimentos de serviços e comissões	430.934	6.603	-	12	(73)	437.476	-	2.104	-	1.589	3.693	(52.179)	388.990
Encargos com serviços e comissões	(99.708)	(400)	-	(9)	73	(100.044)	(285)	(80)	-	(767)	(1.132)	48.939	(52.237)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	52.423	-	-	-	-	52.423	-	(50)	192	-	142	-	52.565
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.124	-	-	-	-	1.124	-	5.454	-	-	5.454	-	6.578
Resultados de reavaliação cambial	7.513	161	(4)	-	-	7.670	-	11.776	(236)	13	11.553	-	19.223
Resultados de outros activos	35.726	(2)	7.546	2	-	43.272	-	-	-	-	-	-	43.272
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	11.657	-	-	-	-	11.657	-	-	-	-	-	-	11.657
Margem bruta da actividade de Seguros	23.820	-	-	-	-	23.820	-	-	-	-	-	63	23.883
Outros resultados de exploração	1.594	(115)	(52)	27	-	1.454	-	155	(3)	(85)	67	(4.230)	(2.709)
Produto bancário	1.088.023	35.349	8.355	77	-	1.131.804	113.492	24.498	17.444	14.231	169.665	(4.230)	1.297.239
Custos com o pessoal	(308.558)	(4.958)	-	(139)	-	(313.655)	(174)	(2.126)	(192)	(787)	(3.279)	-	(316.934)
Gastos gerais administrativos	(165.065)	(1.185)	(11)	(474)	-	(166.735)	(423)	(2.057)	(126)	(367)	(2.973)	4.228	(165.480)
Depreciações e amortizações	(68.474)	(257)	-	-	-	(68.731)	(1)	(241)	-	(21)	(263)	-	(68.994)
Provisões líquidas de anulações	(4.717)	11.073	-	(259)	72	6.169	-	(282)	-	9	(273)	-	5.896
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(89.672)	(3.202)	72	670	(72)	(92.204)	(336)	(3.764)	-	-	(4.100)	-	(96.304)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.469)	-	-	-	-	(1.469)	-	-	-	-	-	-	(1.469)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(17.903)	-	-	-	-	(17.903)	-	-	-	-	-	-	(17.903)
Resultados de associadas	(103)	-	-	-	-	(103)	-	-	-	-	-		(103)
Resultados antes de impostos e antes de interesses minoritários	432.062	36.820	8.416	(125)	-	477.173	112.558	16.028	17.126	13.065	158.777	(2)	635.948
Impostos correntes	(92.519)	(1.800)	(3.036)	102	-	(97.253)	(14.619)	(2.442)	(845)	(33)	(17.939)	-	(115.192)
Impostos diferidos	8.717	579	-	-	-	9.296	520	-	-	-	520	-	9.816
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	348.260	35.599	5.380	(23)	-	389.216	98.459	13.586	16.281	13.032	141.358	(2)	530.572
Interesses minoritários	(581)	-	(5)	-	-	(586)	(11)	(6.667)	(30)	(15)	(6.723)	-	(7.309)
Resultado consolidado do exercício	347.679	35.599	5.375	(23)	-	388.630	98.448	6.919	16.251	13.017	134.635	(2)	523.263

No exercício de 2008, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2008												
	Actividade nacional						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	4.234.765	316.847	4.228	777	(269.955)	4.286.662	264.860	27.590	28.929	14.268	335.647	(1.182.125)	3.440.184
Juros e encargos similares	(3.697.461)	(297.212)	(3.353)	(444)	269.955	(3.728.515)	(134.623)	(6.250)	(11.994)	-	(152.867)	1.196.892	(2.684.490)
Margem financeira	537.304	19.635	875	333	-	558.147	130.237	21.340	16.935	14.268	182.780	14.767	755.694
Rendimentos de instrumentos de capital	6.537	-	-	-	-	6.537	-	-	-	-	-	-	6.537
Rendimentos de serviços e comissões	446.061	4.884	3	16	(59)	450.905	-	4.313	-	1.381	5.694	(58.209)	398.390
Encargos com serviços e comissões	(96.969)	(1.019)	-	(7)	59	(97.936)	(259)	(340)	-	(761)	(1.360)	42.361	(56.935)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	44.611	-	-	-	-	44.611	(789)	(400)	4	-	(1.185)	550	43.976
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3.065	-	-	-	-	3.065	-	49	-	-	49	-	3.114
Resultados de reavaliação cambial	8.695	119	17	-	-	8.831	(453)	8.314	(14)	250	8.097	-	16.928
Resultados de outros activos	6.066	(28)	-	(65)	-	5.973	-	20	-	-	20	-	5.993
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	7.312	-	-	-	-	7.312	-	-	-	-	-	-	7.312
Margem bruta da actividade de Seguros	26.496	-	-	-	-	26.496	-	-	-	-	-	531	27.027
Outros resultados de exploração	3.731	(55)	(52)	621	-	4.245	-	803	28	(87)	744	(4.317)	672
Produto bancário	992.909	23.536	843	898	-	1.018.186	128.736	34.099	16.953	15.051	194.839	(4.317)	1.208.708
Custos com o pessoal	(291.699)	(2.211)	-	(308)	-	(294.218)	(169)	(5.651)	(183)	(690)	(6.693)	-	(300.911)
Gastos gerais administrativos	(161.963)	(1.301)	(3)	(475)	-	(163.742)	(396)	(3.702)	(145)	(353)	(4.596)	4.317	(164.021)
Depreciações e amortizações	(65.734)	(139)	-	(73)	-	(65.946)	(1)	(886)	-	(41)	(928)	-	(66.874)
Provisões líquidas de anulações	5.394	(1.864)	-	(211)	73	3.392	-	(423)	-	-	(423)	-	2.969
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(21.160)	(884)	73	545	(73)	(21.499)	-	(827)	-	-	(827)	-	(22.326)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(763)	-	-	-	-	(763)	-	-	-	-	-	-	(763)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(21.271)	-	-	(949)	-	(22.220)	-	-	-	-	-	-	(22.220)
Resultados de associadas	(8)	-	-	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)
Resultados antes de impostos e antes de interesses minoritários	435.705	17.137	913	(573)	-	453.182	128.170	22.610	16.625	13.967	181.372	-	634.554
Impostos correntes	(67.835)	(1.276)	-	4	-	(69.107)	(15.284)	(3.368)	-	(25)	(18.677)	-	(87.784)
Impostos diferidos	(27.772)	-	-	-	-	(27.772)	(666)	-	-	-	(666)	-	(28.438)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	340.098	15.861	913	(569)	-	356.303	112.220	19.242	16.625	13.942	162.029	-	518.332
Interesses minoritários	(216)	-	-	-	-	(216)	(72)	(10)	(11)	(10)	(103)	(288)	(607)
Resultado consolidado do exercício	339.882	15.861	913	(569)	-	356.087	112.148	19.232	16.614	13.932	161.926	(288)	517.725

De notar que a Sociedade apresentava a informação por segmentos de negócio e por segmentos geográficos nos termos da IAS 14. Os actuais segmentos operacionais correspondem essencialmente aos segmentos de negócio, dado que esta informação é utilizada pelos órgãos de gerência da Sociedade para gestão do mesmo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
Empresa	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
SANTANDER TOTTA , SGPS	-	-	100,00	100,00	3.047.259	3.007.346	2.931.554	2.900.646	265.901	259.357
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A. [3]	97,39	97,39	99,86	99,86	51.488.163	46.686.716	2.102.201	1.908.844	439.048	355.201
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	-	-	25,47	99,85	534.269	447.351	166.035	89.839	36.382	19.083
TOTTA & AÇORES FINANCING [1] [6]	-	-	99,86	99,86	311.786	312.396	311.786	312.396	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	99,86	99,86	30.417	31.321	30.109	30.857	300	965
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	-	-	99,86	99,86	966	831	846	749	126	71
TOTTA IRELAND, PLC [5]	-	-	99,86	99,86	5.927.895	3.258.128	360.188	354.491	8.311	12.684
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	-	-	99,86	99,86	93.851	37.226	66.471	12.020	4.959	1.251
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. [2]	-	-	99,86	99,86	121.191	121.749	116.060	111.331	4.729	1.655
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	24,97	24,97	11.584	11.631	6.609	7.204	(596)	(666)
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC,S.A. (Totta IFIC) [3]	83,19	83,19	99,98	99,98	4.237.517	2.661.587	134.234	129.831	16.403	24.024
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS,S.A.	-	-	100,00	100,00	35.286	25.196	35.281	25.137	21.845	9.966
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO [1] [7]	-	-	99,86	99,86	448.479	534.890	270.418	281.393	16.346	17.440
BANCO SANTANDER NEGOCIOS PORTUGAL,S.A. [3]	100,00	100,00	100,00	100,00	1.033.118	1.745.209	101.860	91.730	18.122	8.362
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM, S.A.	-	-	100,00	100,00	27.962	38.925	20.315	34.503	4.807	6.717
TAXAGEST, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	67.160	71.224	67.045	58.567	8.478	(199)
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	5.135.023	4.273.370	113.491	89.834	20.069	24.560
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	-	-	100,00	100,00	5.057	6.471	4.702	6.262	1.139	1.592
ISBAN PT - ENGENHARIA E SOFTWARE BANCÁRIO, S.A.	49,90	49,90	49,90	49,90	10.928	7.262	666	539	128	4
PARTANG, SGPS, S.A.	-	-	49,93	-	87.493	-	87.483	-	(2)	-
HIPOTOTTA nº 1 PLC [4]	-	-	-	-	323.381	400.834	(2.748)	(2.859)	(468)	(875)
HIPOTOTTA nº 2 PLC [4]	-	-	-	-	1.022.421	1.199.260	(10.385)	(10.188)	(2.235)	(3.362)
HIPOTOTTA nº 3 PLC [4]	-	-	-	-	1.743.436	1.971.694	(15.519)	(14.607)	(4.713)	(3.786)
HIPOTOTTA nº 4 PLC [4]	-	-	-	-	1.592.660	1.762.278	(15.399)	(14.274)	(3.276)	(4.220)
HIPOTOTTA nº 5 PLC [4]	-	-	-	-	1.423.277	1.545.700	6.187	(7.150)	(1.537)	(1.309)
HIPOTOTTA nº 6 Ltd [4]	-	-	-	-	1.821.552	1.956.637	(7.430)	(7.713)	(2.463)	(826)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd [4]	-	-	-	-	1.785.966	1.906.911	(6.541)	(559)	(1.982)	(559)
HIPOTOTTA nº 8 Ltd [4]	-	-	-	-	1.104.171	1.201.083	(3.857)	(62)	(1.327)	(62)
HIPOTOTTA nº 9 Ltd [4]	-	-	-	-	-	1.580.007	-	(28)	-	(28)
HIPOTOTTA nº 10 Ltd [4]	-	-	-	-	876.806	-	(24)	-	(24)	-
LEASETOTTA nº 1 Ltd [4]	-	-	-	-	1.373.152	-	-	-	-	-
HIPOTOTTA nº 1 FTC [4]	-	-	-	-	313.811	392.386	309.421	385.362	(1.454)	(1.086)
HIPOTOTTA nº 2 FTC [4]	-	-	-	-	1.009.324	1.186.618	992.861	1.162.760	(4.005)	(3.391)
HIPOTOTTA nº 3 FTC [4]	-	-	-	-	22.259.671	1.968.952	1.713.727	1.934.134	(6.975)	(5.431)
HIPOTOTTA nº 4 FTC [4]	-	-	-	-	1.579.952	1.767.577	1.558.174	1.739.369	(6.432)	(4.294)
HIPOTOTTA nº 5 FTC [4]	-	-	-	-	1.419.228	1.550.385	1.407.666	1.527.346	(4.025)	(1.325)
HIPOTOTTA nº 6 FTC [4]	-	-	-	-	1.816.362	1.953.289	1.799.534	1.917.351	(4.023)	(870)
HIPOTOTTA nº 7 FTC [4]	-	-	-	-	1.767.804	1.887.652	1.753.669	1.867.862	(3.013)	(597)
HIPOTOTTA nº 8 FTC [4]	-	-	-	-	1.085.914	1.178.940	1.074.774	1.161.857	(1.363)	(62)
HIPOTOTTA nº 9 FTC [4]	-	-	-	-	-	1.556.595	-	1.549.972	-	(28)
HIPOTOTTA nº 10 FTC [4]	-	-	-	-	856.650	-	854.522	-	(24)	-
LEASETOTTA nº 1 FTC [4]	-	-	-	-	1.308.465	-	1.300.000	-	-	-

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
SANTANDER TOTTA , SGPS	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A. (3)	Bancária	Portugal	Integral
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	Bancária	Angola	Proporcional
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (6)	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC (5)	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (2)	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. (8)	Imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC,S.A. (3)	Leasing, Factoring e ALD	Portugal	Integral
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS,S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (7)	Bancária	Porto Rico	Integral
BANCO SANTANDER NEGOCIOS PORTUGAL, S.A. (3)	Bancária	Portugal	Integral
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM, S.A.	Gestão de fundos	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
ISBAN PT - ENGENHARIA E SOFTWARE BANCÁRIO, S.A. (8)	Engenharia e Software Bancário	Portugal	Excluída de consolidação
PARTANG, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Proporcional
HIPOTOTTA nº 1 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 2 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 3 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 6 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 8 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 10 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC (4)	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 1 PLC (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 2 PLC (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 3 PLC (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 6 Ltd (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 Ltd (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 8 Ltd (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 10 Ltd (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd (4)	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral

(1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 30).

(2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.

(3) Demonstrações financeiras individuais apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.

(4) De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de securitização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 46). Estas entidades incluem os Fundos Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e as entidades Hipototta PLC ou Ltd (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização e emitiram obrigações).

(5) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2009 e 2008, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 93.787 e mEuros 94.873, respectivamente.

(6) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.

(7) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.

(8) Valorizada por equivalência patrimonial.

Em 2008 o perímetro de consolidação deixou de incluir o Pinto Totta International Finance, entidade que foi liquidada após reembolso das acções preferenciais, nos termos da opção de reembolso antecipado prevista.

Em 26 de Maio de 2009, a Santander Totta Seguros procedeu a um aumento de capital social de 22.500.000 Euros para 47.250.000 Euros por entrada em dinheiro, subscrito na totalidade pela Santander Totta.

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 3 de Junho de 2009 o Banco aumentou o capital social da Madeisisa no montante de mEuros 50.898 através de transferência de acções correspondentes a 50,5% do Banco Totta de Angola, S.A.. Em 4 de Junho de 2009 foi constituída uma nova sociedade, Partang SGPS, S.A. (Partang), mediante a entrega de acções do Banco Totta de Angola correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, pela Madeisisa e pelo BST, respectivamente. No âmbito desta operação, o Banco vendeu 48,985% do Banco Totta de Angola, S.A. a entidades angolanas pelo valor de venda de mEuros 66.590. Nos termos do acordo inicial de Março de 2006, o BST recebeu mEuros 15.000 da CGD, que transferiu para a Madeisisa a 30 de Junho de 2009. Este montante foi reembolsado pela Madeisisa à CGD acrescido de juros (Nota 27). Adicionalmente, foi efectuado um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida a 50% pelo Grupo. Para o efeito, previamente o BST e a Madeisisa cederam à CGD por mEuros 150 e mEuros 15.130, respectivamente, os seus direitos de subscrição nesse aumento de capital. Como resultado de toda a operação foi reconhecida uma mais valia no montante de mEuros 28.096, dos quais mEuros 28.058 afectos ao Grupo e mEuros 38 afectos a interesses minoritários (Notas 29, 39 e 40) e a participação efectiva da Santander Totta no Banco Totta de Angola passou a ser de 25,47%. Nesse sentido, o método de consolidação para esta entidade passou a ser o proporcional.

Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola procedeu ao aumento do seu capital social de 793.609.000 Kwanzas para 8.575.000.000 Kwanzas. Este aumento de capital foi efectuado com a entrada em dinheiro de 7.780.600.000 Kwanzas, correspondentes a 100.000.000 Dólares Norte Americanos por todos os accionistas na proporção da participação detida, tendo por conseguinte a Partang efectuado uma contribuição de 51.000.000 Dólares Norte Americanos. Os remanescentes 791.000 Kwanzas do aumento de capital foram registados por integração de reservas livres. Após este aumento de capital, o valor unitário das 857.000.000 acções que passaram a constituir o capital, foram redenominadas para 17.150.000 acções, tendo o seu valor unitário passado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas.

Na mesma data o Banco Totta de Angola alterou a sua designação para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 13 de Novembro de 2009, a Madeisisa – SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. alterou a sua designação para Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	231.990	232.634
Depósitos à ordem		
No Banco de Portugal	473.910	339.684
Em Bancos Centrais no Estrangeiro	50.511	41.815
	756.411	614.133

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e

em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	952	372
Cheques a cobrar	109.863	165.949
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito		
Depósitos à ordem	113.708	164.267
Cheques a cobrar	1.918	2.082
	226.441	332.670

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Títulos		
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do Tesouro	-	4
Emitidos por não residentes		
Títulos do Banco Central de Angola	13.636	137.616
Outros emissores públicos estrangeiros	-	405
Instrumentos de Capital		
Emitidos por residentes		
Unidades de Participação	507.661	441.462
	521.297	579.487
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.480.412	1.072.833
	2.001.709	1.652.320

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander e apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Fundos especiais de investimento	227.840	158.668
Fundos de investimento mobiliário	227.538	231.599
Fundos de investimento imobiliário	52.283	51.195
	507.661	441.462

A rubrica de instrumentos financeiros derivados tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activo	Passivo (Nota 20)	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo (Nota 20)	Líquido (Nota 12)
FRA's	2.004	1.659	345	-	-	-
Forwards	5.202	5.127	75	10.953	7.058	3.895
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	26.721	228	26.493	2.732	80.574	(77.842)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	835.661	831.632	4.029	639.378	884.286	(244.908)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	4.795	17.223	(12.428)	93.307	65.836	27.471
Opções	154.459	175.823	(21.364)	102.325	180.456	(78.131)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	451.570	453.756	(2.186)	224.138	41.399	182.739
	1.480.412	1.485.448	(5.036)	1.072.833	1.259.609	(186.776)

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do Tesouro	99.894	98.818
Dívida não subordinada	314.728	276.305
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	28.814	26.731
Outros emissores	3.030.572	2.854.570
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	29.715	36.518
Emitidos por não residentes	1.832	1.165
Outros títulos	500.000	500.000
	4.005.555	3.794.107

A rubrica de “Instrumentos de Capital – outros títulos” corresponde a unidades de participação adquiridas em Agosto de 2008 e com vencimento em 2017, passível de antecipação.

Para financiamento deste activo, o Banco contratou operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal pelo mesmo montante, as quais se encontram registadas na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 21).

Os dividendos, juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 37).

Os títulos incluídos em "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser divididos como segue:

	2009						2008					
	Produtos "Unit link"		Outros				Produtos "Unit link"		Outros produtos			
Descrição	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Valias	Justo valor	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Valias	Justo valor
Instrumentos de Dívida												
Emitidos por residentes												
Obrigações do Tesouro	-	-	92.593	1.344	5.957	99.894	-	-	93.288	1.344	4.186	98.818
Dívida não subordinada	313.242	1.486	-	-	-	314.728	275.092	1.213	-	-	-	276.305
Emitidos por não residentes												
Emissores públicos estrangeiros	28.279	535	-	-	-	28.814	26.226	505	-	-	-	26.731
Outros emissores	2.981.042	49.530	-	-	-	3.030.572	2.793.442	61.128	-	-	-	2.854.570
Instrumentos de capital												
Emitidos por residentes	29.715	-	-	-	-	29.715	36.518	-	-	-	-	36.518
Emitidos por não residentes	1.832	-	-	-	-	1.832	1.165	-	-	-	-	1.165
Outros títulos	-	-	500.000	-	-	500.000	-	-	500.000	-	-	500.000
	3.354.110	51.551	592.593	1.344	5.957	4.005.555	3.132.443	62.846	593.288	1.344	4.186	3.794.107

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009							
			Reserva de justo valor					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total	Correcções de valor	Imparidade (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos da Dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.572.977	16.223	5.009	(3.049)	1.960	7.767	(187)	1.598.740
Outros emissores públicos nacionais	135.000	1.012	-	(2.975)	(2.975)	-	-	133.037
Outros residentes								
Dívida não subordinada	788.548	8.587	13.093	(1.851)	11.242	-	(260)	808.117
Dívida subordinada	84.333	91	-	(17.514)	(17.514)	-	-	66.910
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	939.571	27.252	9.694	(3.067)	6.627	-	-	973.450
Outros emissores não residentes	1.244.352	3.152	1.081	(37.603)	(36.522)	-	-	1.210.982
	4.764.781	56.317	28.877	(66.059)	(37.182)	7.767	(447)	4.791.236
Instrumentos de Capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	206.109	-	2	(23.545)	(23.543)	-	(35.395)	147.171
Valorizados ao custo histórico	28.025	-	-	-	-	-	(6.655)	21.370
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	2.452	-	295	(1)	294	-	(1.535)	1.211
Valorizados ao custo histórico	2.223	-	-	-	-	-	(1.399)	824
	238.809	-	297	(23.546)	(23.249)	-	(44.984)	170.576
	5.003.590	56.317	29.174	(89.605)	(60.431)	7.767	(45.431)	4.961.812

	2008						
			Reserva de justo valor				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total	Imparidade (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos da Dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	118.309	3.922	1.777	-	1.777	(267)	123.741
Outros emissores públicos nacionais	15.000	3	-	(3.570)	(3.570)	-	11.433
Outros residentes							
Dívida não subordinada	228.131	1.878	-	(11.602)	(11.602)	(284)	218.123
Dívida subordinada	84.329	239	-	(17.196)	(17.196)	-	67.372
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	283.831	1.157	8.879	(1.032)	7.847	-	292.835
Outros emissores não residentes	1.303.280	12.482	302	(42.096)	(41.794)	-	1.273.968
	2.032.880	19.681	10.958	(75.496)	(64.538)	(551)	1.987.472
Instrumentos de Capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	201.961	-	2	(31.654)	(31.652)	(36.134)	134.175
Valorizados ao custo histórico	24.208	-	-	-	-	(6.745)	17.463
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	949	-	4	(2)	2	-	951
Valorizados ao custo histórico	2.243	-	-	-	-	(1.398)	845
	229.361	-	6	(31.656)	(31.650)	(44.277)	153.434
	2.262.241	19.681	10.964	(107.152)	(96.188)	(44.828)	2.140.906

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a nível consolidado o Grupo detinha 15.032.413 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 42.164 e reserva de justo valor antes de impostos negativa no montante de mEuros 10.296 e mEuros 15.858, respectivamente, representando uma menos valia potencial face ao custo de aquisição de 24,4% e 37,6%.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de obrigações do tesouro inclui valias reconhecidas em resultados no montante de mEuros 7.767 relativos a correcções de valor de operações de cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de instrumentos de dívida – dívida não subordinada inclui os seguintes títulos:

	2009					2008				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Intrumentos de dívida - Dívida não subordinada										
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.681	2.376	867	-	142.924	-	-	-	-	-
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY/	110.200	184	-	-	110.384	-	-	-	-	-
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	104.798	92	(101)	-	104.789	120.000	254	(534)	-	119.720
GALP ENERGIA 05-2013	90.000	432	7.888	-	98.320	-	-	-	-	-
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	78.002	2.750	1.390	-	82.142	-	-	-	-	-
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	74.680	156	1.325	-	76.161	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	353	(1.749)	-	68.604	70.000	1.192	(10.877)	-	60.315
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.958	1.272	1.137	-	62.367	-	-	-	-	-
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.812	813	415	-	25.040	-	-	-	-	-
PORTUCEL FLTG 2005/2010	19.940	105	42	-	20.087	-	-	-	-	-
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	4	-	-	15.004	-	-	-	-	-
AUTO-SUECO 2004/2009	-	-	-	-	-	15.000	8	(56)	-	14.952
MODELO CONTINENTE/2004 - 1EM 03/	-	-	-	-	-	20.000	370	(20)	-	20.350
Outros	2.477	50	28	(260)	2.295	3.131	54	(115)	(284)	2.786
	788.548	8.587	11.242	(260)	808.117	228.131	1.878	(11.602)	(284)	218.123

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de instrumentos de dívida – outros emissores não residentes inclui os seguintes títulos:

	2009					2008				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Intrumentos de dívida - Outros emissores não residentes										
SANTANDER EMPRESAS 3 - SERIE C	117.265	266	(5.123)	-	112.408	117.260	1.394	(4.568)	-	114.086
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE C	96.178	157	(1.983)	-	94.352	96.193	782	(2.835)	-	94.140
FTPYME SANTANDER 1 B2	91.578	130	(747)	-	90.961	128.960	747	(1.482)	-	128.225
FTPYME SANTANDER 2 C	81.406	173	(980)	-	80.599	81.488	885	(1.250)	-	81.123
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE B	80.628	121	(655)	-	80.094	80.634	645	(925)	-	80.354
SANTANDER HIPOTERCAIO 3 - CLASS B	79.200	156	(2.117)	-	77.239	79.200	853	(1.308)	-	78.745
SANTANDER CONSUMER SPAIN-SERIE B	78.000	24	(4.542)	-	73.482	-	-	-	-	-
SANTANDER EMPRESAS 2 B	74.154	81	(1.418)	-	72.817	74.166	378	(1.682)	-	72.862
SANTANDER FINANCIACION 1 C	61.719	125	(3.134)	-	58.710	61.724	669	(3.652)	-	58.741
FTPYME SANTANDER 2 D	59.773	173	(2.028)	-	57.918	60.025	687	(2.617)	-	58.095
SANTANDER HIPOTECARIO 1 SERIE B	53.880	121	(1.683)	-	52.318	53.943	650	(1.188)	-	53.405
SANTANDER HIPOTECARIO 2 B	51.843	100	(1.456)	-	50.487	51.847	556	(941)	-	51.462
SANTANDER HIPOTECARIO 1 C	47.821	126	(2.768)	-	45.179	47.942	591	(2.448)	-	46.085
SANTANDER HIPOTECARIO 3 - CLASS C	47.500	102	(2.293)	-	45.309	47.500	519	(1.901)	-	46.118
SANTANDER EMPRESAS 3-SERIE B	39.688	87	(903)	-	38.872	39.686	468	(553)	-	39.601
SANTANDER EMPRESAS 2 C	36.385	44	(1.565)	-	34.864	36.403	189	(1.886)	-	34.706
SANTANDER HIPOTECARIO 2 C	32.408	69	(1.667)	-	30.810	32.418	353	(1.410)	-	31.361
FTPYME SANTANDER 1 C	27.452	56	(802)	-	26.706	27.609	174	(1.050)	-	26.733
SANTANDER FINANCIACION 1 B	25.708	48	(619)	-	25.137	25.710	275	(718)	-	25.267
Domos 2000 A4 12/29	10.592	61	(188)	-	10.465	10.748	61	(1.117)	-	9.692
Santander Float 04/10	5.952	16	12	-	5.980	-	-	-	-	-
Santander Float 14/06/13	4.615	2	247	-	4.864	-	-	-	-	-
Santan 6.375% 07/10	4.524	141	34	-	4.699	4.577	141	(68)	-	4.650
BCPN FLOAT 12/16	4.498	1	(469)	-	4.030	4.497	5	(895)	-	3.607
Santander Float/10	4.196	6	4	-	4.206	4.143	38	(29)	-	4.152
Santan 6% 03/14/11	3.183	153	114	-	3.450	-	-	-	-	-
Santander 17-12	1.980	21	106	-	2.107	1.974	21	(152)	-	1.843
Irish Life 6.25 0211	1.717	93	(47)	-	1.763	1.731	93	(17)	-	1.807
Euro DM Cpn 0 03/11	1.693	-	59	-	1.752	1.617	-	42	-	1.659
BBVSM 4.25% 07/14	1.507	30	64	-	1.601	1.508	30	3	-	1.541
AYT Cedulas 4% 04/14	1.493	44	9	-	1.546	1.493	44	43	-	1.580
HSBC 5.375% 12/12	1.307	2	82	-	1.391	1.309	2	(5)	-	1.306
OTE 3.75% 11/11/11	1.220	6	17	-	1.243	1.218	6	(89)	-	1.135
TITIM 4.5% 01/11	1.208	50	25	-	1.283	1.215	50	(89)	-	1.176
VW 4.75% 07/19/11	1.167	25	25	-	1.217	1.177	25	(33)	-	1.169
Halifax GRP 29/12/49	1.091	5	(395)	-	701	1.128	5	(597)	-	536
CCCi 5.875% 04/12	1.066	42	33	-	1.141	1.075	42	18	-	1.135
FRTEL 6.625% 11/10	1.047	10	22	-	1.079	1.072	10	4	-	1.086
Socgen 5.625% 02/12	1.034	51	51	-	1.136	1.040	51	9	-	1.100
Alliance & Leic 5%	1.003	12	14	-	1.029	-	-	-	-	-
Outros	5.673	222	142	-	6.037	119.050	1.043	(6.408)	-	113.685
	1.244.352	3.152	(36.522)	-	1.210.982	1.303.280	12.482	(41.794)	-	1.273.968

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

	2009				2008			
Descrição	Valor de aquisição	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao Justo Valor								
FUNDO INV MOB TOTTAMULTIOBRIGAÇÕES	118.090	(13.129)	-	104.961	10.500	(1.135)	-	9.365
BPI	42.164	(10.296)	-	31.868	42.164	(15.858)	-	26.306
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	2.469	-	-	2.469	1.165	-	-	1.165
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	2.157	-	-	2.157	-	-	-	-
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHADO	1.500	-	-	1.500	-	-	-	-
FAFER-EMMP.URBANIST CONSTRUC S.A	1.477	-	(1.226)	251	1.478	-	(1.153)	325
FIQ INOVCAPITAL	1.342	-	(574)	768	1.342	-	(574)	768
FCR INOVCAPITAL 2	1.247	-	(289)	958	1.247	-	(289)	958
VISA	912	295	-	1.207	945	4	-	949
FCR INOVCAPITAL VALOR	783	-	(55)	728	783	-	(55)	728
FCR INOVCAPITAL VALOR 2	783	-	(223)	560	783	-	(224)	559
FCR AICEP CAPITAL GLOBAL II	519	-	(347)	172	519	-	(347)	172
Portugal Telecom SGPS	500	(86)	-	414	500	(205)	-	295
FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA, S.A	274	-	-	274	274	-	-	274
FUNDINIO-FUNDICAO INJEC. ALUMINI	100	-	(42)	58	100	-	(42)	58
ZON Muitimédia	64	(34)	-	30	65	(38)	-	27
SANTANDER MULTIBOND PREMIUM,	-	-	-	-	107.590	(14.418)	-	93.172
Títulos com imparidade a 100%	33.969	-	(33.969)	-	33.245	-	(33.245)	-
Outros	211	1	(205)	7	210	-	(205)	5
	208.561	(23.249)	(36.930)	148.382	202.910	(31.650)	(36.134)	135.126
Valorizados ao custo histórico								
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	3.752	-	(5)	3.747	1.188	-	(5)	1.183
AENOR - AUTO ESTRADAS NORTE, S.A. (prestações suplementares)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
AENOR - AUTO ESTRADAS NORTE S.A.	3.749	-	(4)	3.745	3.749	-	(4)	3.745
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.462	-	-	3.462
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	2.844	-	(3)	2.841	1.524	-	(3)	1.521
FINANGEST - EMP.FIN.GEST E DESENV.	1.160	-	(569)	591	1.160	-	(569)	591
PME INVESTIMENTOS - SOC.INVESTIMENTOS S.A.	1.131	-	(461)	670	1.131	-	(461)	670
INOV CAPITAL - SOC.CAP.RISCO S.A	1.065	-	(214)	851	1.065	-	(214)	851
UNICRE - CARTÃO INTERNACIONAL CRÉDITO S.A.	1.032	-	-	1.032	1.032	-	-	1.032
IBERICA COMPRAS CORPORATIVAS SL	785	-	(653)	132	785	-	(652)	133
Santander Private Equity S.A, S.G.E.C.R	400	-	-	400	400	-	-	400
SPGM - SOC.INVESTIMENTO S.A. NOM	324	-	(5)	319	324	-	(5)	319
PREVISÃO - SOC.G.F.PENSÕES	297	-	-	297	297	-	-	297
EMIS-EMPRESA INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS - Luanda	229	-	-	229	192	-	-	192
Bolsa Valores Derivados Angola	55	-	-	55	113	-	-	113
MARGUEIRA - SOC.GESTORA FUNDOS INV.IMOBILIÁRIO	47	-	(5)	42	47	-	(5)	42
FUNDAÇÃO AEP	25	-	-	25	-	-	-	-
Títulos com imparidade a 100%	6.135	-	(6.135)	-	6.225	-	(6.225)	-
Outros	8	-	-	8	8	-	-	8
	30.248	-	(8.054)	22.194	26.451	-	(8.143)	18.308

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2009				2008			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida								
. entre 0% e 25%	2.267.730	28.544	(64.943)	2.231.331	1.636.609	14.583	(63.056)	1.588.136
. entre 25% e 50%	3.843	9	(1.116)	2.736	-	-	-	-
. superior a 50%	-	-	-	-	18.471	20	(12.440)	6.051
	2.271.573	28.553	(66.059)	2.234.067	1.655.080	14.603	(75.496)	1.594.187
Instrumentos de Capital								
. entre 0% e 25%	160.760	-	(23.512)	137.248	118.090	-	(15.553)	102.537
. entre 25% e 50%	-	-	-	-	42.668	-	(16.065)	26.603
. superior a 50%	63	-	(34)	29	65	-	(38)	27
	160.823	-	(23.546)	137.277	160.823	-	(31.656)	129.167
	2.432.396	28.553	(89.605)	2.371.344	1.815.903	14.603	(107.152)	1.723.354

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	12.175	-
Depósitos	-	1.022
Empréstimos	746.824	583.117
Juros a receber	1.131	4.042
	760.130	588.181
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	1.143.036	54.747
Depósitos	658.114	659.219
Empréstimos	-	679
Outras aplicações	5.253	22.065
Juros a receber	30.602	29.773
	1.837.005	766.483
	2.597.135	1.354.664

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito geral		
Crédito Interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.831.168	1.937.842
Empréstimos	4.825.782	4.497.911
Factoring	1.147.816	868.984
Locação financeira	462.288	1.686.315
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	292.491	389.427
Descobertos	332.686	705.342
Outros créditos	54.829	40.276
A particulares		
Habitação	4.844.315	2.916.390
Consumo e outros	2.123.527	2.039.326
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	209.872	496.628
Empréstimos	618.786	577.765
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	421	1.089
Descobertos	4.122	4.011
Factoring	75.655	30.159
Outros créditos	1.693	8
A particulares		
Habitação	442.557	464.773
Consumo e outros	32.327	26.972
	17.300.335	16.683.218
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes		
Papel comercial	2.658.983	2.916.567
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito à habitação (Nota 46)		
. Hipototta nº 1	307.146	380.352
. Hipototta nº 2	982.608	1.146.895
. Hipototta nº 3	1.700.765	1.914.184
. Hipototta nº 4	1.547.175	1.720.812
. Hipototta nº 5	1.397.600	1.511.377
. Hipototta nº 6	1.777.772	1.893.342
. Hipototta nº 7	1.739.359	1.851.314
. Hipototta nº 8	1.058.856	1.147.271
. Hipototta nº 9	-	1.530.908
. Hipototta nº 10	852.134	-
Leasing e aluguer de longa duração (Nota 46)		
. Leasetotta nº 1	1.086.930	-
	12.450.345	13.096.455
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	28.785	31.168
Há mais de 90 dias	372.770	239.685
	401.555	270.853
	32.811.218	32.967.093

	2009	2008
Juros a receber		
Crédito não titulado	56.442	97.690
Crédito titulado	3.571	13.550
Activos titularizados não desreconhecidos	26.930	66.443
Despesas com encargo diferido	122.154	127.858
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(118.590)	(120.825)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.082	3.009
	94.589	187.725
	32.905.807	33.154.818
Imparidade em crédito a clientes (Nota 25)	(487.461)	(442.184)
	32.418.346	32.712.634

Em 2009 e 2008 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas, maioritariamente constituídas por crédito vencido e por crédito já abatido ao activo. Como resultado destas operações, foram registados ganhos líquidos no valor de mEuros 4.278 e mEuros 1.955, respectivamente (Nota 40).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	2009	2008
Até três meses	28.785	31.168
Entre três e seis meses	30.664	37.136
Entre seis meses e um ano	133.152	105.644
Entre um e três anos	190.686	90.244
Mais de três anos	18.268	6.661
	401.555	270.853

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição da carteira de crédito a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2009			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	210.678	3.933	214.611	0,65%
Silvicultura e Exploração Florestal	40.358	260	40.618	0,12%
Pesca	34.349	158	34.507	0,11%
Indústrias Extractivas	421.870	686	422.556	1,29%
Indústrias Alimentares	315.335	1.350	316.685	0,97%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	169.927	336	170.263	0,52%
Indústrias Texteis e do Calçado	531.893	4.123	536.016	1,63%
Indústrias de Madeira e Cortiça	183.495	5.446	188.941	0,58%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	173.444	1.499	174.943	0,53%
Indústrias Químicas	141.562	676	142.238	0,43%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	173.553	1.144	174.697	0,53%
Indústrias Metalomecânicas	178.539	1.555	180.094	0,55%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	235.268	6.667	241.935	0,74%
Electricidade Água e Gás	532.658	465	533.123	1,62%
Construção Civil e Obras Públicas	2.217.290	41.972	2.259.262	6,89%
Comércio por Grosso	774.660	11.579	786.239	2,40%
Comércio a Retalho	869.078	12.772	881.850	2,69%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	437.177	3.954	441.131	1,34%
Transportes e Armazenagem	663.680	2.289	665.969	2,03%
Comunicações	242.721	1.466	244.187	0,74%
Instituições Financeiras não Monetárias	1.102.276	533	1.102.809	3,36%
Sector Público Administrativo	825.877	78	825.955	2,52%
Outras Empresas de Serviços	2.704.353	35.996	2.740.349	8,35%
Crédito a Particulares	18.281.019	257.755	18.538.774	56,50%
Crédito ao Exterior	269.588	2.091	271.679	0,83%
Outros Créditos	679.015	2.772	681.787	2,08%
	32.409.663	401.555	32.811.218	100,00%

	2008			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	190.467	3.390	193.857	0,59%
Silvicultura e Exploração Florestal	40.333	114	40.447	0,12%
Pesca	33.308	159	33.467	0,10%
Indústrias Extractivas	439.905	463	440.368	1,34%
Indústrias Alimentares	302.873	791	303.664	0,92%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	131.286	177	131.463	0,40%
Indústrias Texteis e do Calçado	516.523	2.165	518.688	1,57%
Indústrias de Madeira e Cortiça	199.612	1.465	201.077	0,61%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	174.302	682	174.984	0,53%
Indústrias Químicas	103.293	189	103.482	0,31%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	174.730	543	175.273	0,53%
Indústrias Metalomecânicas	177.653	963	178.616	0,54%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	289.456	1.901	291.357	0,88%
Electricidade Água e Gás	733.835	393	734.228	2,23%
Construção Civil e Obras Públicas	2.142.717	43.046	2.185.763	6,63%
Comércio por Grosso	741.200	4.402	745.602	2,26%
Comércio a Retalho	853.726	6.644	860.370	2,61%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	362.907	1.110	364.017	1,10%
Transportes e Armazenagem	813.178	1.199	814.377	2,47%
Comunicações	653.917	835	654.752	1,99%
Instituições Financeiras não Monetárias	1.466.459	2	1.466.461	4,45%
Sector Público Administrativo	696.294	654	696.948	2,11%
Outras Empresas de Serviços	2.454.156	11.707	2.465.863	7,48%
Crédito a Particulares	18.105.008	186.451	18.291.459	55,48%
Crédito ao Exterior	124.061	694	124.755	0,38%
Outros Créditos	775.041	714	775.755	2,37%
	32.696.240	270.853	32.967.093	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	13.739.546	13.739.546
. Com indícios de imparidade	138.850	197.987	336.837
	138.850	13.937.533	14.076.383
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.302.418	15.302.418
. Com indícios de imparidade	199.295	1.021.664	1.220.959
	199.295	16.324.082	16.523.377
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.187.917	1.187.917
. Com indícios de imparidade	21.608	136.133	157.741
	21.608	1.324.050	1.345.658
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	252.577	252.577
. Com indícios de imparidade	12.098	29.728	41.826
	12.098	282.305	294.403
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	383.853	383.853
. Com indícios de imparidade	29.704	157.840	187.544
	29.704	541.693	571.397
	401.555	32.409.663	32.811.218

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	14.366.766	14.366.766
. Com indícios de imparidade	80.829	150.469	231.298
	80.829	14.517.235	14.598.064
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	14.927.121	14.927.121
. Com indícios de imparidade	151.865	1.180.105	1.331.970
	151.865	16.107.226	16.259.091
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.122.214	1.122.214
. Com indícios de imparidade	14.023	112.050	126.073
	14.023	1.234.264	1.248.287
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	241.402	241.402
. Com indícios de imparidade	5.802	16.268	22.070
	5.802	257.670	263.472
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	520.504	520.504
. Com indícios de imparidade	18.334	59.341	77.675
	18.334	579.845	598.179
	270.853	32.696.240	32.967.093

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	33.169	33.366	(197)	124.057	29.091	94.966
Swaps cotações (equity swap)	155.872	181.335	(25.463)	14.903	60.127	(45.224)
Opções AutoCallable	2.534	22.366	(19.832)	-	-	-
Cross currency swaps	-	-	-	87	33	54
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	67.940	-	67.940	58.447	-	58.447
	259.515	237.067	22.448	197.494	89.251	108.243

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

		Valor nocional						Valor nocional				
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	USD	GBP	JPY	Outros
1.Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)												
Forwards	75	676.824	29.198	60.499	36.391	-	802.912	402.891	283.594	43.254	22.385	50.788
Swaps de divisas (currency swaps)	26.493	4.464.111	51.243	-	-	-	4.515.354	2.244.684	1.441.413	750.502	-	78.755
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	4.029	408.548	728.776	2.368.047	5.454.896	6.775.527	15.735.794	15.516.243	50.651	168.900	-	-
Swaps de cotações (equity swaps)	(12.428)	65.257	144.139	641.205	2.062.889	4.081.054	6.994.544	6.994.530	14	-	-	-
Futuros	-	416.193	-	-	125.362	-	541.555	541.555	-	-	-	-
Opções	(21.364)	76.505	95.478	194.475	13.791	489.873	870.122	514.936	343.170	-	12.016	-
FRA	345	100.000	-	-	-	10.860	110.860	110.860	-	-	-	-
Outros (Caps & Floors)	(2.186)	163.051	13.370	2.089.808	1.083.302	2.387.437	5.736.968	5.718.920	18.048	-	-	-
	(5.036)	6.370.489	1.062.204	5.354.034	8.776.631	13.744.751	35.308.109	32.044.619	2.136.890	962.656	34.401	129.543
2.Instrumentos derivados de cobertura												
Cobertura de justo valor												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	(197)	22.227	8.108	1.279.822	1.110.021	1.731.421	4.151.599	4.120.703	30.896	-	-	-
Swaps de cotações (equity swap)	(25.463)	176.468	194.388	494.163	952.809	484.527	2.302.355	2.221.126	81.229	-	-	-
Opções AutoCallable	(19.832)	162.416	6.000	155.931	673.646	252.160	1.250.153	1.249.800	353	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	67.940	-	-	12.607.293	2.918.200	-	15.525.493	15.525.493	-	-	-	-
	22.448	361.111	208.496	14.537.209	5.654.676	2.468.108	23.229.600	23.117.122	112.478	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

		Valor nocional						Valor nocional				
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	USD	GBP	JPY	Outros
1.Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)												
Forwards	3.895	208.307	740.255	22.968	-	-	971.530	698.073	196.914	14.395	901	61.247
Swaps de divisas (currency swaps)	(77.842)	3.072.123	-	-	-	-	3.072.123	1.577.138	1.072.892	374.960	-	47.133
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	(244.908)	722.250	445.227	1.064.013	6.903.832	14.312.034	23.447.356	23.410.485	36.871	-	-	-
Swaps de cotações (equity swaps)	27.471	4.000	-	-	69.175	166.738	239.913	239.913	-	-	-	-
Futuros	-	251.109	55.494	156.696	145.325	-	608.624	608.624	-	-	-	-
Opções	(78.131)	276.042	270.286	925.153	53.543	-	1.525.024	1.116.805	373.022	16.525	14.436	4.236
Outros (Caps & Floors)	182.739	1.096.751	214.533	811.381	2.619.368	3.646.580	8.388.613	8.269.535	119.078	-	-	-
	(186.776)	5.630.582	1.725.795	2.980.211	9.791.243	18.125.352	38.253.183	35.920.573	1.798.777	405.880	15.337	112.616
2.Instrumentos derivados de cobertura												
Cobertura de justo valor												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	94.966	158.933	721.674	380.080	1.932.971	436.550	3.630.208	3.488.830	141.378	-	-	-
Swaps de cotações (equity swap)	(45.224)	249.881	92.466	238.409	1.427.488	70.772	2.079.016	2.060.875	18.141	-	-	-
Cross currency swaps	54	-	-	1.000	14.924	-	15.924	15.924	-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	58.447	-	-	2.500.000	-	-	2.500.000	2.500.000	-	-	-	-
	108.243	408.814	814.140	3.119.489	3.375.383	507.322	8.225.148	8.065.629	159.519	-	-	-

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Imóveis recebidos em dação em pagamento	122.075	127.087
Imóveis de serviço próprio para venda	20.543	18.090
	142.618	145.177
Imparidade (Nota 25)	(42.327)	(44.034)
	100.291	101.143

O movimento nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, pode ser apresentado da seguinte forma:

	2009										
	2008				Transferências		Perdas por imparidade		2009		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	de activos fixos tangíveis (Nota 14)	Utilização de imparidade	Reforços	Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	127.087	(41.394)	95.755	(100.767)	-	18.824	(15.631)	(62)	122.075	(38.139)	83.936
Imóveis de serviço próprio para venda	18.090	(2.640)	-	(921)	3.374	469	(2.017)	-	20.543	(4.188)	16.355
	145.177	(44.034)	95.755	(101.688)	3.374	19.293	(17.648)	(62)	142.618	(42.327)	100.291

	2008										
	2007				Transferências		Perdas por imparidade		2008		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	de activos fixos tangíveis (Nota 14)	Utilização de imparidade	Reforços	Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	100.133	(34.583)	111.938	(84.984)	-	15.334	(22.215)	(70)	127.087	(41.394)	85.693
Imóveis de serviço próprio para venda	17.525	(1.838)	118	(792)	1.239	-	(802)	-	18.090	(2.640)	15.450
	117.658	(36.421)	112.056	(85.776)	1.239	15.334	(23.017)	(70)	145.177	(44.034)	101.143

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2008			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação				Abates			Transferências: De / Para activos detidos para venda		Transferências: Entre activos fixos		Amortizações do Exercício		Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio			31-12-2009			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Líquido
Outros activos tangíveis																								
Imóveis																								
. Imóveis de serviço próprio	417.759	(104.251)	(1.038)	(2.682)	177	21	6.872	-	1	-	(5.067)	1.700	2.649	-	(7.831)	(1.384)	-	(561)	46	7	418.970	(110.158)	(2.394)	306.418
. Despesas em edifícios arrendados	125.238	(88.825)	-	(81)	20	-	6.160	1.251	1.148	-	(5)	1	418	4	(5.882)	-	-	(22)	10	-	130.457	(93.524)	-	36.933
. Outros imóveis	7.675	(2.054)	(4.986)	-	-	-	-	6.137	1.800	4.040	-	-	-	-	(20)	-	248	-	-	-	1.538	(274)	(698)	566
Activos tangíveis em curso																								
. Imóveis de serviço próprio	8.724	-	-	(4.172)	-	-	4.591	-	-	-	-	-	(2.895)	-	-	-	-	(832)	-	-	5.416	-	-	5.416
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	171	-	-	-	-	-	(171)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	559.397	(195.130)	(6.024)	(6.935)	197	21	17.794	7.388	2.949	4.040	(5.072)	1.701	1	4	(13.733)	(1.384)	248	(1.415)	56	7	556.382	(203.956)	(3.092)	349.334
Equipamento																								
. Mobiliário e material	21.334	(11.853)	-	(246)	78	-	1.452	67	45	-	-	-	(5)	-	(2.246)	-	-	(52)	20	-	22.416	(13.956)	-	8.460
. Máquinas e ferramentas	4.340	(3.769)	-	(146)	59	-	44	29	26	-	-	-	-	-	(179)	-	-	(32)	15	-	4.177	(3.848)	-	329
. Equipamento informático	106.762	(82.908)	-	(475)	200	-	9.523	201	179	-	-	-	-	-	(10.086)	-	-	(97)	49	-	115.512	(92.566)	-	22.946
. Instalações interiores	88.580	(73.691)	-	(244)	67	-	1.151	132	99	-	(51)	48	-	-	(3.500)	-	-	(50)	17	-	89.254	(76.960)	-	12.294
. Material de transporte	18.945	(11.001)	-	(463)	307	-	4.610	4.193	3.953	-	-	-	-	(4)	(3.840)	-	-	(100)	81	-	18.799	(10.504)	-	8.295
. Equipamento de segurança	27.081	(25.114)	-	(60)	15	-	505	67	67	-	-	-	-	-	(711)	-	-	(13)	4	-	27.446	(25.739)	-	1.707
. Outro equipamento	4.791	(1.391)	-	(2)	1	-	345	31	8	-	-	-	5	-	(597)	-	-	(1)	-	-	5.107	(1.979)	-	3.128
. Activos tangíveis em curso	23	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	271.856	(209.727)	-	(1.636)	727	-	17.630	4.743	4.377	-	(51)	48	-	(4)	(21.159)	-	-	(345)	186	-	282.711	(225.552)	-	57.159
Outros activos tangíveis																								
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-
. Património artístico	1.545	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	1.540	-	-	1.540
. Outros	39	(39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	(39)	-	-
	1.865	(320)	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	1.860	(320)	-	1.540
	833.118	(405.177)	(6.024)	(8.574)	924	21	35.424	12.131	7.326	4.040	(5.123)	1.749	(1)	-	(34.892)	(1.384)	248	(1.760)	242	7	840.953	(429.828)	(3.092)	408.033
Activos intangíveis																								
. Software	185.559	(138.424)	-	(582)	378	-	22.436	(19.747)	(19.763)	-	-	-	37.301		(34.093)			(121)	94	-	264.340	(191.808)	-	72.532
. Activos intangíveis em curso	15.147	-	-	-	-	-	22.154	-	-	-	-	-	(37.301)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Outros activos intangíveis																								
. Trespasses	3.614	(3.604)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1
. Outros	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300	-	-	1.300
	205.620	(142.028)	-	(582)	378	-	44.590	(19.747)	(19.763)	-	-	-	-	-	(34.102)	-	-	(121)	94	-	269.254	(195.421)	-	73.833

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2007				Abates			Transferências: De / Para activos detidos para venda		Transferências: Entre activos fixos				Reversões	Diferenças de câmbio			31-12-2008			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do Exercício	Imparidade	de Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Líquido
Outros activos tangíveis																					
Imóveis																					
. Imóveis de serviço próprio	407.434	(98.955)	(1.035)	11.359	3.183	1.733	-	(1.938)	699	4.048	-	(7.718)	(1)	-	39	(10)	(2)	417.759	(104.251)	(1.038)	312.470
. Despesas em edifícios arrendados	115.214	(83.616)	-	8.287	-	120	-	-	-	1.724	-	(5.320)	-	-	13	(9)	-	125.238	(88.825)	-	36.413
. Outros imóveis	16.879	(4.269)	(4.973)	-	9.204	2.355	30	-	-	-	-	(140)	(43)	-	-	-	-	7.675	(2.054)	(4.986)	635
Activos tangíveis em curso																					
. Imóveis de serviço próprio	8.216	-	-	4.085	-	-	-	-	-	(3.769)	-	-	-	-	192	-	-	8.724	-	-	8.724
. Despesas em edifícios arrendados	1.251	-	-	753	-	-	-	-	-	(2.003)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	548.994	(186.840)	(6.008)	24.484	12.387	4.208	30	(1.938)	699	-	-	(13.178)	(44)	-	244	(19)	(2)	559.397	(195.130)	(6.024)	358.243
Equipamento																					
. Mobiliário e material	19.817	(9.795)	-	1.546	191	179	-	-	-	146	(1)	(2.229)	-	-	16	(7)	-	21.334	(11.853)	-	9.481
. Máquinas e ferramentas	4.263	(3.567)	-	156	89	88	-	-	-	-	(1)	(283)	-	-	10	(6)	-	4.340	(3.769)	-	571
. Equipamento informático	95.315	(71.383)	-	9.475	477	440	-	-	-	2.425	-	(11.951)	-	-	24	(14)	-	106.762	(82.908)	-	23.854
. Instalações interiores	87.174	(69.806)	-	1.499	143	131	-	-	-	39	2	(4.014)	-	-	11	(4)	-	88.580	(73.691)	-	14.889
. Material de transporte	17.023	(9.360)	-	4.110	2.219	2.118	-	-	-	-	-	(3.735)	-	-	31	(24)	-	18.945	(11.001)	-	7.944
. Equipamento de segurança	26.518	(24.351)	-	529	35	27	-	-	-	67	-	(789)	-	-	2	(1)	-	27.081	(25.114)	-	1.967
. Outro equipamento	9.955	(6.263)	-	247	5.443	5.432	-	-	-	32	-	(560)	-	-	-	-	-	4.791	(1.391)	-	3.400
. Activos tangíveis em curso	3.847	-	-	91	1.206	-	-	-	-	(2.709)	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	23
	263.912	(194.525)	-	17.653	9.803	8.415	-	-	-	-	-	(23.561)	-	-	94	(56)	-	271.856	(209.727)	-	62.129
Outros activos tangíveis																					
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-
. Património artístico	1.544	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.545	-	-	1.545
. Outros	39	(39)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	(39)	-	-
	1.864	(320)	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.865	(320)	-	1.545
	814.770	(381.685)	(6.008)	42.138	22.190	12.623	30	(1.938)	699	-	-	(36.739)	(44)	-	338	(75)	(2)	833.118	(405.177)	(6.024)	421.917
Activos intangíveis																					
. Software	199.473	(141.495)	(5.525)	24.898	38.840	33.219	5.514	-	-	-	-	(30.125)	-	11	28	(23)	-	185.559	(138.424)	-	47.135
. Activos intangíveis em curso	-	-	-	15.147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.147	-	-	15.147
. Outros activos intangíveis																					
. Trespasses	3.614	(3.594)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	3.614	(3.604)	-	10
. Outros	1.271	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300	-	-	1.300
	204.358	(145.089)	(5.525)	40.074	38.840	33.219	5.514	-	-	-	-	(30.135)	-	11	28	(23)	-	205.620	(142.028)	-	63.592

Parte da imparidade reconhecida em activos tangíveis – outros imóveis com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, no montante de mEuros 653 e mEuros 4.942, respectivamente, corresponde à perda potencial num imóvel denominado “Centro Comercial Gemini”, que se encontra reflectido nos livros da participada Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.. Em Abril de 2009, foi vendida a maior parte das fracções detidas neste imóvel, tendo sido utilizadas provisões no montante de mEuros 4.040 e repostas provisões no montante de mEuros 248. Nesse sentido não foi registada qualquer valia.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontram-se registados mEuros 69.371 e mEuros 51.295, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A. que efectua o desenvolvimento informático de todas as aplicações corporativas. Esta empresa é detida integralmente por entidades do Grupo Santander.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi registada imparidade em activos intangíveis – software no montante de mEuros 5.525, correspondente ao valor líquido contabilístico do software aplicacional denominado “Sintra” que foi descontinuado com a entrada em funcionamento de parte do novo software “Partenon”. Em Janeiro de 2008, foram abatidos mEuros 5.621 ao valor daquele software, líquido de depreciação, tendo sido utilizadas perdas por imparidade no montante de mEuros 5.514.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009		2008	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No País				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	24,97	1.801	24,97	1.968
. ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A.	49,90	333	49,90	268
		2.134		2.236
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 25)				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(500)		(500)
		1.634		1.736

A Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A..

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	4.833	7.223
. Outros	572	5.806
	5.405	13.029
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	8.788	6.909
. Outros	18.669	5.123
	27.457	12.032
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	243.302	237.972
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.762	1.761
	245.064	239.733
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	37.631	43.104
. Por créditos fiscais	4.222	4.380
	41.853	47.484

Os impostos correntes na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2009	2008
Imposto sobre os lucros do exercício	(101.283)	(87.981)
Agrupamentos complementares de empresas (ACE's)	(2.165)	(2.652)
Outros	(11.744)	2.849
	(115.192)	(87.784)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios de 2008 e 2009 foi como segue:

	Saldo em 31-12-2007	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2008	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2009
Aplicação das IAS/IFRS									
Pensões de reforma	72.097	-	(9.842)	-	62.255	-	(12.522)	-	49.733
Activos tangíveis	439	-	(146)	1	294	-	(80)	(9)	205
Activos intangíveis	216	-	(216)	-	-	-	174	-	174
Diferimento de comissões	6.235	-	(2.079)	-	4.156	-	(2.078)	-	2.078
Diferimento de comissões pela Totta Crédito Especializado IFIC	(199)	-	-	66	(133)	-	66	-	(67)
Prémio de antiguidade	6.185	-	228	-	6.413	-	505	-	6.918
Reformas antecipadas reconhecidas por reservas em exercícios anteriores a 2001	9.397	-	(4.012)	-	5.385	-	17.584	-	22.969
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	128.715	-	(10.186)	-	118.529	-	58	(25)	118.562
Prejuízos fiscais reportáveis	449	-	(102)	-	347	-	2.286	-	2.633
Aplicação do método de equivalencia patrimonial na valorização da Benim	(488)	-	3	-	(485)	-	44	-	(441)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.638)	-	159	-	(4.479)	-	324	-	(4.155)
Menos valias fiscais não contabilísticas	(239)	-	41	-	(198)	-	104	-	(94)
Mais valias fiscais não contabilísticas	2.964	-	(123)	-	2.841	-	46	-	2.887
Fundo de pensões - Sucursal de Londres	-	-	-	-	-	-	579	-	579
	221.133	-	(26.275)	67	194.925	-	7.090	(34)	201.981
Reclassificações									
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(15.479)	-	1.940	-	(13.539)	-	3.196	-	(10.343)
Aplicação da IFRS4									
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	-	1.124	-	-	1.124	1.123	-	1	2.248
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	-	-	(87)	-	(87)	-	2	-	(85)
. Rendimentos por juros à taxa efectiva	-	-	69	-	69	-	(17)	-	52
Aplicação IAS 32 e IAS 39									
Derivados de cobertura:									
. Fluxos de caixa	(81)	(15.399)	-	-	(15.480)	8.625	-	1	(6.854)
. Justo valor de activos	13.389	-	(688)	(3.813)	8.888	-	(48)	(3.812)	5.028
. Justo valor de passivos	(12.857)	-	-	3.813	(9.044)	-	-	3.812	(5.232)
Activos financeiros disponíveis para venda:									
. Impostos diferidos passivos	(5.304)	4.656	-	(1)	(649)	(6.307)	-	(1)	(6.957)
. Impostos diferidos activos	2.559	16.227	-	-	18.786	(2.260)	-	-	16.526
Diferimento de comissões de derivados do BNSP	10.890	-	(738)	-	10.152	-	(1.357)	-	8.795
Operações de titularização:									
. Prémio/ desconto em dívida emitida	677	-	(183)	-	494	-	(125)	-	369
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(607)	-	(1.915)	-	(2.522)	-	(1.618)	-	(4.140)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	-	-	(664)	-	(664)	-	(2.718)	-	(3.382)
Valias das unidades de participação da carteira de negociação	(307)	-	103	-	(204)	-	103	(2)	(103)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	5.308	-	5.308
	214.013	6.608	(28.438)	66	192.249	1.181	9.816	(35)	203.211
Activo por impostos diferidos	254.212				239.733				245.064
Passivo por impostos diferidos	(40.199)				(47.484)				(41.853)
	214.013				192.249				203.211

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2009 e 2008, é como segue:

	2009		2008	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		**635.948**		**634.554**
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	23,57%	149.891	22,12%	140.352
Reformas antecipadas	-4,10%	(26.100)	-1,81%	(11.500)
Lucros isentos de impostos (SFE)	-0,03%	(197)	-0,03%	(166)
Dividendos não tributáveis, líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-2,84%	(18.088)	-1,52%	(9.675)
Benefícios fiscais	-0,76%	(4.858)	-0,77%	(4.899)
Prejuízos fiscais reportáveis	-0,58%	(3.712)	-0,42%	(2.685)
Provisões	0,34%	2.141	0,86%	5.454
Custos não dedutíveis	0,28%	1.799	0,46%	2.891
Correcções adicionais	0,60%	3.801	-0,55%	(3.473)
Alienação de participações	-1,39%	(8.851)	-	-
Alienação de imóveis	-0,11%	(716)	-0,13%	(842)
(Excesso)/Insuficiência de estimativa	-0,82%	(5.208)	0,14%	862
Outros	2,43%	15.474	-0,02%	(97)
Impostos sobre os lucros do exercício	**16,57%**	**105.376**	**18,32%**	**116.222**

Quando da transição para o registo contabilístico de acordo com as IAS/IFRS, o Grupo não reconheceu nas suas demonstrações financeiras parte dos impostos diferidos activos relativos a responsabilidades com pensões de reforma dado existirem dúvidas quanto à sua recuperação. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante do imposto diferido activo não registado ascende a mEuros 11.229 e mEuros 37.329, correspondente a matéria colectável de mEuros 42.374 e mEuros 140.864, respectivamente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O BST foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2007, com excepção do exercício de 2006.

Como resultado das referidas inspecções o BST foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

Em 2009 o Banco pagou um montante adicional de mEuros 4.424 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2007. As correcções efectuadas são relativas à não aceitação de reintegrações e amortizações extraordinárias, ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, a provisões acima dos mínimos e a outras correcções à matéria colectável. Para este efeito, o Banco reconheceu custos no montante de mEuros 3.541.

O BST procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou, quando aplicável, à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

A Santander Totta regista na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

Em 2008 no âmbito da inspecção fiscal ao exercício de 2004, o BST pagou um montante adicional de mEuros 9.169 relativo a provisões acima dos mínimos e à não aceitação de benefícios fiscais. Para fazer face a este encargo, utilizou provisões no montante de mEuros 5.979 (Nota 25) e reconheceu por resultados o remanescente.

Em 2008 o BST pagou ainda um montante de mEuros 2.644 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2005. As correcções efectuadas são relativas a provisões acima dos mínimos a favor do Banco, tratamento fiscal do período transitório dos benefícios com pensões de acordo com NCA's e perda de isenção da Sucursal Financeira Exterior. Para fazer face a este encargo, o BST utilizou provisões no montante de mEuros 2.510 (Nota 25), reconheceu ganhos no montante de mEuros 1.676 e um activo no montante de mEuros 1.810.

17. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2009		
	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	26.221	-	26.221
- Plano Génesis	8.413	-	8.413
- PPR/E Garantido	268.118	-	268.118
- Super Investimento	1.191	-	1.191
- Outros produtos	3.204	-	3.204
	307.147	-	307.147
Provisão para compromissos de taxa	1.867	-	1.867
	309.014	-	309.014
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	65.983	(5.760)	60.223
	374.997	(5.760)	369.237
Provisão para estabilização de carteira	4.070	-	4.070
	379.067	(5.760)	373.307
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	20.940	-	20.940
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	4	-	4
	400.011	(5.760)	394.251
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	24	-	24
- Plano Génesis	34	-	34
- PPR/E Garantido	430	-	430
- Temporários Individual/Grupo	549	-	549
	1.037	-	1.037
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	715	-	715
- PPR/E Garantido	7.752	-	7.752
- Super Investimento	15	-	15
	8.482	-	8.482
Total de provisão para participação nos resultados	9.519	-	9.519
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	72	-	72
Total de provisões técnicas de seguro directo	409.602	(5.760)	403.842
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(31.294)	-	(31.294)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(5.654)	-	(5.654)
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(36.948)	-	(36.948)

	31-12-2008		
	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	28.646	-	28.646
- Plano Génesis	9.838	-	9.838
- PPR/E Garantido	249.998	-	249.998
- Super Investimento	1.156	-	1.156
- Outros produtos	4.602	-	4.602
	294.240	-	294.240
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	53.378	(4.732)	48.646
	347.618	(4.732)	342.886
Provisão para estabilização de carteira	3.070	-	3.070
	350.688	(4.732)	345.956
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	20.608	-	20.608
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	3	-	3
	371.299	(4.732)	366.567
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	24	-	24
- Plano Génesis	18	-	18
- PPR/E Garantido	620	-	620
- Temporários Individual/Grupo	24	-	24
	686	-	686
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	1.087	-	1.087
- Plano Génesis	235	-	235
- PPR/E Garantido	2.919	-	2.919
	4.241	-	4.241
Total de provisão para participação nos resultados	4.927	-	4.927
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	69	-	69
Total de provisões técnicas de seguro directo	376.295	(4.732)	371.563
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(26.268)	-	(26.268)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(5.780)	-	(5.780)
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(32.048)	-	(32.048)

Em 2008, de acordo com a alteração do plano de contas para o sector segurador, as provisões matemáticas para os seguros “Temporários Individual/Grupo” passaram a ser consideradas na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo”.

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte e as taxas técnicas de juro utilizadas foram de 4% e 3%, respectivamente.

18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outras disponibilidades	332	338
Devedores e outras aplicações		
. Capital vencido	568	647
. Devedores por operações sobre futuros e opções	32.944	24.301
. Contas caução	52	57
Outras aplicações	5	3
IVA a recuperar	8.180	3.301
Contratos de suprimentos:		
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.	250	250
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	565	565
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
. Pavril	269	269
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.430	2.416
. Supergolf, SGPS	170	170
Devedores por bonificações a receber	8.323	957
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	35.421	33.813
Outros devedores diversos	14.284	28.555
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.483	2.472
Devedores por seguro directo e resseguro	2.794	11.010
Valores a regularizar relativos ao Fundo de Pensões (Nota 45)	329.083	282.460
Proveitos a receber	10.988	6.020
Despesas com encargo diferido	7.164	6.935
Outras imobilizações financeiras:		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	4.468	5.446
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	1.225	1.614
. Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	448	548
Operações activas a regularizar	28.886	2.621
Outras operações a regularizar	6.857	7.944
	498.315	422.838
Imparidade (Nota 25):		
Devedores e outras aplicações	(3.399)	(7.714)
Contratos de suprimentos	(2.617)	(2.350)
	(6.016)	(10.064)
	492.299	412.774

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos do Banco de Portugal		
Operações de venda com acordo de recompra – Obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	2.013.326	2.404.130
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	13.497	29
Juros a pagar	7	-
	2.026.830	2.404.159

A rubrica de “Recursos do Banco de Portugal" corresponde a operações de venda com acordo de recompra de obrigações em carteira associadas às operações de securitização, com o seguinte detalhe:

2009

Títulos	Quantidade	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Correcções de valor	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2	8.326	450.000	4.638	(2.263)	998	453.373	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N7 PLC-CLASS A2	15.440	800.000	8.244	(4.022)	1.773	805.995	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N10 PLC-CLASS A	8.987	752.167	5.562	(3.771)	-	753.958	07-10-2009	01-07-2010	1,00
		2.002.167	18.444	(10.056)	2.771	2.013.326			

2008

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N1 PLC-CLASS A	6.429	200.000	97	(69)	200.028	30-12-2008	06-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N3 PLC-CLASS A	563.700	300.000	146	(104)	300.042	30-12-2008	06-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N6 Ltd-CLASS A2	7.119	500.000	1.458	(694)	500.764	10-11-2008	21-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N7 Ltd-CLASS A2	5.814	400.000	3.286	(1.518)	401.768	13-11-2008	12-02-2009	3,25
HIPOTOTTA N7 Ltd-CLASS A2	4.858	300.000	875	(417)	300.458	10-11-2008	21-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N8 Ltd-CLASS A2	9.687	700.000	2.042	(972)	701.070	10-11-2008	21-01-2009	2,50
		2.400.000	7.904	(3.774)	2.404.130			

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo (Notas 7 e 12)	1.485.448	1.259.609

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro (Nota 49)	4.348.608	3.637.615
Recursos de Bancos Centrais		
. Capital	500.000	500.000
. Juros	5.153	1.458
. Despesas com encargo diferido	(2.514)	(694)
	4.851.247	4.138.379

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal que teve por objectivo financiar a aquisição das unidades de participação referidas na Nota 8, com o seguinte detalhe:

2009

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA NO. 1 PLC-CL A FLTG 11	6.080	120.000	1.237	(603)	120.634	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA 3 PLC-CL A FLTG 12/204	5.185	180.000	1.855	(905)	180.950	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2 07/206	3.701	200.000	2.061	(1.006)	201.055	25-06-2009	01-07-2010	1,00
		500.000	5.153	(2.514)	502.639			

2008

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2 07/206	7.119	500.000	1.458	(694)	500.764	09-12-2008	21-01-2009	2,50

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de instituições de crédito no País		
Mercado monetário interbancário	-	29
Depósitos	945.560	546.409
Empréstimos	5	177
Outros recursos	21	208
Juros a pagar	5.205	8.404
	950.791	555.227
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	420.000	400.000
Recursos a muito curto prazo	34.034	116.210
Depósitos	3.188.051	3.797.560
Operações de venda com acordo de recompra	1.587.609	-
Outros recursos	902	14.122
Juros a pagar	4.259	26.373
	5.234.855	4.354.265
	6.185.646	4.909.492

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação. O detalhe dos empréstimos é o seguinte:

	2009	2008	Reembolso
Projecto BTA Empréstimo Global II	100.000	100.000	15 de Março de 2014
Projecto BTA Empréstimo Global III	150.000	150.000	15 de Dezembro de 2011
Projecto Santander Totta GL IV - Tranche A	50.000	50.000	15 de Setembro de 2014
Projecto Santander Totta GL IV - Tranche B	100.000	100.000	15 de Junho de 2015
Projecto SCUT Açores	20.000	-	15 de Setembro de 2034
	420.000	400.000	

Como garantia do pagamento do empréstimo denominado “Projecto BTA Empréstimo Global III”, o Banco deu em penhor créditos concedidos a Municípios no montante de mEuros 150.000.

Como garantia do pagamento do empréstimo denominado “Projecto Santander Totta GL IV – Tranche B”, o Banco deu em penhor 1.500 obrigações classe A2 do Hipototta nº 6 Ltd, no montante de mEuros 145.793.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra" corresponde a operações de venda com acordo de recompra com o Catter Allen International, Ltd, com o seguinte detalhe:

	2009							
Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
BONOS Y OBLIG DEL ESTAD 4.4%0115	500.000	550.000	715	(604)	550.111	18-12-2009	18-03-2010	0,52%
OT 3.6 OUT 2014	20.000.000.000	205.720	434	(163)	205.991	10-09-2009	10-03-2010	0,42%
OT 3.6 OUT 2014	30.000.000.000	312.750	676	(284)	313.142	18-09-2009	18-03-2010	0,43%
OT 3.6 OUT 2014	50.000.000.000	517.750	1.453	(838)	518.365	16-10-2009	16-04-2010	0,56%
		1.586.220	3.278	(1.889)	1.587.609			

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem	4.894.460	5.023.667
Depósitos a prazo	8.623.096	8.641.239
Depósitos de poupança	249.464	371.385
Produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 49)	29.593	45.510
Depósitos com pré-aviso	25.504	20.040
Cheques e ordens a pagar	82.241	147.705
Outros recursos de clientes	1.144.100	1.281.571
Operações de venda com acordo de recompra	132	51.565
Juros e custos a pagar	46.518	126.189
Despesas com encargo diferido	(49)	(928)
Correcções de valor por operações de cobertura	(13.762)	(7.695)
	15.081.297	15.700.248

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias	2.000.000	1.000.000
Juros a pagar	33.184	29.020
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização	4.729.370	5.595.751
Juros a pagar	304	5.666
Obrigações de caixa		
Emitidas	2.078.171	2.315.298
Readquiridas	(552.420)	(531.410)
Juros a pagar	18.488	16.641
	8.307.097	8.430.966
Outros		
Programa EMTN		
Emitidas	2.564.570	2.151.650
Readquiridas	(218.650)	(113.450)
Programa de papel comercial	3.379.765	849.247
Juros a pagar	22.905	39.082
	5.748.590	2.926.529
Correcção de valor por operações de cobertura	(7.541)	(3.928)
	14.048.146	11.353.567

As condições das obrigações de caixa são apresentadas no Anexo I.

Em Maio de 2008 e Outubro de 2009, o BST procedeu a duas emissão de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa "€ 5.000.000 Covered Bonds Programme", de Abril de 2008, de mEuros 1.000.000 cada. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito	523.275	146.608
Juros de aplicações	402	673
	523.677	147.281
Crédito a clientes	1.744.094	938.151
Juros de crédito	2.255	3.377
Comissões	(10.518)	(5.156)
Despesas com encargo diferido	7.968	5.582
	1.743.799	941.954
Derivados de cobertura	32.946	54.422
	2.300.422	1.143.657

Em 31 de Dezembro de 2009 e ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes (EMTN), o BST e a sua Sucursal de Londres procederam à emissão das seguintes obrigações:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
12ª	7 de Dezembro de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,125%	500.000
22ª	2 de Junho de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,75% (1)	200.000
23ª	7 de Julho de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,6% (2)	120.000
25ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
26ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
27ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
28ª	6 de Outubro de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5% (3)	31.350
29ª	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.530
30ª	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	34.180
31ª	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.610
32ª	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33ª	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34ª	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35ª	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
36ª	15 de Julho de 2011	Euribor a 3 meses mais 0,15% (4)	404.000
37ª	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,156%(5)	20.000
38ª	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,152%(6)	43.400
39ª	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 3,77%(7)	28.350
			2.564.570

(1) Remuneração aplicável até 1 de Março de 2010. O “spread” é 0,9% no período seguinte.
(2) Remuneração aplicável até 6 de Janeiro de 2010. O “spread” aumenta nos períodos subsequentes.
(3) Remuneração aplicável até 5 de Outubro de 2012. O “spread” diminui nos períodos subsequentes.
(4) Remuneração aplicável até 14 de Janeiro de 2010. O “spread” aumenta nos períodos seguintes.
(5) Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2010. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.
(6) Remuneração aplicável até 29 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.
(7) Remuneração aplicável até 28 de Dezembro de 2010. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

25. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2009 e 2008 é o seguinte:

	2009							
	31-12-2008	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	31-12-2009
Provisões para contingências fiscais	11.311	-	543	(5.600)	(32)	-	11.700	17.922
Provisão para pensões e outros encargos	8.687	(520)	2.041	(431)	(242)	(133)	-	9.402
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	33.487	(184)	7.053	(10.888)	-	(53)	-	29.415
Outras provisões	32.434	(617)	19.235	(17.849)	(1.665)	(159)	-	31.379
	85.919	(1.321)	28.872	(34.768)	(1.939)	(345)	11.700	88.118

	2008					
	31-12-2007	Dotações	Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2008
Provisões para contingências fiscais	25.543	2.419	(7.811)	(8.840)	-	11.311
Provisão para pensões e outros encargos	10.861	2.215	(90)	(4.339)	40	8.687
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	28.539	11.152	(6.217)	-	13	33.487
Outras provisões	41.554	11.856	(16.493)	(4.535)	52	32.434
	106.497	27.642	(30.611)	(17.714)	105	85.919

	2009							
	31-12-2008	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2009	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	258.822	-	47.234	(92.345)	(235)	-	213.476	-
Crédito ao exterior	3.506	(1.153)	2.226	(1.348)	-	(316)	2.915	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	65.988	-	16.075	(13.747)	-	-	68.316	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:								
Crédito a clientes (Nota 11)								
. Crédito interno	85.045	-	122.929	(2.008)	(53.385)	-	152.581	(7.257)
. Crédito ao exterior	2.762	(590)	11.872	(6.761)	(708)	(590)	5.985	(211)
. Créditos a titularizados não desreconhecidos	26.061	-	19.718	(73)	(1.518)	-	44.188	-
	442.184	(1.743)	220.054	(116.282)	(55.846)	(906)	487.461	(7.468)
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	44.828	-	5.452	(3.983)	(867)	1	45.431	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	-	500	-
	45.328	-	5.452	(3.983)	(867)	1	45.931	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos tangíveis (Nota 14)	6.024	(21)	1.384	(248)	(4.040)	(7)	3.092	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	44.034	-	17.648	(62)	(19.293)	-	42.327	-
Outros activos (Nota 18)	10.064	-	3.029	(3.848)	(3.229)	-	6.016	-
	60.122	(21)	22.061	(4.158)	(26.562)	(7)	51.435	-
	547.634	(1.764)	247.567	(124.423)	(83.275)	(912)	584.827	(7.468)

	2008						
	31-12-2007	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2008	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):							
Crédito interno	335.850	43.583	(120.611)	-	-	258.822	-
Crédito ao exterior	3.276	1.208	(1.073)	-	95	3.506	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	52.515	23.892	(10.419)	-	-	65.988	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:							
Crédito a clientes (Nota 11)							
. Crédito interno	59.508	84.371	(750)	(58.084)	-	85.045	(13.199)
. Crédito ao exterior	3.791	2.928	(1.149)	(2.874)	66	2.762	(1.208)
. Créditos a titularizados não desreconhecidos	11.308	14.787	(34)	-	-	26.061	-
	466.248	170.769	(134.036)	(60.958)	161	442.184	(14.407)
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	44.787	2.443	(2.180)	(222)	-	44.828	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	-	500	-	-	-	500	-
	44.787	2.943	(2.180)	(222)	-	45.328	-
Imparidade em activos não financeiros:							
Activos tangíveis (Nota 14)	6.008	44	-	(30)	2	6.024	-
Outros activos intangíveis (Nota 14)	5.525	-	(11)	(5.514)	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	36.421	23.017	(70)	(15.334)	-	44.034	-
Outros activos (Nota 18)	11.888	4.755	(5.515)	(1.064)	-	10.064	-
	59.842	27.816	(5.596)	(21.942)	2	60.122	-
	570.877	201.528	(141.812)	(83.122)	163	547.634	(14.407)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a provisão para pensões e outros encargos inclui mEuros 8.529 e mEuros 7.392 para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 47).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 12.463 e mEuros 12.822, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo respectivo acompanhamento;

- Provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 11.983 e de mEuros 11.551, respectivamente.

26. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Programa EMTN – Subordinadas	300.000	300.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSNP 2004	100.000	100.000
Obrigações de caixa subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
Empréstimo Subordinado 2007 – Totta IFIC	50.000	50.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas - TottaSeguros 2002	14.000	14.000
Empréstimo Subordinado 2002 – Totta IFIC	10.000	10.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas 98	2.993	2.993
	988.500	988.500
Passivos readquiridos	(709.827)	(710.000)
Juros a pagar	178	684
	278.851	279.184

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

27. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Credores e outros recursos		
Credores por operações de futuros	32.349	43.895
Recursos diversos		
Recursos – conta cativa	22.058	16.876
Recursos – conta caução	1.385	711
Outros recursos	1.371	3.841
Sector público administrativo		
IVA a pagar	7.731	8.705
Retenção de impostos na fonte	16.715	19.752
Contribuições para a segurança social	2.975	2.960
Outros	757	1.117
Cobranças por conta de terceiros	161	157
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Juros de obrigações e remuneração de títulos de participação	54	54
Dividendos	115.182	105.144
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.507	1.491
Credores diversos		
Por contratos de factoring	50.324	26.112
Por operações sobre valores mobiliários	2.274	175
Por fornecimento de bens	15.365	16.423
Outros credores	33.733	22.376
Outros encargos a pagar		
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	1.979	1.189
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	26.102	24.198
Férias e subsídio de férias	30.870	29.102
Outras remunerações variáveis	33.289	34.925
ACTV e encargos sociais	10.130	8.781
Outros custos com pessoal	2.008	1.384
Gastos gerais administrativos	1.414	904
Facturas em recepção e conferência	32.129	29.806
Outras receitas com rendimento diferido	8.804	13.529
Valores a regularizar com bancos e clientes	70.097	61.491
Operações de bolsa a regularizar	98.832	937
Adiantamento pela futura alienação do Banco Totta de Angola (Nota 4)	-	15.000
Outros	3.461	11.459
	623.056	502.494

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Dividendos” inclui mEuros 115.000 e mEuros 105.000, respectivamente, de dividendos antecipados postos à disposição dos accionistas por parte da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor das operações de bolsa a regularizar inclui mEuros 98.827 relativos ao valor de uma operação de compra de Notes Classe A do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data de balanço.

28. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 acções, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2009			2008
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85	1.969.960	1.969.960
Outros	275.052.987	0,01	2.751	2.761
Acções próprias	25.137.627	0,14	251	241
	197.296.207.958	100,00	1.972.962	1.972.962

Durante o exercício de 2009, a Santander Totta procedeu à compra de 1.015.105 acções próprias pelo montante de mEuros 21, de acordo com os poderes delegados pela Assembleia Geral (5.975.139 acções próprias pelo montante de mEuros 124 no exercício de 2008).

No dia 15 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000.

No dia 27 de Maio de 2009, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2008 no montante de mEuros 120.000.

No dia 17 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 105.000.

No dia 29 de Maio de 2008, em reunião de Assembleia Geral foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2007 no montante de mEuros 120.000.

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(60.382)	(96.106)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	25.838	58.338
Reservas resultantes da valorização de passivos por seguros (“shadow reserve”) (Nota 41)	(8.482)	(4.241)
Reservas de flutuação cambial	(8.798)	903
Outros	-	(1)
	(51.824)	(41.107)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	9.568	18.127
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(6.847)	(15.460)
Resultantes da valorização de passivos por seguros (“shadow reserve”) (Nota 41)	2.247	1.124
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(4.667)	(4.820)
	301	(1.029)
	(51.523)	(42.136)

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante desta reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 2008 o Grupo passou a classificar as reservas de flutuação cambial na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Reserva legal	101.498	75.562
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reservas consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral ou proporcional	(524.397)	(744.845)
Empresas reavaliadas pelo método de equivalência patrimonial	19	17
Resultados transitados	73.482	55.786
	291.177	27.095

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, é constituído um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da lei, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

29. LUCRO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2009 e 2008, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2009		2008	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro do exercício da Santander Totta, SGPS (actividade individual)	265.901	265.901	259.357	259.357
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	439.048	438.447	355.201	354.715
Totta Crédito Especializado, IFIC (Totta IFIC)	16.403	16.399	24.024	24.019
Banco Caixa Geral Totta de Angola (ex-Banco Totta de Angola)	36.382	9.265	19.083	19.054
BST International Bank,Inc - Porto Rico	16.346	16.324	17.440	17.416
Totta & Açores Inc. Newark	126	126	71	71
Totta Ireland PLC	102.098	101.957	107.557	107.410
Totta & Açores Financing	12.360	12.343	12.360	12.343
Santotta Internacional, SGPS (ex Madeisisa - SGPS)	4.959	4.953	1.251	1.249
Serfin - International Bank & Trust	300	299	965	964
Totta Urbe	4.729	4.723	1.655	1.653
Banco Santander de Negócios Portugal	18.122	18.122	8.362	8.362
Santander Pensões	1.139	1.139	1.592	1.592
Santander Gestão de Activos, SGPS	21.845	21.845	9.966	9.966
Santander Asset Management SGFIM	4.807	4.807	6.717	6.717
Taxagest, SGPS	8.478	8.478	(199)	(199)
Santander Totta Seguros	20.069	20.069	24.560	24.560
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário	128	64	4	2
Partang, SGPS	(2)	(1)	-	-
Hipototta n.º 1 PLC	(468)	-	(875)	-
Hipototta n.º 2 PLC	(2.235)	-	(3.362)	-
Hipototta n.º 3 PLC	(4.713)	-	(3.786)	-
Hipototta n.º 4 PLC	(3.276)	-	(4.220)	-
Hipototta n.º 5 PLC	(1.537)	-	(1.309)	-
Hipototta n.º 6 Ltd	(2.463)	-	(826)	-
Hipototta n.º 7 Ltd	(1.982)	-	(559)	-
Hipototta n.º 8 Ltd	(1.327)	-	(62)	-
Hipototta n.º 9 Ltd	-	-	(28)	-
Hipototta n.º 10 Ltd	(24)	-	-	-
Leasetotta n.º 1 Ltd	-	-	-	-
Hipototta n.º 1 FTC	(1.454)	-	(1.086)	-
Hipototta n.º 2 FTC	(4.005)	-	(3.391)	-
Hipototta n.º 3 FTC	(6.975)	-	(5.431)	-
Hipototta n.º 4 FTC	(6.432)	-	(4.294)	-
Hipototta n.º 5 FTC	(4.025)	-	(1.325)	-
Hipototta n.º 6 FTC	(4.023)	-	(870)	-
Hipototta n.º 7 FTC	(3.013)	-	(597)	-
Hipototta n.º 8 FTC	(1.363)	-	(62)	-
Hipototta n.º 9 FTC	-	-	(28)	-
Hipototta n.º 10 FTC	(24)	-	-	-
Leasetotta n.º 1 FTC	-	-	-	-
	657.998	679.359	558.498	589.894
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta		(229.665)		(199.708)
Totta Ireland PLC		(106.326)		(106.946)
Totta Crédito Especializado, IFIC		(11.998)		(18.798)
Banco Santander de Negócios Portugal		(7.507)		(30.030)
Santander Gestão de Activos, SGPS		(11.700)		-
Santander Totta Seguros		(24.750)		(8.010)
Santander Asset Management SGFIM		(19.000)		(7.959)
Santander Pensões		(2.700)		(1.703)
		(413.646)		(373.154)
Proporção de 75% dos resultados do primeiro semestre de 2009 do Banco Totta de Angola		7.616		-
Anulação dos resultados individuais registados com a operação do Banco Totta de Angola		(62.338)		-
Reconhecimento da mais valia consolidada com a operação do Banco Totta de Angola (Nota 4)		28.058		-
Correcção da operação de aumento de capital da Mermul		(479)		(136)
Anulação de impostos diferidos		-		1.371
Aplicação dos IAS/IFRS:				
Pensões de reforma		1.079		10.678
Operações de cobertura		713		2.390
Diferimento de comissões de derivados do BSNP		3.764		5.292
Provisões para títulos registadas na Tottaurbe que não correspondem a imparidade		(427)		3.471
Provisões para títulos registadas na Taxagest que não correspondem a imparidade		(2.271)		5.664
Anulação de comissões intragrupo pela emissão de acções preferênciais		313		191
Anulação do diferimento de comissões a pagar pela Totta Crédito especializado IFIC ao BST		(495)		(443)
Anulação do equity aplicado pela Santotta Internacional sobre a Serfin		(309)		(964)
Anulação do efeito da aplicação de US GAAP pelo BSTI - Porto Rico		(144)		(794)
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização:				
Anulação da valia reconhecida pelo BST na venda das Notes emitidas		350		506
Reconhecimento da valia na recompra pelo Grupo das Notes emitidas		7.528		1.839
Reconhecimento da periodificação de juros das Notes de maior grau de subordinação		11.052		13.386
Anulação da provisão do BST para os empréstimos subordinados concedidos		71		1.997
Writte-offs de créditos securitizados		(1.516)		-
Anulação das valias em vendas de titulos intragrupo		-		(2.887)
Reversão da anulação da provisão pelo BST para a participação no Banco Totta de Angola		-		(2.838)
Reversão da provisão para riscos operativos da Santander Totta Seguros		-		2.000
Outros		(916)		905
		(8.351)		41.628
		523.263		517.725

30. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2009 e 2008, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2009		2008	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Acções preferenciais BST Porto Rico	249.896	-	258.676	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	(1.373)	-	-	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	39.731	6.657	13	3
Outros	2.954	652	2.677	604
	591.208	7.309	561.366	607

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios do emitentes nos termos da Norma IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e

- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

31. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	2009	2008
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.607.914	1.624.925
Créditos documentários abertos	531.316	313.193
Fianças e indemnizações	-	17
Activos dados em garantia	303.000	351.335
Outros passivos eventuais	6	6
	2.442.236	2.289.476
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	5.986.314	5.280.532
Irrevogáveis	2.240.834	1.684.001
Contratos a prazo de depósitos	844	29.188
Fundo de Garantia de Depósitos	53.256	52.856
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.480	8.260
Outros compromissos irrevogáveis	15.954	17.774
Outros compromissos revogáveis	38.092	46.521
	8.337.774	7.119.132
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	85.455.123	81.052.627
Valores recebidos para cobrança	107.479	142.017
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	5.727.776	5.639.003
Outros	768	759
	91.291.146	86.834.406

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2009 e 2008, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Grupo procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.621 e mEuros 2.861, respectivamente (Nota 42). Nestes exercícios o Grupo assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósito de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2009 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 53.256 (mEuros 52.856 em 31 de Dezembro de 2008). Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

Sistema de Indemnizações aos Investidores

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2009 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.480 (mEuros 8.260 em 31 de Dezembro de 2008).

Os activos dados em garantia em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentavam o seguinte detalhe:

	2009				
	Fundo de Garantia de Depósitos	Sistema de Indem. aos Investidores	SPGT	Sistemas de compensação	Total
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	26.768	5.104	-	-	31.872
Activos financeiros disponíveis para venda	36.478	-	-	56.035	92.513
Crédito a clientes	-	-	178.615	-	178.615
	63.246	5.104	178.615	56.035	303.000

	2008				
	Fundo de Garantia de Depósitos	Sistema de Indem. aos Investidores	SPGT	Sistemas de compensação	Total
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	25.172	4.984	-	59.779	89.935
Activos financeiros disponíveis para venda	36.938	-	-	57.462	94.400
Crédito a clientes	-	-	167.000	-	167.000
	62.110	4.984	167.000	117.241	351.335

Os valores apresentados como activos por créditos a clientes dados em garantia do sistema de pagamentos de grandes transacções (SPGT) referem-se a obrigações emitidas pelo Grupo no âmbito de operações de crédito hipotecário (Nota 46). Tendo o Grupo readquirido parte dessas obrigações, as mesmas são anuladas contabilisticamente no processo de consolidação. Por outro lado, no processo de consolidação os créditos titularizados são registados no balanço.

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	5.340	13.927
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	188	2.031
Sobre instituições de crédito no País	617	1.764
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	305	327
Em outras instituições de crédito	14.835	22.098
Em instituições de crédito no estrangeiro	35.014	75.500
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	641.633	1.021.258
Crédito ao exterior	43.601	82.681
Outros créditos e valores a receber (titulados - papel comercial)	55.891	116.264
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	44.048	25.422
Juros de crédito titularizado não desreconhecido	430.216	648.523
Juros de crédito vencido (Nota 49)	5.221	7.661
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	274	5.788
Instrumentos derivados	2.379	11.579
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	85.397	102.743
Outros activos financeiros ao justo valor através		
De resultados	4.210	-
Derivados de cobertura	1.013.682	1.299.159
Devedores e outras aplicações	117	993
Outros juros e rendimentos similares	2.742	2.466
	2.385.710	3.440.184

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	230.756	313.821
De não residentes	30.221	48.878
Outros recursos	5.304	3.919
	266.281	366.618
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	21.604	67.420
Outros Bancos Centrais	57	220
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	19.547	20.440
Organismos financeiros internacionais	6.952	19.379
No estrangeiro	71.328	179.839
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações hipotecárias	136.828	353.364
Outras obrigações	14.729	99.982
Euro Commercial Paper	31.708	28.972
EMTN	82.076	114.415
Outros	-	12
Juros de passivos subordinados	7.570	19.276
Juros de passivos financeiros de negociação		
Vendas a descoberto	-	40
Instrumentos derivados		
Swaps	340.536	743.583
Outros instrumentos derivados de negociação	103	10.564
Juros de derivados de cobertura		
Cobertura de justo valor	406.990	584.197
Cobertura de fluxos de caixa	176.159	74.086
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	662	565
Outros juros e encargos similares	2.202	1.518
	1.585.332	2.684.490

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda		
Unicre	2.894	1.899
Banco BPI	1.004	1.619
Visa	2	1.573
SIBS	943	734
Imovest	681	665
Outros	115	47
	5.639	6.537

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.970	15.665
Créditos documentários abertos	3.476	2.092
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	5.546	2.985
Por serviços prestados		
Cobrança e administração de valores	21.020	20.536
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	40.694	51.115
Por transacções de cartões	62.796	60.364
Anuidades	14.880	15.098
Operações de crédito	54.600	58.122
Outros serviços prestados	5.074	5.213
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	13.877	9.381
Outras	873	1.348
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	108.844	117.478
Depósitos à ordem	14.572	12.239
Cheques	16.926	17.995
De assessoria	8.829	8.744
Outras	13	15
	388.990	398.390

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.581	990
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	6.762	6.186
Operações de crédito	10.628	12.078
Transacções de clientes	24.898	24.938
Outros serviços bancários	3.736	4.491
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.353	1.398
Outras	2.561	5.255
Outras comissões pagas	718	1.599
	52.237	56.935

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de dívida	19.982	(5.592)	14.390	21.805	(13.783)	8.022
Instrumentos de capital	15.309	(11.724)	3.585	45.576	(83.774)	(38.198)
Instrumentos derivados:						
"Forwards"	126	-	126	912	(912)	-
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	588.307	(587.617)	690	32.007	(30.018)	1.989
. Contratos de taxa de juro	4.107.979	(3.850.885)	257.094	13.956.998	(13.932.198)	24.800
. Contratos sobre cotações	193.763	(162.773)	30.990	566.403	(576.929)	(10.526)
. Outros	98.037	(77.799)	20.238	116.226	(115.713)	513
Futuros						
. Contratos de taxa de juro	8.263	(10.822)	(2.559)	54.045	(67.674)	(13.629)
. Contratos sobre cotações	886	(820)	66	18.218	(24.663)	(6.445)
. Outros	-	(10)	(10)	394	(1.085)	(691)
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	96.303	(96.942)	(639)	192.267	(189.890)	2.377
. Contratos de taxa de juro	2.404	(2.303)	101	94.492	(94.356)	136
. Contratos sobre cotações	1.858.158	(2.131.157)	(272.999)	1.768.352	(1.699.336)	69.016
. Outros	1.030.404	(1.038.962)	(8.558)	964.469	(966.657)	(2.188)
Contratos de garantia de taxa de juro	801.186	(809.347)	(8.161)	4.682.091	(4.682.707)	(616)
	8.821.107	(8.786.753)	34.354	22.514.255	(22.479.695)	34.560
Activos e Passivos ao justo valor através de resultados	165.798	(152.107)	13.691	79.396	(71.825)	7.571
Derivados de cobertura:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	6.676	(60.658)	(53.982)	75.374	(17.752)	57.622
. Contratos sobre cotações	82.109	(19.458)	62.651	92.531	-	92.531
Opções						
. "Auto-callable"	327.828	(335.496)	(7.668)	-	-	-
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	99.927	(96.408)	3.519	50.949	(199.257)	(148.308)
	516.540	(512.020)	4.520	218.854	(217.009)	1.845
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	9.503.445	(9.450.880)	52.565	22.812.505	(22.768.529)	43.976

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	-	-	-	-	(6)	(6)
De outros residentes	21	(83)	(62)	65	(261)	(196)
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	9.166	(2.796)	6.370	367	(318)	49
Organismos financeiros internacionais	-	-	-	42	(51)	(9)
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	260	-	260	4.594	(1.057)	3.537
Valorizados ao custo histórico	17	-	17	128	(389)	(261)
Outros	-	(7)	(7)	-	-	-
	9.464	(2.886)	6.578	5.196	(2.082)	3.114

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Ganhos na reavaliação da posição cambial	41.468	41.930
Perdas na reavaliação da posição cambial:		
. Alienação do Banco Totta de Angola (Nota 4)	(2.184)	-
. Outras	(20.061)	(25.002)
	19.223	16.928

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Ganhos na alienação do Banco Totta de Angola (Nota 4)	30.280	-
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	5.037	5.704
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.047	1.167
Ganhos em outros activos tangíveis	1.179	4.378
Ganhos em activos afectos a passivos por seguros	157	21.917
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	10.257	2.505
Outros ganhos em operações financeiras	388	2.228
	48.345	37.899
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	(759)	(3.749)
Perdas em outros activos tangíveis	(244)	(632)
Perdas em activos afectos a passivos por seguros	(284)	(21.796)
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(664)	(1.180)
Outras perdas em operações financeiras	(3.122)	(4.549)
	(5.073)	(31.906)
	43.272	5.993

41. MARGEM BRUTA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	66.742	63.783
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(52.543)	(54.452)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	(24.015)	(18.376)
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	21.375	20.773
Juros e rendimentos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	12.493	6.679
Juros e encargos associados aos depósitos recebidos de resseguradores	(532)	-
Ganhos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	1.165	9.692
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(802)	(1.072)
	23.883	27.027
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	11.657	7.312

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da actividade de seguros.

A rubrica prémios brutos emitidos líquidos de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	42.009	44.607
Temporários Individual/Grupo	57.772	41.313
Produtos tradicionais	999	8.872
Acidentes pessoais (não vida)	1.101	1.469
Outros produtos	-	28
	101.881	96.289
Resseguro cedido	(35.139)	(32.506)
	66.742	63.783

Em 2009 e 2008, a rubrica de custos com sinistros líquidos de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	2009		
	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
PPR/E Maxinveste	4.450	(49)	4.401
PPR/E Garantido	34.564	(1.563)	33.001
Plano Génesis	2.382	(68)	2.314
Temporários Individual/Grupo	17.894	1.925	19.819
Outros produtos	658	(39)	619
	59.948	206	60.154
Resseguro cedido	(7.737)	126	(7.611)
	52.211	332	52.543

	2008		
	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
PPR/E Maxinveste	5.019	(838)	4.181
PPR/E Garantido	34.855	(917)	33.938
Plano Génesis	5.658	(549)	5.109
Temporários Individual/Grupo	16.635	1.372	18.007
Outros produtos	667	494	1.161
	62.834	(438)	62.396
Resseguro cedido	(6.630)	(1.314)	(7.944)
	56.204	(1.752)	54.452

Em 2009 e 2008, a rubrica variação das provisões técnicas líquidas de resseguro tem a seguinte composição:

Variação das provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira

Provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2007	23.148
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2008	5.100
Variação dos custos de aquisição diferidos	(822)
Outros	(1.909)
Provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 17)	25.517
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2009	7.581
Variação dos custos de aquisição diferidos	(1.027)
Variação da provisão para estabilização da carteira	1.000
Provisões para prémios não adquiridos, e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	33.071

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Provisão matemática e compromissos de taxa, em 31 de Dezembro de 2007	280.799
Variação da provisão matemática em 2008	13.441
Provisão matemática e compromissos de taxa, em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 17)	294.240
Variação da provisão matemática em 2009	14.224
Variação da provisão para compromissos de taxa em 2009	1.867
Outros	(1.317)
Provisão matemática e compromissos de taxa, em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	309.014

Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2007	43
Participação nos resultados liquidada	(14)
Participação nos resultados atribuída em 2008	657
Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 17)	686
Participação nos resultados liquidada	(19)
Participação nos resultados atribuída em 2009	370
Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	1.037

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2007	-
Variação em capitais próprios em 2008 (Nota 28)	4.241
Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 17)	4.241
Variação em capitais próprios em 2009 (Nota 28)	4.241
Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 17)	8.482

42. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	149	180
Reembolso de despesas	5.855	6.765
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.691	5.936
Outros	21.367	20.067
	33.062	32.948
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(2.477)	(1.710)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 31)	(3.621)	(2.861)
Outros encargos e gastos operacionais	(26.755)	(24.214)
Outros impostos		
Directos	(1.401)	(1.421)
Indirectos	(1.517)	(2.070)
	(35.771)	(32.276)
	(2.709)	672

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Salários e vencimentos		
Órgãos de administração e fiscalização (Nota 47)	7.262	9.251
Empregados	234.568	228.680
	241.830	237.931
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	38.645	38.680
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 45)	17.494	8.544
Pensões pagas	188	296
Fundo de pensões de contribuição definida	120	169
Reformas antecipadas (Nota 45)	3.159	3.222
Amortização de desvios fora do corredor (Nota 45)	5.654	-
Outros encargos sociais obrigatórios	1.845	1.088
	67.105	51.999
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas (Nota 45)	697	1.232
Transferências de pessoal	630	501
Outros	6.672	9.248
	7.999	10.981
	316.934	300.911

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	7.875	8.137
Material de consumo corrente	3.330	3.452
Outros fornecimentos	506	726
Serviços externos:		
Serviços especializados	46.423	48.317
Manutenção de equipamento informático	35.796	31.826
Comunicações	19.545	19.693
Publicidade e edição de publicações	15.639	14.237
Rendas e alugueres	12.598	13.766
Deslocações, estadas e representações	6.627	8.789
Conservação e reparação	4.916	4.180
Transportes	2.366	2.275
Formação de pessoal	2.674	2.306
Seguros	844	522
Outros serviços de terceiros	6.341	5.795
	165.480	164.021

45. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2009 e 2008 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt). O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram os seguintes:

	2009	2008
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento salarial	3,20%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,50%
Taxa de inflação	1,75%	2,00%

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2010 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009.

A base para a taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2009 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano. Neste sentido, a alteração na taxa de desconto entre anos resultou da redução das referidas taxas em 2009.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, o índice iBoxx para obrigações em Euros com qualidade de crédito AA (Iboxx Corporate AA).

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2009 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008	2007	2006	2005
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	255.009	231.114	241.071	223.396	191.705
. Pensionistas	34.692	34.895	35.054	31.698	30.097
. Reformados e reformados antecipadamente	896.251	973.904	1.045.467	1.028.912	988.996
	1.185.952	1.239.913	1.321.592	1.284.006	1.210.798
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.877	132.522	139.806	140.619	130.641
- Subsídio por morte	17.728	17.994	18.767	19.189	17.105
	1.331.557	1.390.429	1.480.165	1.443.814	1.358.544
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.395.849	1.391.585	1.486.078	1.446.847	1.010.705
Valor financiado em excesso / (não financiado)	64.292	1.156	5.913	3.033	(347.839)
Desvios actuariais e financeiros					
- Alteração de pressupostos	(51.086)	(100.674)	(54.502)	-	47.611
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(21.172)	(4.100)	76.028	17.144	(92)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	61.639	306.680	4.221	(32.174)	(6.888)
	40.467	302.580	80.249	(15.030)	(6.980)
	(10.619)	201.906	25.747	(15.030)	40.631

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.448	23.760	32.400
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	100	6	8
Pensionistas	879	4.006	5.462
Reformados e reformados antecipadamente	5.430	80.432	109.680
	11.857	108.204	147.550

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser detalhado como segue:

	2009	2008
Responsabilidades no início do período	1.390.429	1.480.165
Custo dos serviços correntes	14.455	16.124
Custo dos juros	74.207	71.945
(Ganhos)/Perdas actuariais	(72.258)	(104.774)
Reformas antecipadas	3.159	6.706
Valores pagos	(80.946)	(82.107)
Contribuições dos empregados	2.511	2.370
Responsabilidades no fim do período	1.331.557	1.390.429

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 43):

	2009	2008
Custo dos serviços correntes	14.455	16.124
Custo dos juros	74.207	71.945
Rendimento esperado	(74.337)	(79.525)
Custo do exercício – Plano de benefício definido	14.325	8.544
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	9	-
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	3.160	-
	17.494	8.544

O movimento na flutuação de valores em 2008 e 2009 foi o seguinte:

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2007	79.398
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2008	(93.268)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2008	272.696
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2008	(11.506)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2008	33.984
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2008	281.304
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2009	(64.152)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2009	54.934
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	(8.106)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	6.705
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 43)	(5.654)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	265.031

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue (Nota 18):

	2009	2008
Flutuação de valores	265.031	281.304
Excesso de financiamento	64.292	1.156
	329.323	282.460
Flutuação de valores – fundo de pensões da Sucursal de Londres	(240)	-
	329.083	282.460

Os desvios actuariais com pensões em 2009 e 2008 podem ser explicados como segue:

	2009	2008
Alteração dos pressupostos actuariais	(44.621)	(88.745)
Alteração da tabela salarial em 2009/ 2008 com impacto em pensões e salários	(13.748)	(1.711)
Alterações na população	(175)	903
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(8.270)	(5.989)
. Por permanência	6.555	7.103
Passagem de reformas antecipadas a reformados	(3.893)	(4.829)
	(64.152)	(93.268)

Em 2009 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto e das alterações da taxa de crescimento das pensões e da taxa de inflação. Em 2008, inclui apenas o impacto da subida da taxa de desconto de 5% para 5,5%.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2009 e 2008 são explicados como se segue:

	2009	2008
Alteração da taxa de desconto	(6.465)	(11.929)
Alterações salariais	(1.353)	229
Outros	(288)	194
	(8.106)	(11.506)

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2009 e 2008 relativas a 12 e 30 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.159 e mEuros 6.706, respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma, nos montantes de mEuros 697 e mEuros 1.736, respectivamente, foram registadas por resultados (mEuros 3.159 e mEuros 3.222 por reformas antecipadas e mEuros 697 e mEuros 1.232 por indemnizações, respectivamente) (Nota 43). Em 2008 foi ainda utilizada a provisão para reestruturação (mEuros 3.484 por reformas antecipadas e mEuros 504 por indemnizações).

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2009 e 2008 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 3,5% e 5,8%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e salários foi de 1,5% em 2009 e 2,6% em 2008.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2009	2008
Empregados no activo[(1)]	5.548	5.583
Pensionistas	879	842
Reformados e reformados antecipadamente	5.430	5.479
	11.857	11.904

(1) Dos quais 100 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida.

As principais alterações demográficas em 2008 e 2009 foram as seguintes:

	Activos	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31-12-2007	5.501	5.500	807
Saídas:			
. De activos	(227)	-	-
. Por mortalidade	-	(66)	(20)
. Outras	-	-	(11)
Transferências	(33)	33	-
Entradas	342	12	66
Número total em 31-12-2008	5.583	5.479	842
Saídas:			
. De activos	(116)	-	-
. Por mortalidade	(6)	(72)	(23)
. Outras	-	-	(8)
Transferências	(15)	15	-
Entradas	102	8	68
Número total em 31-12-2009	5.548	5.430	879

O movimento no Fundo de Pensões durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	1.486.078
Contribuições do Banco	212.400
Contribuições dos empregados	2.370
Rendimento líquido do Fundo	(227.156)
Valores pagos	(82.107)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	1.391.585
Contribuições do Banco	70.000
Contribuições dos empregados	2.511
Rendimento líquido do Fundo	12.699
Valores pagos	(80.946)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2009 e 2008 foram de 0,9% e -15,29%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	2009	2008
Instrumentos de dívida	800.575	777.465
Fundos de Investimento Imobiliário	238.881	234.283
Fundos de Investimento Mobiliário	76.017	198.191
Instrumentos de capital	152	152
Imóveis	88.273	87.765
Depósitos	180.638	75.116
Outros activos	11.313	18.613
	1.395.849	1.391.585

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	2009	2008
Imóveis arrendados	23.799	23.797
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	247.382	348.490
	271.181	372.287

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2009, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativo ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	AM92/AF92
Taxa de rendimento do fundo de pensões	6,20%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,70%
Taxa de crescimento salarial	4,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,50%
Taxa de inflação	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

Estimativa de responsabilidades por serviços passados	24.012
Cobertura – valor patrimonial do fundo	21.457
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(2.555)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades no início do período	19.510
Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Perdas actuariais	3.630
Valores pagos	(544)
Responsabilidades no fim do período	24.012

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	16.697
Rendimento líquido do fundo	2.343
Contribuição do Banco	2.772
Contribuições dos empregados	189
Valores pagos	(544)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457

O custo do exercício de 2009 da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

Contribuição do Banco – financiamento do fundo	2.772
Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Rendimento esperado	(1.028)
	3.160

Em 31 de Dezembro de 2009, a flutuação de valores da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)
Valor não financiado	(2.555)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	(240)

Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

Instrumentos de dívida	11.073
Instrumentos de capital	9.399
Depósitos	985
	21.457

Relativamente ao BSNP, em 2008 foi efectuada uma contribuição de mEuros 123 para o fundo de pensões referente ao exercício de 2007.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo da Santander Totta Seguros abrangidos pelo fundo de pensões da Companhia (Nota 1.3 k)), foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades por serviços passados com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 correspondia a mEuros 183 e mEuros 162, respectivamente. Nas mesmas datas, o valor do fundo de pensões ascendia a mEuros 188 e mEuros 173, respectivamente.

46. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Agosto de 2009 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de dez operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 19.950.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC.

Em Abril de 2009, a Totta - Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC) procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Como forma de financiamento, o Fundo LeaseTotta No. 1 FTC emitiu unidades de participação de montante idêntico à carteira de crédito adquirida, as quais foram integralmente subscritas pelo LeaseTotta No. 1 Limited, com sede na Irlanda.

O Fundo LeaseTotta No. 1 FTC entrega todos os montantes recebidos da Totta IFIC ao LeaseTotta No.1 Limited, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.462.000.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta No. 1 FTC são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. A Totta IFIC continua

a efectuar a gestão dos contratos de leasing e de aluguer de longa duração titularizados, entregando ao Fundo LeaseTotta No. 1 FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta No. 1 FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Hipototta PLC/Ltd e LeaseTotta, respectivamente, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros. O Fundo LeaseTotta No. 1 FTC entrega todos os montantes recebidos da Totta IFIC ao LeaseTotta No.1 Limited, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta PLC/Ltd e o LeaseTotta No. 1 Limited emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
					Data de	reembolso	Até ao reembolso	Após o reembolso
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	reembolso	antecipado	antecipado	antecipado
Classe A	1.053.200	285.313	AAA	Aaa	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	18.397	A+	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	8.108	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	311.818						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	322.818						

Hipottta nº 2 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
					Data de	reembolso	Até ao reembolso	Após o reembolso
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Fitch	reembolso	antecipado	antecipado	antecipado
Classe A	2.557.200	931.628	AAA	AAA	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39.800	30.053	AA+	AA+	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,5%	Euribor 3 m + 1%
Classe C	53.000	40.070	A	A	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	2.650.000	1.001.751						
Classe D	18.550	18.550			Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.668.550	1.020.301						

Hipottta nº 3 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
				Data de	reembolso	Até ao reembolso	Após o reembolso
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	reembolso	antecipado	antecipado	antecipado
Classe A	3.206.200	1.534.105	AAA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122.400	122.400	AA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71.400	71.400	A	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	3.400.000	1.727.905					
Classe D	17.000	17.000		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	3.417.000	1.744.905					

Hipottta nº 4 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
				Data de	reembolso	Até ao reembolso	Após o reembolso
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	reembolso	antecipado	antecipado	antecipado
Classe A	2.616.040	1.388.415	AAA	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	44.240	AA-	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	139.720	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	1.572.375					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	1.586.375					

Hipottta nº 5 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
					Data de	reembolso	Até ao reembolso	Após o reembolso
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	reembolso	antecipado	antecipado	antecipado
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	1.306.839	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	1.413.839						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	1.423.839						

Hipottta nº 6 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	224.400	-	AAA	Aaa	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.800.400	1.630.947	AAA	Aaa	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	52.400	52.400	AA	Aa2	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	36.300	36.300	A	A1	Julho de 2060	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	40.700	40.700	BBB	Baa1	Julho de 2060	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	45.800	45.800	BB-	Ba3	Julho de 2060	Euribor 3 m + 4,75%
	2.200.000	1.806.147				
Classe F	11.450	11.450	CCC-	Ca	Julho de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.211.450	1.817.597				

Hipototta nº 7 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.555.489	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	A	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	BB	B1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	2.000.000	1.759.489				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.020.000	1.779.489				

Hipototta nº 8 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	125.000	-	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.021.900	975.115	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	40.600	40.600	Aa3	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	25.000	25.000	A2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	12.500	12.500	Baa2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	25.000	25.000	Ba2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	1.250.000	1.078.215			
Classe F	22.550	22.550	Ca	Julho de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.272.550	1.100.765			

Hipototta nº 10 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A	927.500	782.046	Aaa	2062	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	20.000	20.000	Aa3	2062	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	20.000	20.000	A3	2062	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	20.000	20.000	Ba1	2062	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	12.500	12.500	B1	2062	Euribor 3 m + 4,75%
	1.000.000	854.546			
Classe F	20.000	20.000		2062	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.020.000	874.546			

LeaseTotta No. 1 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração
Classe A	1.040.000	1.040.000	AAA	Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000	-	Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 4,75%
	1.300.000	1.300.000			
Classe C	65.000	65.000	-	Janeiro de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.365.000	1.365.000			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC, Hipototta nº 4 PLC e Hipototta nº 10 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 6 Ltd e Hipototta nº 8 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

O saldo em dívida (valor nominal) das obrigações emitidas pelo LeaseTotta No. 1 Limited não será amortizado até Outubro de 2010. Até essa data, as amortizações dos créditos titularizados servirão para comprar novos créditos até ao limite do valor nominal inicialmente determinado (1.300 milhões de Euros). As classes A e B vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST e a Totta IFIC tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototas o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, do Hipototta nº 6 Ltd, do Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos primeiros quatro Hipototas, e as obrigações da classe F para os restantes, constituem o último passivo a liquidar pelos Hipototta PLC/Ltd. A obrigação classe C constitui o último passivo a liquidar pelo LeaseTotta No. 1 Limited.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST e pela Totta IFIC, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos Hipototta FTC e pelo LeaseTotta No. 1 FTC);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1, 2, 3 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1%, 1%, 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 6 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F dos Hipototta nº 7, 8 e 10 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

As obrigações com maior grau de subordinação (classe D, no caso dos primeiros quatro Hipototta e classe F para os outros) foram adquiridas por uma subsidiária do BST. As restantes obrigações emitidas pelos quatro primeiros Hipototta PLC, as obrigações das classes B a E emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e as obrigações das classes A1 e A2 do Hipototta nº 6 Ltd, do Hipototta nº 7 Ltd, do Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, foram adquiridas pelo BST e registadas na sua carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Em 2006 o Banco vendeu a totalidade das obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC e do Hipototta nº 4 PLC e parte das obrigações classe A do Hipototta nº 1 PLC e do Hipototta nº 3 PLC.

Em 2008 e 2009 o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC e obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC. Em 2009, recomprou ainda obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC e do LeaseTotta No. 1 FTC. Conforme anteriormente referido, em Outubro de 2009 o Hipototta nº 9 Ltd foi liquidado.

As obrigações classes B e C do LeaseTotta No. 1 FTC foram compradas pela Totta IFIC e registadas na sua carteira de activos financeiros disponíveis para venda. A aquisição da classe C foi financiada com recurso a um empréstimo concedido pelo BST no montante de mEuros 65.000, correspondente ao valor nominal dessa obrigação.

Foi igualmente contratualizado um instrumento de gestão de liquidez entre o BST e o LeaseTotta No.1 Limited que corresponde a uma facilidade de liquidez concedida ao LeaseTotta No. 1 Limited. O BST contratou um instrumento de gestão de liquidez simétrico com a Totta IFIC.

Foi igualmente celebrado um “Liquidity swap” entre o Grupo Santander e o Hipototta nº 1 PLC que corresponde a uma facilidade/linha de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte do Hipototta nº 1 PLC.

Registo contabilístico

De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e LeaseTotta No. 1 FTC e os Hipottota PLC/Ltd e LeaseTotta No.1 Limited e foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco e a Totta IFIC detêm a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, as operações relativas às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd e pelo LeaseTotta No. 1 Limited que são detidas pelo BST e suas subsidiárias e pela Totta IFIC foram anuladas no processo de consolidação.

47. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com as quais a ST SGPS e as empresas do Grupo mantêm saldos ou transacções nos exercícios de 2009 e 2008 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Totta & Açores Financing	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional - SGPS	Portugal
Tottaurbe - Emp. Administração e Construções, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Gestão de Activos SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	
Pinto Totta International Finance	Ilhas Cayman
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Partang, SGPS. S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
ISBANPT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo	
Abbey National, PLC	Reino Unido
Abbey National Life, PLC	Reino Unido
Abbey National Treasury Services PLC	Reino Unido
Abbey National Treasury Services Investments Limited	Reino Unido
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Multirent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Banesto Financial Products, PLC	Suíça
Catter Allen International, LTD	Reino Unido
Geoban, S.A.	Bahamas
Grupo Banesto	EUA
Open Bank Santander Consumer, S.A.	Espanha
Santander Investment Services, S.A.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Banco Español de Crédito, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGECR	Espanha
CC - Bank Aktiengesellschaft	Alemanha
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Santander Bank and Trust, Ltd.	Bahamas
Banco Santander Bahamas International, Ltd.	Bahamas
Banco Santander International Miami	EUA
Santander Central Hispano Financial Services, Ltd.	Ilhas Cayman
Santander Central Hispano Issuances, Ltd.	Ilhas Cayman
Santander Factoring y Confirming, S.A., E.F.C.	Espanha
Banco Santander Serfín, S.A.	México
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Santander Overseas Bank, Inc.	Porto Rico
Produban Servicios Informaticos Generales, SL	Espanha
Unión de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo	
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Investment Securities, Inc	EUA
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañia Aseguradora, S.A.	Espanha
H.B.F. Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Espanha
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Entidades de propósito especial	
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 2 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 3 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 6 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 8 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 9 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 10 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 2 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 3 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 6 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 8 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 9 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 10 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda

Em 31 de Dezembro de 2009 e no exercício então findo, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Activos:	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20.694	-	-	7.702
Activos financeiros detidos para negociação	502.852	-	-	4.819
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.743	-	-	802.010
Activos financeiros disponíveis para venda	1.628	-	-	1.058.166
Aplicações em instituições de crédito	697.294	-	-	13.310
Crédito a clientes	-	-	2	154.774
Derivados de cobertura	233.982	-	-	2.941
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	2.634	-
Outros activos	22	3	268	-
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.002.290	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	1.583.861	19.340	-	2.604.012
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	258	9.728	13.301
Responsabilidades representadas por títulos	97.008	-	-	2.383.484
Derivados de cobertura	190.280	-	-	2.227
Passivos subordinados	25.016	-	-	-
Outros passivos	114.848	3	5	15
Custos:				
Juros e encargos similares	674.492	33	1	71.271
Encargos com serviços e comissões	1.334	-	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6.307.464	-	-	70.999
Resultados de reavaliação cambial	4.436	-	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	413	-	-	1.217
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	103	-
Gastos gerais administrativos	-	-	15.775	19.541
Resultados de activos afectos a passivos por seguros	-	-	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	783.821	-	-	33.537
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6.315.424	-	-	73.586
Rendimentos de serviços e comissões	25	-	-	443
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	956	-	-	80.921
Margem bruta da actividade de seguros	113	-	-	1.468
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	415.514	-	-	324
Garantias recebidas	715	-	-	-
Compromissos perante terceiros	2.450	25	8	27.069
Operações cambiais e instrumentos derivados	64.272.141	869	-	114.109

Em 31 de Dezembro de 2008 e no exercício então findo, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.770	-	-	29.553
Activos financeiros detidos para negociação	278.160	-	-	5.426
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10.155	-	-	502.917
Activos financeiros disponíveis para venda	1.669	-	-	21.445
Aplicações em instituições de crédito	720.209	-	-	27.000
Crédito a clientes	-	-	-	178.301
Derivados de cobertura	184.446	-	-	5.096
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	2.236	-
Outros activos	3	-	2.175	40
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	832.586	-	-	4.205
Recursos de outras instituições de crédito	1.719.376	-	-	1.945.945
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	3.874	3.926
Responsabilidades representadas por títulos	49.992	-	-	2.810.702
Derivados de cobertura	23.750	-	-	10.249
Outros passivos	104.856	-	46	1.727
Custos:				
Juros e encargos similares	1.090.219	-	196	264.592
Encargos com serviços e comissões	750	-	-	11
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5.163.414	-	-	106.518
Resultados de reavaliação cambial	-	6	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	295	-	-	45.031
Margem bruta da actividade de seguros	15	-	-	6.678
Gastos gerais administrativos	-	-	20.520	6.413
Resultados de activos afectos a passivos por seguros	48	-	-	43
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	999.039	-	-	11.850
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4.764.598	-	-	108.373
Resultados de reavaliação cambial	494	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	69	-	-	938
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	956	-	-	23.488
Margem bruta da actividade de seguros	35	-	-	784
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	156.402	-	-	324
Garantias recebidas	724	-	-	-
Compromissos perante terceiros	37.615	-	10	30.016
Operações cambiais e instrumentos derivados	47.747.788	-	-	253.273

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência, ascendiam a mEuros 1.178 e mEuros 1.238, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 7.262 e mEuros 9.251, respectivamente (Nota 43).

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 48 e que está dividido em ciclos. Para os órgãos sociais, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal nos exercícios de 2009 e 2008 é apresentado de seguida:

	2009	2008
Primeiro ciclo – PI09	281	618
Segundo ciclo – PI10	793	793
Terceiro ciclo – PI11	948	474
Quarto ciclo – PI12	384	-
	2.406	1.885

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo BST. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3 k). Em 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades com este benefício ascendiam a mEuros 140 (mEuros 201 em 31 de Dezembro de 2008).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST e cujo tempo de desempenho no cargo tenha sido superior a quinze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social. A comissão de vencimentos deliberou definir a atribuição e o montante da pensão complementar de reforma por velhice ou invalidez, podendo esta complementar entre 65% a 80% do vencimento fixo bruto anual, dependendo da antiguidade dos mesmos no cargo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 8.529 e mEuros 7.392, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões de reforma e outros encargos” (Nota 25).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

48. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Na Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander de 23 de Junho de 2007 foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander", para os períodos de 23 de Junho de 2007 a 31 de Dezembro de 2009 (com data de entrega das acções respeitantes ao primeiro ciclo até 31 de Julho de 2009 e do segundo ciclo até 31 de Julho de 2010). O Grupo está inserido neste plano abrangendo cerca de 340 colaboradores.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades compreendidas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção.

Em 2009 foi concluído o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos (PI09). A percentagem aplicada sobre o número máximo de acções que foram atribuídas no início do ciclo foi de 90,79%. Esta percentagem reflecte a evolução do Banco Santander face aos dois parâmetros supra referidos. Em termos do retorno total para o accionista o Banco Santander classificou-se em sétimo lugar com 53,79%. Em termos do crescimento do lucro por acção, o Banco Santander ficou em primeiro lugar do grupo de referência com 7,70%. A entrega das referidas acções ocorreu em 6 de Julho de 2009, ao preço de abertura da acção do Banco Santander nesse dia (8,49 Euros por acção).

Em 2008 o Plano foi alargado para um terceiro ciclo até 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 para um quarto ciclo até 31 de Dezembro de 2011 (com datas de entrega das acções previstas até 31 de Julho de 2011 e até 31 de Julho de 2012, respectivamente). Estas extensões abrangeram cerca de 341 e 337 colaboradores, respectivamente.

Conforme referido na nota 1.3 r), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores das empresas do Grupo a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2009 e 2008, o custo deste plano pode ser apresentado como segue:

	2009	2008
Primeiro ciclo – PI09	634	1.267
Segundo ciclo – PI10	1.254	1.254
Terceiro ciclo – PI11	1.283	642
Quarto ciclo – PI12	583	-
	3.754	3.163

PI09 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 1º ciclo
PI10 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 2º ciclo
PI11 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 3º ciclo
PI12 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 4º ciclo

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2007:					
PI09	440.949	5,7474	Jul-2009	340	2007
PI10	660.683	5,6936	Jul-2010	340	2007
Movimento em 2008:					
PI09 - Anulações (*)	(16.030)			-10	
PI10 - Anulações (*)	(24.020)			-10	
PI11 - Atribuição de acções	707.381	5,4419	Jul-2011	341	2008
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2008:					
PI09	424.919	5,7474	Jul-2009	330	2007
PI10	636.663	5,6936	Jul-2010	330	2007
PI11	707.381	5,4419	Jul-2011	341	2008
Movimento em 2009:					
PI09 - Anulações (*)	(540)			-1	
PI09 - Acções disponibilizadas	(385.936)		Jul-2009	-329	
PI09 - Acções não disponibilizadas (**)	(38.443)				
PI10 - Anulações (*)	(800)			-1	
PI12 - Atribuição do direito	775.819	4,5112	Jul-2012	337	2009
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:					
PI10	635.863	5,6936	Jul-2010	329	2007
PI11	707.381	5,4419	Jul-2011	341	2008
PI12	775.819	4,5112	Jul-2012	337	2009

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

Adicionalmente, o Grupo Santander teve um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial (PI06), abrangendo 2.601 colaboradores, e que consistiu em opções sobre acções do Banco Santander condicionadas à valorização relativa da cotação da respectiva acção e ao crescimento do resultado líquido por acção em relação a um grupo de bancos comparáveis. As datas de início e de conclusão do direito verificaram-se entre 15 de Janeiro de 2008 e 15 de Janeiro de 2009.

Estiveram abrangidos por este plano 166 colaboradores do Grupo, incluindo o pessoal chave da gerência. As condições do plano foram cumpridas, o que permitiu o exercício das opções durante o exercício de 2008 a 9,09 Euros.

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2009 (2º, 3º e 4º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.

- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI10	PI11	PI12
Volatilidade (*)	15,67%	19,31%	42,36%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	3,24%	3,47%	4,88%
Taxa de juro sem risco	4,497%	4,835%	2,040%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 42,3% para PI10, 44,9% para PI11 e 55,42% para PI12, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição;

- Dada a elevada correlação entre o RTA e o crescimento do lucro por acção (BPA), considerou-se que a valorização do RTA é também válida para o BPA. Esta valorização, por se referir a uma condição que não é de mercado, é revista e ajustada anualmente.

49. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2009				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	524.421	231.990	-	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	114.660	111.781	-	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	-	-	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.005.555	-	-	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.976.995	-	30.248	(45.431)	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	-	2.597.135	-	-	2.597.135
Crédito a clientes	77.203	32.828.604	-	(487.461)	32.418.346
Derivados de cobertura	259.515	-	-	-	259.515
Investimentos em associadas	2.134	-	-	(500)	1.634
	11.323.111	36.064.820	374.019	(533.392)	47.228.558
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	-	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.485.448	-	-	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	-	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.185.646	-	-	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.149.695	13.931.602	-	-	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	4.696.343	9.351.803	-	-	14.048.146
Derivados de cobertura	237.067	-	-	-	237.067
Provisões técnicas	-	337.589	-	-	337.589
Passivos subordinados	-	278.851	-	-	278.851
	13.679.168	30.852.953	-	-	44.532.121

	2008				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	381.499	232.634	-	614.133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	164.639	168.031	-	332.670
Activos financeiros detidos para negociação	1.652.320	-	-	-	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.794.107	-	-	-	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	2.159.283	-	26.451	(44.828)	2.140.906
Aplicações em instituições de crédito	-	1.354.664	-	-	1.354.664
Crédito a clientes	88.316	33.066.502	-	(442.184)	32.712.634
Derivados de cobertura	197.494	-	-	-	197.494
Investimentos em associadas	2.236	-	-	(500)	1.736
	7.893.756	34.967.304	427.116	(487.512)	42.800.664
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	2.404.159	-	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.259.609	-	-	-	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.138.379	-	-	-	4.138.379
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.909.492	-	-	4.909.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.559.183	14.141.065	-	-	15.700.248
Responsabilidades representadas por títulos	3.490.350	7.863.217	-	-	11.353.567
Derivados de cobertura	89.251	-	-	-	89.251
Provisões técnicas	-	290.810	-	-	290.810
Passivos subordinados	-	279.184	-	-	279.184
	10.536.772	29.887.927	-	-	40.424.699

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

O montante apresentado nesta Nota como "Provisões técnicas" corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor" através de resultados inclui mEuros 4.348.608 e mEuros 3.637.615, respectivamente, referente à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" inclui mEuros 29.593 e mEuros 45.510, respectivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 23).

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento colectivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento colectivo encontram-se registados na rubrica "Outros activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados", cuja valorização em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascende a mEuros 3.405.661 e mEuros 3.195.289, respectivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afectos aos referidos produtos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	9.141.218	(9.273.030)	(131.812)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	841.467	(183.394)	658.073	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	128.271	(9.336)	118.935	35.724	(4.241)	31.483
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56.298	-	56.298	-	-	-
Crédito a clientes	1.398.490	(234.664)	1.163.826	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	30.280	(2.184)	28.096	-	-	-
Derivados de cobertura	1.112.840	(991.083)	121.757	-	(32.500)	(32.500)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	774.634	(1.256.272)	(481.638)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(122.259)	(122.259)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	93.818	(286.728)	(192.910)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	51.993	(340.110)	(288.117)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(7.570)	(7.570)	-	-	-
Provisões técnicas	93.016	(82.260)	10.756	-	-	-
	13.722.325	(12.788.890)	933.435	35.724	(36.741)	(1.017)
Garantias prestadas	21.301	(642)	20.659			

	2008					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	23.259.377	(23.297.332)	(37.955)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	396.068	(575.519)	(179.451)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	326.184	(196.562)	129.622	-	(116.890)	(116.890)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	115.647	-	115.647	-	-	-
Crédito a clientes	2.113.430	(192.416)	1.921.014	-	-	-
Derivados de cobertura	739.308	(676.035)	63.273	58.030	-	58.030
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.543.967	(1.276.495)	267.472	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(287.297)	(287.297)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.523	(420.688)	(366.165)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	33.565	(743.532)	(709.967)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(19.276)	(19.276)	-	-	-
Provisões técnicas	94.405	(83.748)	10.657	-	-	-
	28.676.474	(27.768.900)	907.574	58.030	(116.890)	(58.860)
Garantias prestadas	18.175	(1.949)	16.226			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 19.223 e mEuros 16.928, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.340	-	5.340	13.927	-	13.927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	805	-	805	3.795	-	3.795
Activos financeiros disponíveis para venda	99.256	-	99.256	110.065	-	110.065
Aplicações em instituições de crédito	50.153	-	50.153	97.925	-	97.925
Crédito a clientes	1.225.866	(662)	1.225.204	1.907.522	(565)	1.906.957
	1.381.420	(662)	1.380.758	2.133.234	(565)	2.132.669
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(21.661)	(21.661)	-	(67.640)	(67.640)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(97.827)	(97.827)	-	(219.658)	(219.658)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.818	(266.281)	(257.463)	9.386	(366.618)	(357.232)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(265.340)	(265.340)	-	(596.745)	(596.745)
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	(7.570)	(7.570)	-	(19.276)	(19.276)
	8.818	(658.679)	(649.861)	9.386	(1.269.937)	(1.260.551)
Garantias prestadas	20.446	-	20.446	17.756	-	17.756

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	41.390	(13.189)	28.201	46.169	(17.333)	28.836
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.708	-	44.708	42.187	-	42.187

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2009 e 2008 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 5.221 e mEuros 7.661, respectivamente (Nota 32).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor bruto	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	72.573	73.121	4.082	77.203	72.575	(4.469)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	93.937	5.957	99.894	90.000	(6.732)
Activos financeiros disponíveis para venda	400.000	403.077	7.767	410.844	400.000	(6.617)
Recursos de bancos centrais	(1.250.000)	(1.256.597)	(2.771)	(1.259.368)	1.250.000	7.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.159.601)	(1.163.457)	13.762	(1.149.695)	1.166.698	(28.611)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.633.472)	(4.703.884)	7.541	(4.696.343)	4.540.264	(6.482)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	9.512.747	9.512.747	-	9.512.747	9.512.747	90.674
Recursos de outras instituições de crédito	(1.659.100)	(1.659.100)	-	(1.659.100)	1.659.100	(7.800)
Passivos emitidos	(4.353.646)	(4.353.646)	-	(4.353.646)	4.353.646	(14.934)
	(2.980.499)	(3.053.802)	36.338	(3.017.464)	23.045.030	22.448

	2008					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor bruto	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	84.707	85.307	3.009	88.316	84.708	(2.924)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	94.632	4.186	98.818	90.000	(3.884)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.653.029)	(1.566.878)	7.695	(1.559.183)	1.657.781	10.616
Responsabilidades representadas por títulos	(3.710.295)	(3.494.278)	3.928	(3.490.350)	3.700.761	45.988
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.500.000	2.500.000	-	2.500.000	2.500.000	58.447
	(2.688.617)	(2.381.217)	18.818	(2.362.399)	8.033.250	108.243

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	4.171	35.315	3.117	25.337	-	67.940

	2008					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	(14.948)	(12.375)	85.770	-	-	58.447

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em operações financeiras					
	2009			2008		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	1.073	(1.073)	-	4.746	(4.746)	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.771	(1.796)	(25)	9.688	(11.573)	(1.885)
Activos financeiros disponíveis para venda	7.767	(6.617)	1.150	-	-	-
Recursos de bancos centrais	(2.771)	2.771	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.424	(17.970)	3.454	(49.521)	49.662	141
Responsabilidades representadas por títulos	(25.745)	25.686	(59)	(113.221)	116.456	3.235
Passivos subordinados	-	-	-	-	354	354
	3.519	1.001	4.520	(148.308)	150.153	1.845

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	756.411	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	226.441	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.005.555	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.939.618	22.194	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	-	2.597.135	2.597.135
Crédito a clientes	77.203	32.341.143	32.418.346
Derivados de cobertura	259.515	-	259.515
Investimentos em associadas	1.634	-	1.634
	11.285.234	35.943.324	47.228.558
Passivo			
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.485.448	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.185.646	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.149.695	13.931.602	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	4.696.343	9.351.803	14.048.146
Derivados de cobertura	237.067	-	237.067
Provisões técnicas	-	337.589	337.589
Passivos subordinados	-	278.851	278.851
	13.679.168	30.852.953	44.532.121

	2008		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	614.133	614.133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	332.670	332.670
Activos financeiros detidos para negociação	1.652.320	-	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.794.107	-	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	2.122.598	18.308	2.140.906
Aplicações em instituições de crédito	-	1.354.664	1.354.664
Crédito a clientes	88.316	32.624.318	32.712.634
Derivados de cobertura	197.494	-	197.494
Investimentos em associadas	1.736	-	1.736
	7.856.571	34.944.093	42.800.664
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	2.404.159	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.259.609	-	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.138.379	-	4.138.379
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.909.492	4.909.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.559.183	14.141.065	15.700.248
Responsabilidades representadas por títulos	3.490.350	7.863.217	11.353.567
Derivados de cobertura	89.251	-	89.251
Provisões técnicas	-	290.810	290.810
Passivos subordinados	-	279.184	279.184
	10.536.772	29.887.927	40.424.699

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2009					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	526.831	(562)	1.475.440	-	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.946.703	52.895	5.957	-	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.973.342	56.317	(60.431)	7.767	(37.377)	4.939.618
Crédito a clientes	72.573	548	-	4.082	-	77.203
Derivados de cobertura	-	-	259.515	-	-	259.515
Investimentos em associadas	385	-	1.749	-	(500)	1.634
	9.519.834	109.198	1.682.230	11.849	(37.877)	11.285.234
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.250.000	6.597	-	2.771	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.485.448	-	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.848.608	2.639	-	-	-	4.851.247
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.159.601	3.856	-	(13.762)	-	1.149.695
Responsabilidades representadas por títulos	4.633.472	70.412	-	(7.541)	-	4.696.343
Derivados de cobertura	-	-	237.067	-	-	237.067
	11.891.681	83.504	1.722.515	(18.532)	-	13.679.168

	2008					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	586.117	(5.232)	1.071.435	-	-	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.725.731	64.190	4.186	-	-	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	2.235.790	19.681	(96.188)	-	(36.685)	2.122.598
Crédito a clientes	84.707	600	-	3.009	-	88.316
Derivados de cobertura	-	-	197.494	-	-	197.494
Investimentos em associadas	385	-	1.851	-	(500)	1.736
	6.632.730	79.239	1.178.778	3.009	(37.185)	7.856.571
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.259.609	-	-	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.137.615	764	-	-	-	4.138.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.542.158	24.720	-	(7.695)	-	1.559.183
Responsabilidades representadas por títulos	3.428.887	65.391	-	(3.928)	-	3.490.350
Derivados de cobertura	-	-	89.251	-	-	89.251
	9.108.660	90.875	1.348.860	(11.623)	-	10.536.772

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram em cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	507.661	1.480.412	13.636	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.334.166	-	671.389	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	3.288.695	420.899	1.230.024	4.939.618
Crédito a clientes	-	77.203	-	77.203
Derivados de cobertura	-	259.515	-	259.515
Investimentos em associadas	-	1.634	-	1.634
	7.130.522	2.239.663	1.915.049	11.285.234
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	1.259.368	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.485.448	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.348.608	502.639	4.851.247
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.149.695	-	1.149.695
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.696.343	-	4.696.343
Derivados de cobertura	-	237.067	-	237.067
	-	13.176.529	502.639	13.679.168

	2008			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização	Outras técnicas de valorização	Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	441.871	1.072.833	137.616	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.294.107	-	500.000	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	665.488	281.927	1.175.183	2.122.598
Crédito a clientes	-	88.316	-	88.316
Derivados de cobertura	-	197.494	-	197.494
Investimentos em associadas	-	1.736	-	1.736
	4.401.466	1.642.306	1.812.799	7.856.571
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.259.609	-	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.637.615	500.764	4.138.379
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.559.183	-	1.559.183
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.490.350	-	3.490.350
Derivados de cobertura	-	89.251	-	89.251
	-	10.036.008	500.764	10.536.772

A valorização dos activos e passivos financeiros da Sociedade compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor por cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções cotadas em mercados activos.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos das carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização dos cash flows futuros e a modelos de valorizados baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – A Sociedade classifica neste nível a valorização de instrumentos financeiros que utilizam modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais a Sociedade utiliza extrapolações de dados de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	756.411	756.411	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	226.441	226.441	-
Activos financeiros disponíveis para venda	22.194	22.194	-
Aplicações em instituições de crédito	2.597.135	2.683.343	86.208
Crédito a clientes	32.341.143	32.316.292	(24.851)
	35.943.324	36.004.681	61.357
Passivo			
Recursos de bancos centrais	767.462	767.688	(226)
Recursos de outras instituições de crédito	6.185.646	6.238.220	(52.574)
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.931.602	13.957.294	(25.692)
Responsabilidades representadas por títulos	9.351.803	9.298.482	53.321
Provisões técnicas	337.589	337.589	-
Passivos subordinados	278.851	276.469	2.382
	30.852.953	30.875.742	(22.789)

	2008		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	614.133	614.133	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	332.670	332.670	-
Activos financeiros disponíveis para venda	18.308	18.308	-
Aplicações em instituições de crédito	1.354.664	1.400.316	45.652
Crédito a clientes	32.624.318	32.346.988	(277.330)
	34.944.093	34.712.415	(231.678)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	2.404.159	2.404.159	-
Recursos de outras instituições de crédito	4.909.492	4.911.543	(2.051)
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.141.065	14.148.488	(7.423)
Responsabilidades representadas por títulos	7.863.217	7.783.420	79.797
Provisões técnicas	290.810	290.810	-
Passivos subordinados	279.184	237.876	41.308
	29.887.927	29.776.296	111.631

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Em 31 de Dezembro de 2009, os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário. Em 31 de Dezembro de 2008, para as aplicações e recursos de instituições de crédito com prazo inferior a 6 meses, foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para as restantes operações, os fluxos futuros foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;

- O justo valor do crédito concedido a taxa variável a empresas foi considerado igual ao valor de balanço. Para o crédito concedido a particulares (habitação e consumo) e pequenos negócios (empréstimos), foi considerado o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa a empresas ou particulares, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;

- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;

- No caso das responsabilidades representadas por títulos pelo Banco, foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

De acordo com a Norma IFRS 4, a Santander Totta Seguros efectuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da Norma IAS 39, atendendo ao facto de, na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);

- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 23.300 e mEuros 31.798, respectivamente e encontram-se reflectidos na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação”.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

Actividade Bancária e outras

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e de *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento, pelas contrapartes, dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Actividade Seguradora

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco reside em grande parte no spread de crédito representativo do risco do emissor.

De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Gestão de Activos. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (LT2 e Corporate) que apresentem ratings mínimos de A3/A-, com *outlook* estável (pelas Agências de rating Moodys e S&P) e spread de crédito abaixo de 300bp's face à taxa swap equivalente à data da compra.

Excepcionalmente, pode ser definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos. No entanto deverá ser sempre documentado e devidamente justificado a razão da sua aquisição.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do rating). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Investimentos.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um rating, e que na ausência deste, se possa associar um rating mínimo caso exista evidência.

O rating consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O rating atribuído por uma Agência, não é uma garantia de que a probabilidade de default seja proporcionalmente inversa à qualidade e nível do rating, ou seja quanto mais alto o rating, menor a probabilidade de default, mas é uma medida de risco orientada para o futuro e serve para qualificar o tipo de risco.

Em termos de rating, a Companhia utiliza os dados fornecidos pelas seguintes agências: Moodys, Standard & Poors e Fitch Ibca.

O rating utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver rating, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o rating é o da dívida sénior.

- No caso de CDO, ABS ou outras estruturas (ex: Credit Link Notes), é frequente existir um activo ou um conjunto de activos subjacentes ou como colateral, com rating atribuído. Como servem de colateral, neste caso em função dos subjacentes é utilizado o rating mais baixo do cabaz ou ponderado pelo tipo de activo (first-to-default, pro-rata).

- No caso de não ser possível atribuir um rating, então considera-se a emissão como sem rating.

O rating utilizado é o mais baixo entre o da Moodys o da Standard & Poors, recorrendo-se apenas à Fitch Ibca caso não exista informação das outras companhias.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos spreads de crédito de diferentes sectores por diferentes prazos como forma de ajuda para avaliação de activos: obrigações e estruturas, e activos derivados: asset swaps.

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com cinco: Swiss Re, General Cologne Re, Partner Re, New Re e Munich Re. Os ratings dos maiores grupos resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Swiss Re	A+
General Cologne Re	AAA
Munich Reinsurance Co.	AA-
Partner Re	AA-
Genworth	A-
National Re	A+
New Re	AA-

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2009		2008	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	756.411	756.411	614.133	614.133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	226.441	226.863	332.670	357.087
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	2.001.709	1.652.320	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.005.555	4.005.555	3.794.107	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	4.961.812	4.961.812	2.140.906	2.140.906
Aplicações em instituições de crédito	2.597.135	2.597.135	1.354.664	1.354.664
Crédito a clientes	32.418.346	40.645.494	32.712.634	39.677.167
Derivados de cobertura	259.515	259.515	197.494	197.494
Investimentos em associadas	1.634	1.634	1.736	1.736
	47.228.558	55.456.128	42.800.664	49.789.614
Garantias prestadas	2.139.230	2.139.230	1.938.118	1.938.118

A exposição máxima de “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2009, inclui os montantes de mEuros 2.240.834 e mEuros 5.986.314 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.684.001 e mEuros 5.280.532 em 31 de Dezembro de 2008, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. O Grupo, para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Crédito ao consumo	1.187.917	1.122.214
Crédito à habitação	15.302.418	14.927.121
Outros créditos concedidos a particulares	383.853	520.504
Cartões de crédito de particulares	240.268	229.424
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	17.114.456	16.799.263
Crédito concedido a grandes empresas	2.135.125	2.372.739
Crédito concedido a médias empresas	7.057.740	5.645.569
Crédito concedido a pequenas empresas	1.886.687	3.430.839
Cartões de crédito de empresas	12.309	11.978
Crédito concedido a instituições financeiras	1.011	1.052
Papel comercial	2.658.983	2.916.567
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	13.751.855	14.378.744
Garantias prestadas	2.112.715	1.904.950
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	32.979.026	33.082.957

As análises de risco são suportadas por um modelo de rating desenvolvido pelo Grupo, de elaboração obrigatória, excepto no que se refere a clientes particulares e a empresários em nome individual. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	
Geração de fluxos	25%	55%
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido em empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2009		2008	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	1.472.002	137.090	1.763.112	221.572
Rating 4 - 6	7.434.913	1.325.342	8.112.620	1.194.738
Rating 1 - 3	562.246	70.065	218.488	43.645
	9.469.161	1.532.497	10.094.220	1.459.955
Sem Rating	1.610.391	130.649	1.354.927	394.054
	11.079.552	1.663.146	11.449.147	1.854.009
Cartões de crédito de empresas	12.309	-	11.978	-
Instituições Financeiras	1.011	449.569	1.052	50.941
Papel comercial	2.658.983	-	2.916.567	-
	13.751.855	2.112.715	14.378.744	1.904.950

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascendem a mEuros 53.355 e mEuros 50.120, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,31% e 0,30%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação entre 2006 e 2009, pode ser detalhado como segue:

	2009			2008		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas						
Grandes empresas	-	-	-	4.579	-	4.579
Médias empresas	24.596	5.559	30.155	11.872	4.006	15.878
Pequenas empresas	34.890	3.142	38.032	44.217	2.077	46.294
	59.486	8.701	68.187	60.668	6.083	66.751
Particulares	124.890	20.350	145.240	74.099	10.712	84.811
	184.376	29.051	213.427	134.767	16.795	151.562

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Vincendo	1.543.352	1.518.233
Vencido		
. Até 90 dias	28.785	31.168
. Entre 90 e 180 dias	30.664	37.136
. Mais de 180 dias	342.106	202.549
	1.944.907	1.789.086
Garantias prestadas	26.515	10.686

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante de crédito vencido ou em imparidade apurada através de análise específica que se encontra colaterizado por garantia hipotecária e por penhor de depósitos no Grupo ou por títulos de dívida emitidos pela própria instituição, apresenta a seguinte composição:

	2009		2008	
	Capital em divida	Valorização da garantia/colateral	Capital em divida	Valorização da garantia/colateral
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em divida	349.430	823.805	320.174	751.262
Garantia inferior ao capital em divida	96.760	40.536	182.545	114.608
Sem garantia	394.667	-	311.793	-
	840.857	864.341	814.512	865.870

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 117.062 e mEuros 115.162, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	122.075	127.087
Outros activos recebidos em dação em pagamento	35.421	33.813
Activos financeiros disponíveis para venda	22.120	22.120
	179.616	183.020
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	(38.139)	(41.394)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(2.295)	(4.344)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.120)	(22.120)
	(62.554)	(67.858)
	117.062	115.162

Instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço referente a instrumentos de divida apresentam o seguinte detalhe, por *rating* externo:

	2009	2008
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P/Moody's		
AAA	-	405
AA	-	4
Sem rating externo	13.636	137.616
	13.636	138.025
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P/Moody's		
AAA	169.613	263.587
AA + / AA / AA -	1.372.986	834.227
A + / A / A -	1.479.662	1.354.954
BBB + / BBB / BBB -	322.428	176.398
BB -	9.597	1.200
B +	44.416	-
CCC	2.526	-
D	7.283	-
Sem rating externo	65.497	626.058
	3.474.008	3.256.424
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P/Moody's		
AAA	178.697	58.022
AA + / AA / AA -	1.123.339	634.567
A + / A / A -	2.224.607	573.510
BBB + / BBB / BBB -	307.575	96.277
BB + / BB	153.359	-
B +	700	-
Sem rating externo	802.959	625.096
	4.791.236	1.987.472
	8.278.880	5.381.921

RISCO DE LIQUIDEZ

Actividade Bancária e outras

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liabilities Management (ALM),* o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva do Banco, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro;
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2009 o Grupo tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) no montante global de mEuros 10.000.000, do qual ainda falta utilizar mEuros 7.135.430.

De referir que não é realizada pelo Grupo uma análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (trading).

Actividade Seguradora

A monitorização do Risco de Liquidez é efectuada mensalmente em sede de Comité de Investimentos. Foram definidos limites de gestão de balanço no que respeita a:

- Sensibilidade da Margem Financeira a variações paralelas da taxa de juro;
- Sensibilidade do Valor Patrimonial a variações paralelas da taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	282.849	776	3.620	479.439	-	-	-	766.684
Disponibilidades em outras instituições de crédito	226.441	-	-	-	-	-	-	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	2.001.709	-	-	-	-	-	-	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.405.661	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-	4.019.509
Activos financeiros disponíveis para venda	2	66.451	233.144	638.224	2.391.675	2.109.026	215.561	5.654.083
Aplicações em instituições de crédito	1.714.452	92.244	175.563	125.811	68.371	615.668	-	2.792.109
Crédito a clientes	810.852	3.905.335	4.882.334	6.752.815	3.584.065	19.431.896	-	39.367.297
Derivados de cobertura	259.515	-	-	-	-	-	-	259.515
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	2.134	2.134
	8.701.481	4.565.876	5.299.707	8.006.385	6.141.747	22.156.590	217.695	55.089.481
Passivo								
Recursos de bancos centrais	5.028	8.480	2.020.611	-	-	-	-	2.034.119
Passivos financeiros detidos para negociação	1.485.448	-	-	-	-	-	-	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.348.608	-	505.153	-	-	-	-	4.853.761
Recursos de outras instituições de crédito	626.652	2.397.711	640.806	1.909.878	217.444	671.870	-	6.464.361
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.534.167	4.198.176	3.228.536	678.249	1.541.677	25.792	-	15.206.597
Responsabilidades representadas por títulos	177.531	4.179.488	1.211.708	3.632.063	1.754.008	3.905.488	-	14.860.286
Derivados de cobertura	237.067	-	-	-	-	-	-	237.067
Provisões técnicas	30.801	1.509	10.519	33.268	16.034	245.458	-	337.589
Outros passivos subordinados	-	1.186	3.078	8.539	8.529	393.496	-	414.828
	12.445.302	10.786.550	7.620.411	6.261.997	3.537.692	5.242.104	-	45.894.056

	2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	274.424	1.753	5.542	348.106	-	-	-	629.825
Disponibilidades em outras instituições de crédito	332.670	-	-	-	-	-	-	332.670
Activos financeiros detidos para negociação	1.652.320	-	-	-	-	-	-	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.195.289	503.716	4.901	9.810	103.098	-	-	3.816.814
Activos financeiros disponíveis para venda	2	32.350	169.802	366.859	169.840	1.912.324	197.712	2.848.889
Aplicações em instituições de crédito	211.127	116.757	281.789	201.010	61.872	670.124	-	1.542.679
Crédito a clientes	851.260	3.267.132	3.952.633	11.000.227	4.211.531	28.648.026	-	51.930.809
Derivados de cobertura	197.494	-	-	-	-	-	-	197.494
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	2.236	2.236
	6.714.586	3.921.708	4.414.667	11.926.012	4.546.341	31.230.474	199.948	62.953.736
Passivo								
Recursos de bancos centrais	500.272	1.907.661	-	-	-	-	-	2.407.933
Passivos financeiros detidos para negociação	1.259.609	-	-	-	-	-	-	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.637.615	501.458	-	-	-	-	-	4.139.073
Recursos de outras instituições de crédito	375.039	990.614	1.058.802	1.969.770	54.132	849.996	-	5.298.353
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.702.775	5.150.880	4.193.872	770.597	102.871	142.704	-	16.063.699
Responsabilidades representadas por títulos	214.452	1.147.193	1.800.088	3.909.326	890.949	6.150.290	-	14.112.298
Derivados de cobertura	89.251	-	-	-	-	-	-	89.251
Provisões técnicas	7.374	4.256	20.148	33.679	17.082	208.271	-	290.810
Outros passivos subordinados	-	2.882	8.807	23.378	23.410	323.378	-	381.855
	11.786.387	9.704.944	7.081.717	6.706.750	1.088.444	7.674.639	-	44.042.881

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados com "não estruturais" foram considerados como exigíveis "à vista", com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista;

- Os passivos e activos associados a produtos "unit link" da actividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis "à vista" pelo montante do respectivo justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de Negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente o Grupo procede a outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado, nomeadamente a Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua imediata correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um excelente indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Utilizam-se igualmente medidas de sensibilidades e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas. Referimo-nos ao cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que podemos classificar em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades);

- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2009				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	282.501	-	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	226.441	-	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	14.198	-	507.099	1.480.412	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.399.089	1.516.067	90.399	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	3.037.836	1.726.945	197.031	-	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	1.860.859	176.014	560.262	-	2.597.135
Crédito a clientes	5.176.542	27.229.935	11.869	-	32.418.346
Derivados de cobertura	-	-	-	259.515	259.515
Investimentos em associadas	-	-	1.634	-	1.634
	12.488.524	31.122.871	1.877.236	1.739.927	47.228.558
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.015.638	-	11.192	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.485.448	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.848.608	-	2.639	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	3.287.391	2.328.996	569.259	-	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.108.637	4.803.693	168.967	-	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	8.013.236	5.967.570	67.340	-	14.048.146
Derivados de cobertura	-	-	-	237.067	237.067
Provisões técnicas	337.589	-	-	-	337.589
Passivos subordinados	-	278.673	178	-	278.851
	28.611.099	13.378.932	819.575	1.722.515	44.532.121

	2008				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	325.064	289.069	-	614.133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	332.670	-	332.670
Activos financeiros detidos para negociação	143.241	-	436.246	1.072.833	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.251.969	1.936.088	606.050	-	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	461.469	1.571.413	108.024	-	2.140.906
Aplicações em instituições de crédito	815.796	354.496	184.372	-	1.354.664
Crédito a clientes	5.793.068	26.906.179	13.387	-	32.712.634
Derivados de cobertura	-	-	-	197.494	197.494
Investimentos em associadas	-	-	1.736	-	1.736
	8.465.543	31.093.240	1.971.554	1.270.327	42.800.664
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.400.000	-	4.159	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.259.609	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.137.615	-	764	-	4.138.379
Recursos de outras instituições de crédito	1.289.617	3.348.512	271.363	-	4.909.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.557.369	1.797.896	344.983	-	15.700.248
Responsabilidades representadas por títulos	4.378.135	6.888.951	86.481	-	11.353.567
Derivados de cobertura	-	-	-	89.251	89.251
Provisões técnicas	290.810	-	-	-	290.810
Passivos subordinados	-	278.500	684	-	279.184
	26.053.546	12.313.859	708.434	1.348.860	40.424.699

Actividade Bancária e outras

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;

- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença dos mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo;

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- supõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro.

- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp’s) corresponde a:

	2009		2008	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.726	(4.412)	2.870	(2.873)
Activos financeiros disponíveis para venda	14.066	(13.646)	78.185	(78.149)
Aplicações em instituições de crédito	13.677	(13.056)	5.068	(5.068)
Crédito a clientes	246.682	(239.530)	249.772	(249.319)
	279.151	(270.644)	335.895	(335.409)
Derivados de cobertura	(24.326)	19.606	(49.452)	49.424
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(9.389)	9.389	(27.829)	27.837
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	(942)	943
Recursos de outras instituições de crédito	(78.307)	76.542	(52.066)	52.086
Recursos de clientes e outros empréstimos	(71.500)	65.655	(83.534)	83.180
Responsabilidades representadas por títulos	(40.638)	40.484	(114.459)	114.360
Outros passivos subordinados	(2.829)	2.822	(2.304)	2.304
	(202.663)	194.892	(281.134)	280.710

Instrumentos financeiros – negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realizar o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, a moeda de reporte dos valores do VaR é dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	2009	2008
VaR Percentil 99%	(222)	(42)
VaR Weighted Percentil 99%	(96)	(93)

Actividade Seguradora

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis conforme a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável ou de taxa fixa.

As obrigações de taxa variável são menos sensíveis a variações das taxas de juros, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor.

Assim, sendo o valor das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa.

O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a MDuration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a MDuration média para as carteiras de obrigações de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e reportada aos Comités de Investimentos e de Riscos.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento da normativa legal conforme as características e classificação legal dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à excepção de produtos Unit Links) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2009	2008
+ 100 bp's	264	(159)
- 100 bp's	(264)	159

A sensibilidade do valor patrimonial associado a produtos de seguros com risco do tomador de seguro é considerado imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2009			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	694.880	49.066	12.465	756.411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	194.818	19.438	12.185	226.441
Activos financeiros detidos para negociação	1.941.307	36.893	23.509	2.001.709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.993.648	11.907	-	4.005.555
Activos financeiros disponíveis para venda	4.881.733	19.485	60.594	4.961.812
Aplicações em instituições de crédito	2.112.410	431.480	53.245	2.597.135
Crédito a clientes	32.159.376	225.735	33.235	32.418.346
Derivados de cobertura	258.359	1.156	-	259.515
Investimentos em associadas	1.634	-	-	1.634
	46.238.165	795.160	195.233	47.228.558
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.023.341	3.471	18	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.461.477	13.887	10.084	1.485.448
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.851.247	-	-	4.851.247
Recursos de outras instituições de crédito	5.281.886	318.554	585.206	6.185.646
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.019.735	835.205	226.357	15.081.297
Responsabilidades representadas por títulos	13.182.522	166.525	699.099	14.048.146
Derivados de cobertura	233.207	3.860	-	237.067
Provisões técnicas	337.589	-	-	337.589
Passivos subordinados	278.851	-	-	278.851
	41.669.855	1.341.502	1.520.764	44.532.121

	2008			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	550.680	13.716	49.737	614.133
Disponibilidades em outras instituições de crédito	301.132	21.601	9.937	332.670
Activos financeiros detidos para negociação	1.455.163	66.540	130.617	1.652.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.783.499	10.608	-	3.794.107
Activos financeiros disponíveis para venda	2.089.871	24.749	26.286	2.140.906
Aplicações em instituições de crédito	983.098	338.599	32.967	1.354.664
Crédito a clientes	32.447.739	230.632	34.263	32.712.634
Derivados de cobertura	197.494	-	-	197.494
Investimentos em associadas	1.736	-	-	1.736
	41.810.412	706.445	283.807	42.800.664
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.404.151	8	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.181.775	63.862	13.972	1.259.609
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.138.379	-	-	4.138.379
Recursos de outras instituições de crédito	4.387.779	489.990	31.723	4.909.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.433.582	965.720	300.946	15.700.248
Responsabilidades representadas por títulos	11.058.276	-	295.291	11.353.567
Derivados de cobertura	89.251	-	-	89.251
Provisões técnicas	290.810	-	-	290.810
Passivos subordinados	279.184	-	-	279.184
	38.263.187	1.519.580	641.932	40.424.699

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o VaR associado ao risco cambial referente à actividade bancária do Grupo corresponde a:

	2009	2008
VaR Percentil 99%	(110)	(107)
VaR Weighted Percentil 99%	(43)	(169)

Os activos e passivos financeiros associados à actividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

Risco de cotação de activos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros expostos a riscos associados ao mercado de cotações correspondem a instrumentos de capital registados em activos de negociação e em activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o Grupo não tinha risco associado de cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

50. GESTÃO DO CAPITAL

A Santander Totta, SGPS a nível consolidado (Grupo) procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal, como igualmente a manutenção de rácios de capital que lhe permita manter os seus elevados ratings.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2009, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS propõe a distribuição de dividendos no montante de mEuros 235.000 (dos quais já foram pagos mEuros 115.000), o que corresponde a um dividendo de 0,00119 Euros por acção.

No ano de 2008, e ao abrigo do Basileia II, a ST SGPS passou a utilizar o método standard para o risco de crédito e risco de mercado, e o método do indicador básico para o risco operacional. A partir de Junho de 2009, utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios).

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais da Santander Totta, SGPS a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (montantes expressos em milhões de Euros):

	2009	2008
	BIS II	BIS II
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.896	2.764
Capital Elegível	1.972	1.973
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	410	199
Interesses Minoritários Elegíveis	584	559
Impactos de transição IAS (regime transitório)	114	143
Deduções aos F.P. Base	-184	-110
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	253	325
Passivos subordinados c/venc.indeterminado	46	46
Passivos subordinados c/venc.determinado	300	300
Reservas de Reavaliação	0	1
Outros Elementos/Deduções aos F.P.Complementares	-93	-22
C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS	-9	-9
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	3.140	3.080
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	26.405	27.475

RÁCIOS	2009	2008
TIER I (A/E)	11,0%	10,1%
CORE CAPITAL	9,2%	8,1%
TIER II (B/E)	1,0%	1,2%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	11,9%	11,2%

(*) De acordo com a Instrução nº16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2009, o rácio de adequação de fundos próprios é 10,9%, o Tier I é 10,0% e o Core Tier I é 8,3%

A Santander Totta, SGPS mantém níveis sólidos de capital como o demonstra o rácio core capital de 9,2% e o rácio Tier I de 11% em Dezembro de 2009. O rácio de adequação de fundos próprios subiu de 11,2% em Dezembro de 2008 (Basileia II – método standard) para 11,9% em Dezembro de 2009 (Basileia II – método misto), tendo beneficiado com a adopção de modelos avançados em algumas carteiras.

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (NOTA 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquiridas pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em circulação													
Obrigações de Caixa													
Agro(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	246	-	246	(10)	14 509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Archer-Daniels Midland Co; Monsanto Co; Syngenta AG; K+S AG; Agrium Inc
Agua(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	246	-	246	(10)	14 509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc
Aqua Rendimento	EUR	59 669	16 185	43 484	1 002	272	730	21	44 235	Variável	21-Ago-2006	22-Ago-2011	Cabaz de Acções: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc; Pentair Inc; Geberit AG Reg; Pennon Group Plc; Aguas de Barcelona - Class A; Kurita Water Industries Ltd
Banca(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	288	-	288	101	16 183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Best Index	EUR	2 391	-	2 391	-	-	-	(3)	2 388	Variável	30-Mar-2007	30-Mar-2010	Cabaz de indices
Best of Sectors	EUR	69 547	5 323	64 224	-	-	-	118	64 342	Variável	4-Fev-2008	4-Fev-2010	Indice accionista
Bio Energia(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	246	-	246	(10)	14 509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Abengoa SA; AES Corp; Pacifc Ethanol Inc; Medis Technologies Ltd; Earth Biofuels Inc
Cabaz Mundial Euribor	EUR	7 650	50	7 600	-	-	-	(329)	7 271	Variável	21-Jan-2008	21-Jan-2011	Cabaz de 3 indices
Cabaz Mundial Euribor II	EUR	5 500	-	5 500	-	-	-	(269)	5 231	Variável	7-Mar-2008	7-Mar-2011	3 indices
Cabaz Mundial Euribor III	EUR	2 000	-	2 000	-	-	-	(575)	1 425	Variável	21-Mai-2008	21-Mai-2010	Euribor 3 meses
Cabaz Mundial Euribor IV	EUR	7 150	-	7 150	-	-	-	170	7 320	Variável	28-Jul-2008	28-Jul-2010	3 índices
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7 050	-	7 050	-	-	-	(2 399)	4 651	Variável	12-Out-2009	12-Out-2012	Cabaz de indices
Chumbo & Estanho (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21 833	-	21 833	464	-	464	50	22 347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Cobre & Niquel (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21 833	-	21 833	464	-	464	50	22 347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Competição Mundial	EUR	77 618	22 740	54 878	1 369	401	968	(129)	55 717	Variável	19-Jun-2006	21-Jun-2010	Cabaz de fundos: UBS (Lux) Equity Fund – European Opportunity B JPMorgan Funds– Middle East Equities A (Acc) DWS Invest TOP 50 Asia Fund Dexia Equities L Australia JPMorgan Funds – America Equity A (Acc) MLIIF Latin America Fund – Class A Non-distributing
Converg. Europeia (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	190	-	190	122	15 236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 indices accionistas
Distressed Securities Strategy (HEDGE INVEST FEI)	EUR	18 276	-	18 276	418	-	418	29	18 723	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Diversificaçao Premium 7,50%	EUR	7 487	1 472	6 015	128	25	103	5	6 123	Variável	31-Jul-2006	2-Ago-2010	Indices: Dow Jones Euro Stoxx 50 - Price Return (Eur); iBoxx€ Sovereigns Eurozone Performance; Taxa Câmbio EUR/USD; HFRX Glob Hedge Fund (USD)
Dividendos (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	190	-	190	122	15 236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 indices accionistas
Energias Renováveis 10% VI	EUR	5 900	-	5 900	-	-	-	(6)	5 894	Variável	25-Mar-2008	25-Mar-2011	Cabaz de acções
Eolica(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	246	-	246	(10)	14 509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Vestas Wind Systems AS; Gamesa Corporation tecnologica SA; FPL Group Inc; Clipper Windpower Plc; Iberdrola SA
Equity Hedge Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18 276	-	18 276	418	-	418	29	18 723	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Euro Banca 7,00%	EUR	85 000	6 257	78 743	-	-	-	539	79 282	Variável	30-Abr-2007	30-Mai-2011	Cabaz de 5 acçoes e indice accionista
Euro Dolar Premium	EUR	10 846	504	10 342	-	-	-	(177)	10 165	Variável	6-Ago-2007	8-Ago-2011	Taxa Jur EUR3M e Tx.cambio EUR/USD
Euro Premium 7,00%	EUR	12 940	1 149	11 791	-	-	-	152	11 943	Variável	30-Abr-2007	2-Mai-2011	Cabaz de 10 acções e indice accionista
Event Driven Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18 276	-	18 276	418	-	418	29	18 723	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Exposição Ásia 2010	EUR	3 375	-	3 375	-	-	-	(21)	3 354	Variável	29-Out-2007	29-Out-2010	Cabaz composto por 5 indices
Farmaceuticas I (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14 181	-	14 181	280	-	280	50	14 511	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: Akzo Nobel NV; Stada Arzneimittel A.G.; Roche Holdin A.G.; Abbott Laboratories; Sonofi-Aventis
Farmaceuticas II (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14 181	-	14 181	280	-	280	50	14 511	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: Swiss Life Holding; Takeda Pharmaceutical Co. Ltd; Pfizer Inc.; Novartis AG; GlaxoSmithkline Plc.
Gas Natural Premium 10%	EUR	9 189	797	8 392	-	-	-	(1)	8 391	Variável	25-Set-2006	27-Set-2010	Cabaz de Acções: Eni Spa; Iberdrola SA; RWE AG; Gaz de France; E.ON AG; ENEL Spa
Gasolina & Gas Natural (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21 833	-	21 833	464	-	464	50	22 347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Infra estrutura Global 2010	EUR	2 900	-	2 900	-	-	-	(23)	2 877	Variável	27-Dez-2007	27-Dez-2010	Indice accionista S&P Global infrastructure
Infra-estruturas Aeronautica (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	265	-	265	192	18 987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Energia (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	265	-	265	192	18 987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Telecomunicações (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	265	-	265	192	18 987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Transportes (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	265	-	265	192	18 987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Utilities (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18 530	-	18 530	265	-	265	192	18 987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Investimento Premium 8,25%	EUR	15 020	1 621	13 399	-	-	-	(92)	13 307	Variável	26-Mar-2007	28-Mar-2011	Cabaz de 4 acções
Japão (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	190	-	190	122	15 236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	1 indice accionista
Macro Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18 276	-	18 276	418	-	418	29	18 723	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Media (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	288	-	288	101	16 183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Mercado Accionista (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13 838	-	13 838	112	-	112	(6)	13 944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	Dow Jones Euro Stoxx 50
Mercado Hedge Funds (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13 838	-	13 838	112	-	112	(6)	13 944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	HFRX Global Hedge Fund (USD)
Mercado Imobiliario (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13 838	-	13 838	112	-	112	(6)	13 944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	FTSE EPRA/NAREIT Europe Index
Mercado Monetário (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13 838	-	13 838	112	-	112	(6)	13 944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	Indice European Central Bank Eonia Capitalization 7 day
Mercado Obrigaccionista (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13 838	-	13 838	112	-	112	(6)	13 944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	Indice iBoxx€ Corporates A 5-7 - total return, com o código Bloomberg 'QX5T <INDEX>'
Obrigaçoes Europa 2ªSerie	EUR	1 210	-	1 210	-	-	-	(93)	1 117	Variável	9-Nov-2009	9-Nov-2012	Cabaz de acções
Oleo & Petroleo (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21 833	-	21 833	464	-	464	50	22 347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
OPV Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10 383	-	10 383	158	-	158	(6)	10 535	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Nikkei 225
OPV E.U.A(OPV INVEST FEI)	EUR	10 383	-	10 383	158	-	158	(6)	10 535	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 U.S. - price return; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa e Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10 383	-	10 383	158	-	158	(6)	10 535	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Nikkei 225
OPV Europa e E.U.A (OPV INVEST FEI)	EUR	10 383	-	10 383	158	-	158	(6)	10 535	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 U.S. - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Standard&Poors 500 Composite price

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (NOTA 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquiridas pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em circulação													
OPV Europa(OPV INVEST FEI)	EUR	10 383	-	10 383	158	-	158	(6)	10 535	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR
Ouro & Prata (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21 833	-	21 833	465	-	465	50	22 348	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Performance Mais	EUR	63 096	63 096	-	67	67	-	(4 197)	(4 197)	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz indices
Performance Mais II	EUR	13 731	13 731	-	4	4	-	(1 749)	(1 749)	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz indices
Premium Bens de Luxo	EUR	11 778	414	11 364	-	-	-	(150)	11 214	Variável	17-Set-2007	19-Dez-2011	Cabaz de acções
Premium Energias	EUR	29 766	401	29 365	-	-	-	42	29 407	Variável	3-Mar-2008	3-Mar-2010	2 cabazes de acções (12 acções cada)
Relative Value Arbitrage Strategy (HEDGE INVEST FEI)	EUR	18 275	-	18 275	418	-	418	29	18 722	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Rendimento China 8%	EUR	100 447	17 587	82 860	1 475	258	1 217	426	84 503	Variável	22-Jan-2007	24-Jan-2011	Indice FTSE Xinhua China 25
Rendimento China Premium 10%	EUR	15 000	2 854	12 146	216	41	175	(97)	12 224	Variável	12-Fev-2007	14-Fev-2011	Indice FTSE Xinhua China 25
Rendimento Europeu	EUR	99 796	98 319	1 477	469	462	7	(5 205)	(3 721)	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Indice accionista
Rendimento Premium 7,5% 2ª Serie	EUR	9 020	918	8 102	-	-	-	(47)	8 055	Variável	1-Jun-2006	1-Jun-2012	Indices: ABN AMRO Alfa Index Europe e Dow Jones Euro Stoxx 50 - Price Return
Rendimento Valor Global	EUR	68 900	13 433	55 467	-	-	-	(1 313)	54 154	Variável	25-Set-2006	26-Set-2011	Indices Accionistas: FTSEuroFirst 80 - price return (EUR); FTSE Xinhua China 25 - price return; S&P Latin America 40; Stndard & Poor's 500 Composite Price; Nikkei 225
Santander Estrategia Rendimento Mais	EUR	13 332	3 935	9 397	311	92	219	(15)	9 601	Variável	2-Mai-2005	3-Mai-2010	Índice Deutsche Bank Forward Rate Bias EUR ("Índice FRB EUR")
Santander Rendimento Certo	EUR	19 963	4 167	15 796	-	-	-	612	16 408	Variável	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor 1 ano
Santander Rendimento Cresce 6%	EUR	15 719	2 888	12 831	342	63	279	290	13 400	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Santander Totta Diversificaçao Invest	EUR	95 651	95 651	-	891	891	-	(5 218)	(5 218)	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	Cabaz indices
Sector Banca Abril 2010	EUR	1 235	50	1 185	-	-	-	(1)	1 184	Variável	28-Abr-2008	28-Abr-2010	Cabaz de acções
Seguros (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	288	-	288	101	16 183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Solar (ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14 273	-	14 273	246	-	246	(10)	14 509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Solarworld AG; Q-Cells AG; Energy Conversion Devices Inc; Conergy AG; Evergreen Solar Inc
Super Rendimento Campeão	EUR	58 907	2 715	56 192	-	-	-	(592)	55 600	Variável	23-Ago-2007	23-Nov-2012	Cabaz de 5 acções
Super Rendimento Mercados Emergentes	EUR	91 771	12 861	78 910	1 805	253	1 552	(49)	80 413	Variável	23-Jan-2006	25-Jan-2010	Cabaz de Fundos
Taxas de Camio (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	190	-	190	122	15 236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxas de cambio
Taxas de Juro (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14 924	-	14 924	190	-	190	122	15 236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxa de juro swap usd
Tecnologias Médicas I (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14 181	-	14 181	280	-	280	50	14 511	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções;: McKesson Corp.; T&D Holdings Inc; Boston Scientific Corp.; GenzymeCorp.; Allergan Inc.
Tecnologias Médicas II (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14 181	-	14 181	280	-	280	50	14 511	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: Amgen Inc.; Wellpoint Inc.; Merck KGaA; Cardinal Health Inc.; Nobel Biocare Holdig A.G.
Tecnologias Médicas III (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14 181	-	14 181	280	-	280	50	14 511	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: UnitedHealth Group Inc; Aetna Inc; Johnson&Jonhson; CSL Limited; IMS Health Inc.
Telecomunicações(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	288	-	288	101	16 183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Totta Asia Investimento	EUR	59 243	59 065	178	3 705	3 694	11	(396)	(207)	Variável	3-Abr-2006	5-Abr-2010	Cabaz de Fundos
Totta MultInvestimento	EUR	84 511	84 048	463	6 766	6 729	37	534	1 034	Variável	28-Fev-2006	28-Fev-2011	Cabaz de Fundos
Totta Rendimento Certo	EUR	54 986	12 343	42 643	-	-	-	1 685	44 328	Variável	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor a 1 ano
Totta Rendimento Cresce 6%	EUR	57 053	7 200	49 853	1 241	157	1 084	1 054	51 991	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Utilities (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15 794	-	15 794	288	-	288	101	16 183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Valor Premium	EUR	11 665	646	11 019	-	-	-	(51)	10 968	Variável	25-Jun-2007	27-Jun-2011	Indice Accionista FtseUROFIRST 80
Total Obrigações de Caixa		**2 078 171**	**552 420**	**1 525 751**	**31 897**	**13 409**	**18 488**	**(14 939)**	**1 529 300**				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias													
Covered Bonds Hipotecárias	EUR	1 000 000	-	1 000 000	28 695	-	28 695	34 783	1 063 478	4,75%	23-Mai-2008	23-Mai-2011	Tx Fixa
Covered Bonds Hipotecárias - 2ª Emissão	EUR	1 000 000	-	1 000 000	4 489	-	4 489	(1 925)	1 002 564	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Tx Fixa
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	285 313	195 807	89 506	422	11	411	-	89 917	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 2 - Classe A - Notes	EUR	931 628	81 971	849 657	3 154	4	3 150	-	852 807	Variável	23-Dez-2003	30-Set-2036	Euribor 3m+0,22% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2012); Euribor 3m+0,44% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 3 - Classe A - Notes	EUR	1 534 105	270 916	1 263 189	(468)	13	(481)	-	1 262 708	Variável	13-Dez-2004	30-Dez-2047	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2013); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1 388 416	108 800	1 279 616	(2 893)	5	(2 898)	-	1 276 718	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	1 306 839	59 437	1 247 402	167	45	122	-	1 247 524	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
		7 446 301	**716 931**	**6 729 370**	**33 566**	**78**	**33 488**	**32 858**	**6 795 716**				
		9 524 472	**1 269 351**	**8 255 121**	**65 463**	**13 487**	**51 976**	**17 919**	**8 325 016**				
OUTROS													
EMTN's	EUR	2 564 570	218 650	2 345 920	20 999	728	20 271	(25 460)	2 340 731				
EURO COMMERCIAL PAPER	EUR	2 514 972	-	2 514 972	1 803	-	1 803	-	2 516 775				
EURO COMMERCIAL PAPER	GBP	698 363	-	698 363	736	-	736	-	699 099				
EURO COMMERCIAL PAPER	USD	166 430	-	166 430	95	-	95	-	166 525				
		5 944 335	**218 650**	**5 725 685**	**23 633**	**728**	**22 905**	**(25 460)**	**5 723 130**				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		**15 468 807**	**1 488 001**	**13 980 806**	**89 096**	**14 215**	**74 881**	**(7 541)**	**14 048 146**				

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (NOTA 26)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		Valor de emissão			Periodificações			Total			
Títulos emitidos	Moeda	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
- Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	284 315	284 315	-	203	203	-	-	2,61%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
- Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54 359	54 359	-	42	42	-	-	2,73%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	172 833	172 833	-	406	406	-	-	2,73%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- EMTN	EUR	300 000	21 327	278 673	191	13	178	278 851	1,00%	9 de Dezembro de 2015	
- Obrigações Perpétuas Subordinadas BSNP 2004	EUR	100 000	100 000	-	205	205	-	-	2,45%	Perpétuas	25 de Novembro de 2013
- Empréstimo Subordinado 2002 - Totta IFIC	EUR	10 000	10 000	-	18	18	-	-	1,07%	Perpétuas	
- Empréstimo Subordinado 2007 - Totta IFIC	EUR	50 000	50 000	-	2	2	-	-	1,37%	Perpétuas	29 de Junho de 2017
- Obrigações perpétuas subordinadas 98	EUR	2 993	2 993	-	1	1	-	-	3,53%	Perpétuas	30 de Dezembro de 2008
- Obrigações perpétuas subordinada - Totta Seguros 2002	EUR	14 000	14 000	-	2	2	-	-	2,59%	Perpétuas	
		988 500	709 827	278 673	1 070	892	178	278 851			

Relatórios e Pareceres Consolidados

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 48.590.430 mEuros e um total de capital próprio de 3.211.572 mEuros, incluindo um resultado consolidado líquido atribuível aos accionistas de 523.263 mEuros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações nos capitais próprios, do rendimento integral e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

Santander Totta

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2009.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.

4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2009, Demonstração dos resultados, Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pela **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

Santander Totta

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2009.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

António Mendo Castel-Branco Borges (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

Santander Totta

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

BALANÇO - DEZEMBRO DE 2009

(milhares de euros)

	Notas / Quadros anexos	Dez/09			Dez/08
		1 Valor antes de provisões imparidade e amortizações	2 Provisões, imparidade e amortizações	3 = 1 - 2 Valor líquido	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	45	-	45	496
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos Financeiros detidos para venda	5 e 10	2 006	1 843	163	163
Aplicações em instituições de crédito	6	139 062	-	139 062	122 508
Crédito a clientes		-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis		-	-	-	-
Activos intangíveis		-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	2 822 505	-	2 822 505	2 797 755
Activos por impostos correntes	8	431	-	431	1 369
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros activos	9 e 10	85 533	480	85 054	85 054
Total de Activo		**3 049 582**	**2 323**	**3 047 259**	**3 007 346**
Passivo					
Recursos de bancos centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
Responsabidades representadas por títulos		-	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	10	42	-	42	42
Passivos por impostos correntes	8	-	-	-	1 560
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	11	115 664	-	115 664	105 098
Total de Passivo		**115 706**	**-**	**115 706**	**106 699**
Capital					
Capital	12	1 972 962	-	1 972 962	1 972 962
Prémios de emissão		-	-	-	-
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	12	808 205	-	808 205	773 820
(Acções próprias)	12	(514)	-	(514)	(493)
Resultado do Exercício	12	265 901	-	265 901	259 357
(Dividendos antecipados)		(115 000)	-	(115 000)	(105 000)
Total de Capital		**2 931 554**	**-**	**2 931 554**	**2 900 646**
Total de Passivo + Capital		**3 047 259**	**-**	**3 047 259**	**3 007 346**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

As notas financeiras anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - DEZEMBRO DE 2009

(milhares de euros)

	Notas / / Quadros anexos	Dez / 09	Dez / 08
Juros e rendimentos similares	13	989	6 056
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		**989**	**6 056**
Rendimentos de instrumentos de capital	14	266 214	248 441
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões		(0)	(0)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (Líquido)		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (Líquido)		-	(0)
Resultados de reavaliação cambial (Líquido)		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração		(0)	(0)
Produto Bancário		**267 203**	**254 496**
Custos com pessoal	15	(1 164)	-
Gastos gerais administrativos		(173)	(189)
Depreciações e amortizações		-	-
Provisões líquidas de reposições e anulações	10	-	6 635
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	10	36	(3)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		**265 901**	**260 939**
Impostos		(0)	(1 582)
Correntes	8	(0)	(1 582)
Diferidos		-	-
Resultado após impostos		**265 901**	**259 357**
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado Líquido do exercício		**265 901**	**259 357**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

As notas financeiras anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008

(Montantes expressos em mEuros)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	948	6 067
Pagamento de juros e comissões	(0)	(0)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(778)	(181)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(2)	(1)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	168	5 885
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(16 560)	(122 500)
Outros activos	-	21
	(16 560)	(122 479)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	-	-
Outros passivos	-	-
	-	-
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(16 392)	(116 594)
Impostos pagos	(574)	(1 604)
Caixa líquida das actividades operacionais	(16 966)	(118 198)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	266 214	248 441
Alienação de activos disponíveis para venda	36	-
Aquisição de acções próprias	(21)	(124)
Investimentos em empresas filiais e associadas	(24 750)	(85 000)
Caixa líquida das actividades de investimento	241 479	163 317
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(224 965)	(212 473)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(224 965)	(212 473)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(452)	(167 354)
Caixa e seus equivalentes no início do período	496	167 850
Caixa e seus equivalentes das empresas incorporadas	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	45	496

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

SANTANDER TOTTA -SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de Dezembro de 2004 e tem como objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de Dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (totta), mediante a transferência de parte do seu património para com ela constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida, observando-se assim as condições que permitem a aplicação de neutralidade fiscal (artigo 68.º do Código do IRC).

Por escritura celebrada no dia 21 de Abril de 2005, foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por acção. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado em mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão na Santander Totta, SGPS no montante de mEuros 640.575.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nas situações referidas na carta circular n.º102/2004/DSB de 23 de Dezembro de 2004.

1.2. - Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos Financeiros

i) Classificação

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Imparidade

A existência de evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados: uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados: quando em relação a títulos não cotados se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas á transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

b) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

c) Impostos sobre Lucros

A Santander Totta é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

d) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

e) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência

significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as politicas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

3. IMPACTOS DA INTRODUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

A aplicação das IFRS nas demonstrações financeiras individuais teve o seguinte impacto:

Activos intangíveis (IAS 38)

Para que um activo seja definido como intangível de acordo com a IAS 38 é necessário que se verifique algumas condições:

- Identificabilidade

Quando o activo pode ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado;
Quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.

- Controlo sobre o recurso

Uma entidade controla um activo se tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam do recurso subjacente e puder restringir o acesso de outros a esses benefícios. A capacidade de uma entidade de controlar os benefícios económicos futuros de um activo intangível enraíza-se nos direitos legais que sejam impuníveis num tribunal. Na ausência de direitos legais, é mais difícil demonstrar controlo sobre o activo. Porém, o cumprimento legal de um direito não é uma condição necessária para o controlo porque uma entidade pode ser capaz de controlar os benefícios económicos futuros de alguma outra maneira.

- Benefícios económicos

Os benefícios económicos futuros que flúem de um activo intangível podem incluir réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso do activo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual num processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros e não aumentar os réditos futuros.

Impostos diferidos (IAS 12)

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta no montante de mEuros 45 (mEuros 496 em 31 de Dezembro de 2008).

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é constituída da seguinte forma:

	Dez/09	Dez/08
Títulos		
Instrumentos de Capital - Emitidos por residentes		
Valorizados ao justo valor	112	112
Imparidade	(82)	(82)
	30	30
Valorizados ao custo histórico	1 108	1 198
Imparidade	(1 108)	(1 198)
	-	-
	30	30
Instrumentos de Capital - Emitidos por não residentes		
Valorizados ao custo histórico	786	786
Imparidade	(653)	(653)
	133	133
	163	163

O movimento ocorrido na imparidade em 2009 é apresentado na Nota 10.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	Dez/09	Dez/08
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	139 060	122 500
Juros a Receber	2	8
	139 062	122 508
	139 062	122 508

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	Dez/09		Dez/08	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	99,99	47 250	99,99	22 500
Banco Santander Totta, S.A.	97,38	2 303 519	97,38	2 303 519
Totta Crédito Especializado, IFIC	83,19	66 305	83,19	66 305
Banco Santander Negócios Portugal, S.A.	100,00	404 777	100,00	404 777
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
ISBANP - Engenharia e Software Bancário, S.A.	49,90	249	49,90	249
		2 822 505		2 797 755

8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/09	Dez/08
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	-	-
Pagamento especial por conta	-	10
Pagamento por conta	232	146
Retenções na fonte	199	1 213
	431	1 369
Activos por impostos diferidos		
Por prejuízo fiscais	-	-
	-	-
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	-	(1 560)
	-	(1 560)
	431	(191)

A Santander Totta está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O cálculo do imposto corrente é apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%.

As declarações de autoliquidação relativas ao exercício de 2004 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal.

A carga fiscal, medida pela relação entre dotação para impostos sobre lucros e o lucro do período antes da mesma, foi a seguinte:

	Dez/09	Dez/08
Impostos sobre os lucros		
Impostos correntes sobre os lucros		
Impostos sobre lucros do exercício	-	1 560
Impostos sobre lucros de exercícios anteriores	-	22
Impostos diferidos	-	-
Lucro do exercício antes de impostos	265 901	260 939
Carga fiscal	0,00%	0,61%

Reconciliação entre a taxa mensal e a taxa efectiva:

	Dez/09		Dez/08	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		**265 901**		**260 939**
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	26,50%	70 464	26,50%	69 149
Dividendos não tributáveis	-26,53%	(70 547)	-25,23%	(65 837)
Provisões não tributadas	0,00%	-	-0,67%	(1 752)
Correcções de anos anteriores	0,00%	-	0,01%	22
Outros	0,03%	83	0,00%	-
Impostos sobre os lucros do exercício	**0,00%**	**-**	**0,61%**	**1 582**

9. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/09	Dez/08
Devedores e Outras Aplicações		
Devedores diversos		
Suprimentos	491	491
Outros	85 042	85 042
	85 533	85 533
Imparidade	(480)	(480)
	85 054	85 054

Os contratos de suprimentos foram efectuados à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros, à sociedade PAVRIL – Pavimentos do Ribatejo, S.A. no montante de 269 mEuros e à sociedade FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 52 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Santander Totta, SGPS, S.A.

Em Outubro de 2008 a Santander Totta concedeu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., prestações acessórias, reembolsáveis nos termos dos Estatutos da sociedade, no montante de 85.000 mEuros. Estas prestações foram classificadas como outros activos de acordo com a IAS 32.

10. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2009 foi o seguinte:

	Dez/07	Dotações	Reposições/ Reversões	Dez/08	Dotações	Reposições/ Reversões	Utilizações	Dez/09
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda								
Emitidos por residentes								
Instrumentos de capital	1 276	4		1 280	-	(36)	(54)	1 190
Emitidos por não residentes								
Instrumentos de capital	653	-	-	653	-	-	-	653
	1 929	4	-	1 933	-	(36)	(54)	1 843
Imparidade em Outros Activos								
Devedores e Outras Aplicações	481	-	(1)	480	-	-	-	480
Outras provisões	6 677	204	(6 839)	42	-	-	-	42
	6 677	204	(6 839)	42	-	-	-	42
	9 087	208	(6 840)	2 455	-	(36)	(54)	2 365

11. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/09	Dez/08
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo		
Imposto de selo		
Dividendos a pagar	115 030	105 022
Credores diversos		
Outros fornecedores	-	-
	115 030	105 022
Encargos a pagar		
Gastos gerais administrativos	53	63
Bónus a administradores	568	-
	621	63
Receitas com rendimento diferido		
Outras	13	13
	13	13
	115 664	105 098

12. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na nota 1, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos accionistas da Sociedade, através da entrega das acções das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do ex-totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 acções, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Conforme descrito também na nota 1, em 21 de Abril de 2005 foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma estava a 30 de Junho representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada nas contas individuais da Sociedade uma reserva de fusão de mEuros 640.575.

No dia 27 de Maio de 2009, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 225.000.

No dia 15 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000 sobre lucros do exercício de 2009.

Durante o ano de 2009, a Santander Totta procedeu à compra de 1.015.105 acções próprias pelo montante de 21 mEuros, de acordo com os poderes delegados pela Assembleia Geral.

Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008 os principais accionistas da sociedade eram os seguintes:

	% de participação	
	Dez/09	Dez/08
Santusa Holding - Grupo Santander Central Hispano	99,86	99,86
Outros	0,14	0,14
	100,00	100,00

Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	Outras Reservas e Resultados Transitados	
	Dez/09	Dez/08
Fusão da Foggia, SGPS na Santander Totta, SGPS		
Reservas de fusão	640 575	640 575
Reserva Legal	101 498	75 562
Resultados Transitados	66 132	57 683
Acções Próprias	(514)	(493)
	807 691	773 327

O movimento da situação líquida é o seguinte:

	TOTAL	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Acções Próprias	Dividendos Antecipados	Lucro do Período
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**2 900 646**	**1 972 962**	**75 562**	**640 575**	**57 683**	**(493)**	**(105 000)**	**259 357**
Aplicação de resultados	-		25 936		128 421		105 000	(259 357)
Distribuição de Dividendos	(119 972)				(119 972)			
Outros	(115 021)					(21)	(115 000)	
Lucro do Período	265 901							265 901
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**2 931 554**	**1 972 962**	**101 498**	**640 575**	**66 132**	**(514)**	**(115 000)**	**265 901**

13. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dez/09	Dez/08
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	-	-
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	989	6 056
Outros juros e rendimentos similares	-	-
	989	6 056

14. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Durante 2009 e 2008 a Santander Totta recebeu os seguintes dividendos de filiais:

	Dez/09	Dez/08
Banco Santander Totta, S.A.	223 974	194 760
Banco Santander Negócios Portugal, S.A.	7 507	30 030
Totta Crédito Especializado, IFIC	9 983	15 641
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	24 750	8 010
	266 214	248 441

15. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 os custos com o pessoal são constituídos por mEuros 582 de remunerações fixas, mEuros 568 de remunerações variáveis e mEuros 14 de encargos com remunerações.

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2009, pelos membros do Conselho de Administração:

Nome	Cargo	Remuneração fixa	Remuneração variável
António Horta Osório	Presidente	284	-
Matias Pedro Inciarte	Vice - Presidente	-	-
Nuno Amado	Vice - Presidente	159	334
António Vieira Monteiro	Vogal	25	30
Eduardo Stock da Cunha *	Vogal	16	-
José Eduardo Bettencourt **	Vogal	13	-
José Elias da Costa	Vogal	26	48
José Carlos Brito Sítima ***	Vogal	-	-
Miguel de Bragança	Vogal	59	156
		582	568

* Renunciou em 13 de Março de 2009

** Renunciou com efeitos a 19 de Junho de 2009

*** Cooptado em 23 de Julho de 2009

Relatórios e Pareceres Individuais

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 3.047.259.335 euros e um total de capital próprio de 2.931.553.570 euros, incluindo um resultado líquido de 265.900.990 euros), as Demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2009 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal e que constituem o anexo à Instrução nº 23/2004, as quais, na parte aplicável a esta sociedade, são coincidentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

Santander Totta

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2009.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2009, Demonstração dos resultados, Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

Santander Totta

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA** aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2009;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

António Mendo Castel-Branco Borges (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)